

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**Renata da Silva Souza**

**O CIDADÃO: uma década de experiência ideológica, pedagógica e  
política de comunicação comunitária**

**Rio de Janeiro**

**2011**

Renata da Silva Souza

**O CIDADÃO: uma década de experiência ideológica, pedagógica e  
política de comunicação comunitária**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

**Orientadora:** Professora Doutora Raquel Paiva de Araújo Soares

Rio de Janeiro

2011

## FOLHA DE APROVAÇÃO

A Banca Examinadora, abaixo assinada, avalia a Dissertação de Mestrado O CIDADÃO: uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária, elaborada por Renata da Silva Souza.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Orientadora Profa. Dra. Raquel Paiva  
ECO/UFRJ

---

Profa. Dra. Márcial Vidal  
Universidade Federal do Ceará

---

Prof. Dr. Muniz Sodré  
ECO/UFRJ

## FICHA CATALOGRÁFICA

**Souza, Renata da Silva**

**O Cidadão: Uma Década de Experiência Ideológica, Pedagógica e  
Política de Comunicação Comunitária / Renata da Silva Souza. Rio de Janeiro:  
UFRJ / ECO, 2004**

**ix, 128p.il**

**Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, ECO,  
2011**

**1. Comunicação e Cultura**

**Orientadora: Raquel Paiva**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os homens e mulheres que dedicam suas vidas à luta por uma sociedade mais justa e humana. E aos cidadãos que militam pela difícil, mas não impossível, democratização da comunicação. Aos companheiros pensantes e atuantes do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ), à minha paciente e compreensível orientadora Raquel Paiva. Aos cidadãos do jornal comunitário *O Cidadão*. Aos companheiros da luta diária por direitos humanos do Mandato Marcelo Freixo.

Com muito amor, ao meu noivo e futuro marido Raphael

Aos meus sábios pais Lita e Zé Carlos

Meus carinhosos irmãos Luciano, Wellington, Rachel, Mariana e Isabela

Aos Mareenses, com todo o meu amor!

## RESUMO

SOUZA, Renata S. **O CIDADÃO: uma década de experiência ideológica, pedagógica e política de comunicação comunitária**. Orientadora: Raquel Paiva. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

O presente trabalho versa sobre o cotidiano de um jornal comunitário, chamado *O Cidadão*, que há uma década estabelece um vínculo comunicacional com os mais de 130 mil moradores do Complexo da Maré, favela geograficamente localizada na Zona da Leopoldina do Rio de Janeiro. A ideia é constituir uma abordagem que dê conta da reflexão de suas perspectivas ideológicas, pedagógicas e políticas no campo da comunicação comunitária. O estudo pretende ilustrar como essas perspectivas podem conduzir a uma experiência ímpar na práxis da comunicação militante em busca da transformação social. A partir do estudo etnográfico com base na pesquisa-ação, a investigação trabalhou conceitos pertinentes à análise e à pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas com as pessoas envolvidas no processo de produção do jornal. Com base no referencial teórico e nas descrições, análises e entrevistas, foram elaboradas conclusões a respeito da comunicação comunitária no Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** O Cidadão; Comunicação comunitária; Complexo da Maré; Ideologia; Contra-hegemonia; Gramsci.

## ABSTRACT

SOUZA, Renata S. **O CIDADÃO** (The Citizen): **a decade of a ideological, pedagogical and politic experience in the Community media.** Orientadora: Raquel Paiva. Dissertation (Master's in Communication and Culture). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

This work is about the everyday experience of a community newspaper, called *O Cidadão* (*The Citizen*), which establishes a media link to over 130,000 dwellers in Complexo da Maré, a slum set in Zona da Leopoldina, Rio de Janeiro. The idea is to constitute an approach that covers the considerations of the ideological, pedagogical and politic perspectives in the community medium field. The study intends to highlight how those perspectives can lead to a unique experience in the praxis of a militant media in the pursuit of social changes. From the ethnographic study based on research-action, the investigation worked with concepts concerning to the analysis and the empirical research and was made through interviews with people involved in the media process of the newspaper. Based on the theoretical referential, descriptions, analysis and interviews, some elucidation were designed about the community media in Rio de Janeiro.

**Key-words:** O Cidadão; Community media; Complexo da Maré; Ideology; Counter-hegemony; Gramsci.

## SUMÁRIO:

<b>1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2- COMUNICANDO A COMUNICAÇÃO .....</b>	<b>20</b>
2.1 – Retrato da comunicação na América Latina e no Brasil .....	20
2.2 – Ideologia: entre conceitos e a dominação hegemônica .....	29
2.3 – Comunicação contra-hegemônica .....	31
2.4 – Jornalismo popular x comunicação comunitária .....	35
<b>3 – A FAVELA É UM PROJETO DE CIDADE, DE SOCIEDADE, DE MUNDO?. 38</b>	
3.1 – Palavras de ordem: oprimir, expulsar e segregar .....	41
3.2 – Favela: da segregação à criminalização real e midiática .....	44
3.3 – A maré de megaeventos, ex-favelas e de violência .....	48
3.4 – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – Ceasm .....	55
3.5 – Comunicando o Rio das Marés .....	57
<b>4 – UM JORNAL COMUNITÁRIO CHAMADO “O CIDADÃO” .....</b>	<b>68</b>
4.1 – <i>O Cidadão</i> .....	68
4.2 – Direitos humanos do <i>Cidadão</i> .....	72
4.3 – <i>O Cidadão</i> assessor de imprensa .....	79
4.4 - <i>O Cidadão</i> sustentável: entre o comunitário e o institucional .....	84
4.5 – <i>O Cidadão</i> ideológico e intelectual orgânico .....	90
4.6 – <i>O Cidadão</i> cultural .....	93
4.6.1 – A indústria cultural .....	96
4.6.2 – Cultura popular .....	99
<b>5 – O CIDADÃO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO À LEITURA CRÍTICA .....</b>	<b>103</b>
5.1 – Consciência e emancipação .....	103
5.2 – A comunicação como prática libertadora .....	106
5.3 – Leitura crítica cidadã .....	110
5.4 – A comunicação como prática política .....	114
5.5 – A crise institucional .....	116
<b>6 – Conclusão .....</b>	<b>120</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>122</b>



## 1 – INTRODUÇÃO

*“Aprender a escrever a sua vida,  
como autor e como testemunha da  
história, isto é, biografar-se  
existenciar-se, historicizar-se”  
(FIORI, in FREIRE, 2005)*

O estudo que se apresenta almeja explorar os dez anos do jornal comunitário *O Cidadão*<sup>1</sup> e sua trajetória ideológica, pedagógica e política no campo comunicacional do Complexo de Favelas da Maré. Idealizado em 1999, pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), *O Cidadão* se destaca pela larga tiragem, de 20 mil exemplares, impressos no parque gráfico da editora Ediouro, e por sua durabilidade, já que os meios de comunicação nascidos com este mesmo objetivo se caracterizam por uma vida útil limitada, em decorrência da falta de recursos para sua manutenção. A pesquisa pretende analisar de que maneira este veículo comunitário se insere ou não no nefasto histórico de monopólio dos meios de comunicação no Brasil. A presente dissertação parte da constatação de que a mídia ocupa hoje um papel central na sociedade e que democratizá-la é um dos maiores desafios deste século.

O grande mérito de Malinowski foi o de desenvolver o método etnográfico “observação participante”, já que este se revela como o único modo de conhecimento da alteridade cultural que poderia escapar ao etnocentrismo. Não é por acaso que a presente proposta de estudo tentará se basear nesta metodologia. Partindo da concordância com o autor José Luiz Braga (2008) de que a comunicação é uma “disciplina indiciária”, recorre-se a constatação de que se trata de uma pesquisa etnográfica. Desse modo, o estudo de caso, “que se presta particularmente à produção de conhecimento nas condições atuais de

---

<sup>1</sup>O jornal *O Cidadão* é produzido por moradores do Complexo da Maré. Seus exemplares são distribuídos gratuitamente nas 16 favelas que compõe o Complexo e sua periodicidade é bimestral.

constituição da disciplina” (BRAGA, 2008:78), busca conhecer de fato os fenômenos que são intuitivamente observados na área de interesse.

Sabe-se que a etnografia se estruturou no estudo antropológico e se enraizou como método nesta tradição que tem como maior influência o antropólogo Malinowski. No entanto, segundo Janice Caiafa (2007), “nas monografias de Malinowski, apesar da preocupação com a experiência de campo e mesmo com o acúmulo de dados, o material empírico tende a servir para demonstrar as teses funcionalistas do autor”. Outro problema apontado por Caiafa é o fato de o antropólogo acentuar suas teses na análise sincrônica das culturas. Seu bônus, foi o de se incluir na pesquisa o próprio pesquisador. “Na pesquisa etnográfica, a participação do etnógrafo naquilo que investiga produz conhecimento, faz avançar a investigação. Trata-se de um problema muito fértil e que coloca outros também interessantes, como a relação do observador-participante” (CAIAFA, 2007:136).

Desse modo, a pesquisa etnográfica se caracteriza por uma abordagem qualitativa e não quantitativa como se observa em outras metodologias. Parte-se das impressões e informações encontradas em campo. Assim, “o etnógrafo, na situação de observação-participação, também produz, ele mesmo, matéria de pesquisa, o que constitui mais uma faceta do material irregular desse método-pensamento” (Ibidem, 2007:137). Diante disso, o risco de incorrer em simplificações e totalizações da matéria em estudo torna-se quase nulo.

Dito isto, o que se pretende apresentar nas seguintes linhas com relação ao estudo de caso é o “trabalho de levantar indícios; decidir sua relevância para o objeto e para a pergunta da pesquisa; e articular conjuntos de indícios derivando, daí, interferências sobre o fenômeno” (BRAGA, 2008:81). Isto será feito, como sugere Braga, a partir do tensionamento entre empiricismo, bases teóricas e problema da pesquisa.

As estratégias pensadas para a seguinte pesquisa tomam como base o registro de observações empíricas sobre o que se conhece a respeito do objeto. A partir dessas observações, pretende-se identificar o elo articulador entre elas e propor possíveis correlações entre as partes envolvidas. Daí se parte para uma aproximação do objeto, que no caso será a observação participante. No entanto, antes de se analisar o estudo de caso em si, é necessário abordar um tema que muitas vezes gera dúvidas com relação a postura do pesquisador no trabalho etnográfico. A relação entre fonte e pesquisador pode se tornar tensa no decorrer da apuração de dados quando a mesma reivindica a participação e a

interação do estudioso junto ao objeto. Ou mesmo quando o pesquisado requer uma contrapartida ou um *feedback* sobre o trabalho realizado. O pesquisador não deve se culpar ou se sentir obrigado a se submeter a qualquer coisa imposta por suas fontes, mas o respeito por elas é primordial.

Após tais observações, faz-se necessário apresentar o estudo de caso aqui proposto de forma bastante resumida. Pretende-se explorar os dez anos do jornal comunitário *O Cidadão*, distribuído gratuitamente nas 16 favelas do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, a fim de se perceber em que momento suas perspectivas ideológicas, pedagógicas e políticas contribuem para a práxis contra-hegemônica de comunicação comunitária. A tiragem de 20 mil exemplares já demonstra uma possível capilaridade na inserção deste veículo na vida de aproximadamente 130 mil habitantes, de acordo com dados do Censo Maré 2000.

A investigação que se apresenta pretende organizar o seu curso em dois momentos: o levantamento dos conceitos pertinentes à análise e a pesquisa empírica in situ. Para a pesquisa empírica, o método utilizado para explorar os dez anos de atuação de *O Cidadão* consistirá em entrevistas com as pessoas que trabalham ou trabalharam no jornal e o levantamento quantitativo e qualitativo das 61 edições do jornal. A ideia é investigar as literaturas relacionadas com a temática e também dissertações já defendidas por mestrandos da Escola de Comunicação da UFRJ. A abordagem desses sujeitos será realizada de maneira eficaz e programada, já que além de a autora ser moradora do Complexo da Maré e coordenar o jornal *O Cidadão*, possui uma rede de contatos que pode facilitar o processo de coleta de dados e informações.

Diante do exposto, fica evidente que a autora se enquadra na situação de uma observadora participante. A questão aqui é a de como trabalhar a pesquisa sem a tal da familiaridade e do estranhamento necessários em relação ao objeto. Janice Caiafa defende que “o etnógrafo busca experimentar um estranhamento. É preciso introduzir uma irregularidade na continuidade familiar, há uma interrupção do fio regular do pensamento e da vida. (...) Na pesquisa etnográfica é o campo que traz essa possibilidade de desfamiliarização” (CAIAFA, 2007:148). A autora alivia a tensão ao defender:

A idéia da disponibilidade para qualificar a atitude de campo pode ser retomada: é preciso estar disponível para a exposição

à novidade, quer se a encontre muito longe ou na vizinhança. Trata-se de uma atitude que se constrói no trabalho de campo. É que o estranhamento não é dado, é algo que se atinge, é um processo do trabalho de campo. A viagem *sur place* é a que não atinge movimento e envolve a relação com a diferença, a acolhida da novidade que aquele outro território oferece, daquilo que não estava previsto. A viagem de campo é imóvel, viagem da diferença, não importando a distância percorrida (Idem, 2007, 149).

O fato de se estudar o grupo ao qual pertence, onde a distância é nula, não significa que a pesquisa é irrealizável ou que poderá ser um desastre. “O excesso de proximidade coloca novas perguntas a que seria interessante atentar. Obriga a questionar, por exemplo, se o estranhamento – que é um desafio ao familiarismo afetivo e intelectual – sobreviveria tão próximo da identidade” (Ibidem, 151) Em verdade, o caótico é quando o etnógrafo mergulha numa identidade, no reconhecível, que pode desaguar na indisposição de deixar-se afetar pelos acontecimentos no campo.

Para evitar tais armadilhas, Caiafa indica alguns caminhos, já que não há uma “vacina” que previna um possível encaixe na identidade. Para tanto, trabalha o conceito de *agenciamento*, cunhado por Deleuze e Guattari. “Os agenciamentos são datados, transitórios e sempre em relação com um limiar que, atingido, promove uma virada, uma mudança. Deleuze escreve que a única unidade do agenciamento é o ‘co-funcionamento’, que ele também chama de ‘simpatia’” (Ibidem, 152).

O agenciamento é inerente ao etnógrafo, um jogo envolvente, mas há que se perceber as ações e as paixões envolvidas na partida, já que todos esses elementos estão em co-funcionamento ou simpatia. “Para de alguma forma encontrar os companheiros de campo, é preciso apenas ter algo a ver com eles, alguma coisa para agenciar com eles. Para realizar isso, seria preciso, de novo, uma disposição para se deixar afetar pelo que nos cerca” (Ibidem, 154).

A simpatia é definida como o corpo-a-corpo dos agenciamentos, mas longe se ser um sentimento de estima. Deixar-se afetar é justamente o inverso da imposição da identidade. Assim, o trabalho de campo se mostra como imprescindível para essa experiência de simpatia e compartilhamento de paixão. O campo é a ocasião oportuna para o agenciamento com o desconhecido. Em campo, o etnógrafo desvela sua subjetividade. “Há uma produção subjetiva de que o etnógrafo participa inevitavelmente, e que

concebemos não como um confronto ou interligação de eus, de subjetividades pessoais, mas como um processo, como produção (...) embora venha terminar em indivíduos, ela é coletiva, se produz no registro social” (Ibidem, 156).

É assim que no trabalho de campo há uma produção subjetiva que pode ser tanto mais interessante para os objetivos da pesquisa quanto o etnógrafo se deixe ingressar nos agenciamentos, se afastando das armadilhas da identidade, em suas diversas formas. Para que a pesquisa se realize, o etnógrafo precisa deixar-se afetar. É possível que isso se dê com mais frequência do que se tem notícia nas experiências de campo, mas tende a refletir-se pouco no texto, provavelmente porque há que se dobrar aos formatos consagrados. Há mesmo casos de imersão total, em que o antropólogo “vira nativo”, que não é o que estou indicando aqui. Mas esse risco mostra que está em jogo uma transformação, e que a pesquisa bem-sucedida envolve uma arte das doses<sup>2</sup>. (Idem, 156)

Assim, “observar-participar é estar lado a lado e de forma atuante, mas na justeza das preocupações da pesquisa – em suma, uma forma especial de acompanhar. A observação participante é uma atividade de simpatia” (Ibidem, 156).

Algo que poderá chamar a atenção é o fato do objeto em estudo, no caso o jornal *O Cidadão*, também servir de fonte para trabalhos etnográficos e até ousar em atuar como etnógrafo com relação à Maré e à própria cidade. Tanto que, em uma pauta desenvolvida pelo veículo, há a feliz coincidência com a autora Janice Caiafa. Ao retratar o cotidiano de moradores da Maré em uma viagem de ônibus rumo à Barra da Tijuca e à Zona Sul, na edição de janeiro de 2006, com o título “Maré vai à Zona Sul” (O CIDADÃO, 2006, nº43), o jornal comunitário abordou, em sua reportagem de capa, as “histórias passageiras” que se desenrolam no percurso da viagem. Já na introdução é possível perceber o caráter de observador-participante do próprio jornal com relação ao seu objeto jornalístico:

Observando as relações criadas em algumas linhas especiais, com destino à Zona Sul, para atender os moradores da Maré, percebemos que os mareenses encontraram uma maneira de fazer com que essas viagens tenham um final feliz, iniciando e terminando bem o dia. (...) O ônibus possibilita uma interação total entre os trabalhadores. Há debates que variam desde o programa de tevê do dia anterior, à crise política, educação dos filhos e violências nas ruas. É nesse contexto que algumas pessoas conseguem fazer amizades verdadeiras (Idem, nº43:12).

---

2

A capacidade de a viagem de ônibus construir relações pessoais, amorosas e até de cunho político é destacada na reportagem. O nível de mobilização também é enfatizado por um entrevistado: “Os passageiros do 170 estão organizando um abaixo-assinado pela melhoria dos carros, que estão quebrando. Há um tempo, fizeram um abaixo-assinado pela volta de um cobrador e conseguiram”. Janice Caiafa atesta tais possibilidades:

Há conversas a dois, as aproximações mais restritas, onde se inclui a azaração. E é curioso observar que aí existe a presença de um auditório, mais ou menos atento. Mas as conversas nas viagens de ônibus podem engajar um grupo maior, e essa é uma outra característica. Braga menciona também a questão do número de participantes e da possibilidade de participar como um dos pontos a considerar no desenho do dispositivo. Nas viagens de ônibus do Rio de Janeiro, há conversas em que a admissão dos participantes tende a ser ilimitada. (...) um acontecimento no ônibus pode engajar que o queira comentar, inclusive porque em certa medida afeta a todos, que estão ali naquele espaço a um tempo fechado e aberto – abre-se constantemente para fora, deixando entrar e sair – mas de toda forma comum (Idem, 2007:96).

No texto jornalístico, as conversações na viagem de ônibus, a caminho da escola, do trabalho e até mesmo da diversão, evidenciam a diversidade de relações ali construídas. “No meio tenso das viagens de ônibus, o isolamento, o namoro, as aproximações violentas, e ainda as conversas de ocasião preenchem um cotidiano muito interessante. Em nossos ônibus, a diversidade urbana não parece ser, em mais de um sentido, muda” (Idem, 2007:100).

A certa altura, o jornal comunitário utiliza uma entrevista com uma especialista em viagens de ônibus, a própria antropóloga Janice Caiafa, e cita seu livro “Jornadas urbanas: exclusão, trabalho e subjetividade nas viagens de ônibus na cidade do Rio de Janeiro.” Isso demonstra que o jornal comunitário de fato tem a preocupação de ser um instrumento informativo, formativo e até pedagógico.

Desse modo, a partir dos métodos de observação participante e de pesquisa-ação de Paulo Freire, a análise do objeto pesquisado ambiciona apresentar elementos característicos à vivência da própria autora. Nascida há 29 anos no Complexo de Favelas da Maré, na Nova Holanda, a autora identifica em seu cotidiano as consequências do abismo comunicacional existente entre a comunidade, configurada nos estigmas impostos à favela, e a cidade, aquela que rejeita a favela. “Uma cidade partida”, como diagnosticou Zuenir

Ventura? Ou uma “cidade cerzida”, como salientou Adair Rocha? “Uma cidade favela” que, ao mesmo tempo traz consigo o ranço da ojeriza ao pobre, mas se vale da pobreza para lucrar e receber visibilidade internacional. Como, em 1996, na gravação do clipe “They don’t care about us” (“Eles não ligam pra gente”), do cantor Michael Jackson, no Morro Santa Marta, na Zona Sul do Rio; ou na visita do Príncipe de Gales e da Duquesa da Cornualha ao Complexo da Maré, em 2009.

Michael Jackson, um dos artistas mais emblemáticos forjado pelas mazelas da indústria cultural, cantarolou lá do alto do morro Santa Marta o que o favelado gostaria de gritar: “Diga-me o que aconteceu com meus direitos. Eu sou invisível só porque você me ignora?” Pena que a barreira da língua impediu que o conteúdo expresso pela música chegasse aos corações da maioria dos favelados. A tradução midiática do que representava o popstar no morro se deu pela lógica do sensacionalismo, do ineditismo, do excêntrico e não pela mensagem que a música do astro traz aos governantes. Em junho de 2010, quase um ano após a morte do cantor, uma estátua de bronze foi erguida em sua homenagem, na mesma laje em que Michael esteve. Com a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o Santa Marta figura entre os mais cotados pela indústria de turismo em favelas no Rio de Janeiro.

Desse modo, nos termos de Sodré e Paiva (2004), o “olhar das lentes comunicacionais”, corporificado na mídia de entretenimento que tem como principal veículo a televisão, revela o *bios* artificial e midiático por meio de uma resignificação da ambiência popular convertida em uma paisagem meramente virtual. Assim, “quase todo mundo se sente ‘artista’ ou próximo de um artista, a celebridade é experimentada como um novo tipo de mediação social”. No entanto, neste cenário real e virtual, quando o artista real volta para o seu lugar e as lentes se fecham, os pobres reais encarnam o papel da miséria e da violência a partir da lente midiática do “mito das classes perigosas” (COIMBRA, 2001). Portanto, essas classes são imagetivamente suportadas enquanto os holofotes estão acesos, mas ao apagar das luzes, a tolerância é convertida em intolerância e agressão.

Diante do quadro descrito, é mais do que necessária e urgente a democratização dos meios de comunicação. Portanto, a proposta da presente dissertação é desvendar, por meio do cotidiano do jornal comunitário *O Cidadão*, de que maneira suas perspectivas ideológicas, pedagógicas e políticas no campo da comunicação comunitária se inserem no

*bios* midiático. A pesquisa almeja elucidar como essas perspectivas podem conduzir a uma experiência ímpar na práxis da comunicação militante em busca da transformação social. O estudo priorizará a conceituação teórica, pertinente à análise, de termos como “ideologia”, “contra-hegemonia”, “indústria cultural”, “cultura popular”, “intelectual orgânico”. A pesquisa empírica se realiza pelas entrevistas com as pessoas envolvidas no processo de produção do jornal e pelo levantamento quantitativo e qualitativo das edições durante os dez anos de existência do veículo. Com base no referencial teórico e nas descrições, análises e entrevistas, pretende-se traçar elucidações a respeito da comunicação comunitária no Rio de Janeiro.

Dessa forma, o segundo capítulo da presente dissertação aspira estabelecer um breve panorama da comunicação na América Latina e no Brasil. A partir da transnacionalização estabelecida nos países latinoamericanos, conglomerados comunicacionais no Brasil, México, Venezuela e Argentina fundam alianças com oligopólios internacionais que intensificam o processo de desnacionalização das indústrias de entretenimento. No entanto, alguns países com governos progressistas ensaiam estratégias eficazes para impedir a perpetuação do monopólio privado da comunicação, principalmente, por meio da promoção de leis baseadas no estabelecimento de novos marcos regulatórios. As táticas versam sobre a inspeção e a concessão das outorgas de radiodifusão e de televisão. No Brasil, destacam-se as reivindicações dos movimentos pró-democratização da comunicação. A Conferência Nacional de Comunicação Social<sup>2</sup> é apontada como o principal fórum para a discussão qualificada na busca por heterogeneidade, pluralidade e diversidade nos meios de comunicação. No entanto, o governo Lula findou o seu mandato sem que tivesse deliberado concretamente sobre os rumos da comunicação brasileira.

Ao figurar como um dos principais aparelhos de hegemonia, a mídia comercial se caracteriza como agente difusor da ideologia do mercado neoliberal como valor universal. Assim, os campos ideológicos, culturais e políticos são capitaneados pela expansão das indústrias da informação e do entretenimento, tornando inviável qualquer contestação à ordem estabelecida pelo capitalismo global. Essa lógica pode ser subvertida pela atuação dos meios contra-hegemônicos baseados na articulação alternativa e comunitária. Por isso, o presente capítulo pretende identificar o papel da comunicação comunitária como



promotora da justiça social por meio de seu comprometimento político com a conscientização da situação histórica dos sujeitos excluídos do mercado, aqueles que não consomem, ou não consomem o suficiente para serem respeitados. É neste contexto que o objeto desta pesquisa, o jornal *O Cidadão*, atua, na luta contra-hegemônica.

O terceiro capítulo pretende, antes de entrar propriamente nas questões relativas ao objeto de estudo, estabelecer um recorte político e social sobre o lócus geográfico e comunicacional em que *O Cidadão* está inserido. Portanto, o capítulo inicia o debate sobre o surgimento da favela com base no referencial teórico de Mike Davis, utilizado no livro “Planeta favela”. Ao remontar o Rio de Janeiro com suas estratégias de segregação e embelezamento calcadas na remoção compulsória dos pobres, o capítulo ambiciona estabelecer uma linha de raciocínio entre o local e o planetário. Tais estratégias se qualificam como iniciativas articuladas pela geopolítica baseada no neoliberalismo, sobre o qual a pobreza e a riqueza são balizadas pelo arranjo sócio-espacial.

O presente capítulo também objetiva evidenciar de que maneira se processa a criminalização da pobreza, da favela e de seus moradores. Ao identificar a ineficiência no poder público em sanar os problemas protagonizados pelo crescimento urbano, o pobre leva a culpa por todas as dificuldades enfrentadas pela cidade. E o papel da mídia comercial neste quesito é o de estigmatizar, estimular o ódio e apontar o inimigo número um da sociedade. Desse modo, o tópico pretende organizar o panorama do Rio de Janeiro às vésperas da chegada de esportistas e turistas da Copa do Mundo, em 2014; e dos Jogos Olímpicos, em 2016. Como ocorreu em outros lugares do mundo que sediaram eventos do mesmo porte, os pobres estão sendo removidos à força e arbitrariamente pelos governos, mesmo diante das incontáveis denúncias de violações de direitos humanos apresentadas por órgãos internacionais. No quesito segurança pública, foram implantadas Unidades de Polícia Pacificadora. Estatísticas do Instituto de Pesquisa de Segurança Pública (ISP), porém, revelam que ainda é elevada a taxa de homicídios em situações obscuras nas favelas cariocas.

É neste contexto que o Complexo de Favelas da Maré está imbricado, embora não corra o risco de remoção, pois há mais de 130 mil moradores, de acordo com o Censo Maré de 2000. No entanto, a Maré está em pleno processo de cercamento, já que se localiza entre as principais vias da cidade, como a Avenida Brasil e as linhas Amarela e Vermelha. Esta

última dá acesso ao Aeroporto Internacional Tom Jobim. Segregar a comunidade com um muro de concreto é mais do que estratégico para torná-la invisível aos olhos dos visitantes internacionais. Desse modo, as entidades não-governamentais são decisivas para tentar orientar projetos que viabilizem políticas públicas de inclusão social. É assim que surge o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), em 1998, com a principal proposta pedagógica de inserir jovens das favelas em universidades, por meio do curso pré-vestibular comunitário. A ONG é a responsável pela criação do jornal comunitário *O Cidadão*.

Assim, o capítulo pretende retomar o debate sobre a concentração dos meios de comunicação no Rio de Janeiro e a cobertura jornalística que reafirma estereótipos, pré-conceitos e impõe pré-julgamentos. O monopólio da comunicação no Estado é caracterizado pela apropriação midiática da família Marinho, mas não sem resistência. Tanto que o estado tem se notabilizado pelo surgimento de iniciativas midiáticas nas favelas que reivindicam o direito de voz e enfatizam a atuação mobilizadora. Esse debate pretende abrir caminho para o desenvolvimento da análise sobre o jornal *O Cidadão*.

O quarto capítulo deseja iniciar o estudo sobre os dez anos do jornal comunitário *O Cidadão*. A partir do reconhecimento de que a publicação nega o trinômio imparcialidade-isenção-neutralidade, falácia amplamente divulgada pelas corporações midiáticas, o tópico pretende explorar de que maneira este se insere ao lado dos trabalhadores, dos excluídos e dos marginalizados da sociedade capitalista. Diante da análise sobre a cobertura do cotidiano da Maré, pretende-se explorar como se aplica essa práxis contra-hegemônica, política e pedagógica, por meio do conteúdo das reportagens principais durante os dez anos de sua existência, além da observação de alguns de seus editoriais.

O fio condutor que a análise aspira utilizar é baseado no processo de transição editorial sobre o qual foi adicionada a prerrogativa do desempenho político e pedagógico na defesa dos direitos humanos. A iniciativa gerou divergência interna que desembocou no início da desestruturação da equipe. O jornal se caracterizava pela cobertura de temas prioritariamente ligados à identidade e cultura local. A atualização no projeto editorial, principalmente no que tange à cobertura sobre as atrocidades cometidas pela política de segurança pública nas favelas, inseriu *O Cidadão* na agenda telefônica de jornalistas da mídia hegemônica. O jornal comunitário passou a atuar como assessor de imprensa na

tentativa de inserir a versão dos moradores sobre os acontecimentos relacionados a casos emblemáticos, como o assassinato de Matheus Rodrigues, de 8 anos, em dezembro de 2008; e de Felipe Correa, de 16. Assim, o capítulo se propõe a explorar os prós e contras da relação estabelecida com a mídia empresarial.

O tópico também pretende investigar se o fato do jornal em questão pertencer a uma instituição interfere na condução editorial do veículo. Quais os limites, se é que existem, entre o institucional e o comunitário? Quando os interesses da ONG se chocam com as prerrogativas do jornal, o que é feito? Há autonomia necessária para o exercício prioritário da comunicação comunitária? E os financiadores? E como se avalia uma possível emancipação do jornal para a geração de trabalho e renda?

Este capítulo também deseja verificar, por meio das reportagens de *O Cidadão*, se o veículo em questão funciona como intelectual orgânico ao se dispor como organizador da cultura local. Além disso, o trabalho pretende, ao esboçar noções sobre o conceito de cultura nas ciências sociais, apresentar um breve diálogo entre os críticos da indústria cultural e os entusiastas da cultura popular. Ainda neste tópico, pretende-se analisar o potencial contra-hegemônico da cultura, já que esta se qualifica quando os grupos dominados articulam a liderança político-cultural.

O quinto capítulo ambiciona analisar de que maneira se estabelece o processo de tomada de consciência para a emancipação humana. Pretende-se recorrer à metodologia da pedagogia do oprimido para descortinar as possibilidades de o cidadão se apropriar de sua própria história. A ideia é observar em que medida a comunicação comunitária pode se consolidar como uma prática libertadora por meio de seu potencial de leitura crítica da realidade. Desse modo, o tópico pretende retomar o papel político e pedagógico do objeto em questão a partir de sua atuação em fóruns de debate a respeito da comunicação. Pretende-se encerrar o capítulo, mas não a pesquisa, com um recorte sobre as atuais condições em que o objeto de pesquisa se encontra no campo comunicacional do Complexo da Maré.

## 2- COMUNICANDO A COMUNICAÇÃO

### 2.1 – Retrato da comunicação na América Latina e no Brasil

A comunicação pode e deve servir como instrumento de democratização da gestão pública e do fortalecimento da participação popular. No entanto, os veículos de comunicação na América Latina e, especificamente, no Brasil, são caracterizados pelo histórico processo de concentração nas mãos de algumas famílias das elites locais. O monopólio se apresenta desde a produção e difusão de dados, sons e imagens, até as chamadas infotelecomunicações, caracterizadas pela confluência tecnológica dos setores de informática, telecomunicações e mídia. Segundo Dênis de Moraes, vinculada aos interesses privados e transnacionais, houve a ampliação das indústrias de mídia e entretenimento, já que a recessão econômica pós-2008, na Europa e nos EUA, possibilitou a expansão das corporações transnacionais na América Latina. Tal fato se deve à ineficácia e à fragilidade dos mecanismos de regulação e de controle dos fluxos audiovisuais e de capital, que cruzam fronteiras por satélites e redes infoeletrônicas.

O processo de transnacionalização, associado à ideia de desenvolvimentismo, foi inaugurado na maioria dos países da América Latina na década de 60, com a diversificação industrial e a ampliação do mercado interno. A fase transnacional sinaliza o rompimento das fronteiras nacionais que barravam a concentração capitalista, o que agravou, nos anos 80, “a contradição entre o caráter nacional da estrutura política e o caráter transnacional da estrutura econômica” (BARBERO, 2003:260). A difusão generalizada de inovações no campo da comunicação, que se instala como motor do desenvolvimento, é qualificada por Barbero em dois fatos-chaves: a hegemonia da televisão e a pluralização funcionalizada do rádio. Neste contexto, o papel da televisão, além de concentrar os maiores investimentos econômicos e de mover os dispositivos ideológicos, é o de unificar demandas, “única maneira pela qual pode conseguir a expansão do mercado hegemônico sem que os subalternos se ressintam dessa agressão” (Idem, 2003:261). Assim, a televisão se converte em instrumento para a padronização de modelos com a importação de programas americanos, sem falar na crescente consulta aos índices de audiências, que viabiliza a

estratégia de falar ao máximo de pessoas e reduzir as diferenças que possam chocar os preconceitos socioculturais das maiorias. Barbero defende que a televisão é, de fato, o instrumento mais qualificado de controle das diferenças:

Embora massificada, a imprensa sempre refletiu as diferenças culturais e políticas, e isto não somente graças à necessidade de “distinção”, mas também por corresponder ao modelo liberal em sua busca de expressão para a pluralidade que compõe a sociedade civil. Também o rádio, por outro lado, estando próximo do popular, desde o início fez presente a diversidade do social e do cultural. Já a televisão desenvolverá ao máximo a tendência à absorção das diferenças. E falo de absorção porque é esta sua forma de negá-las: exibindo-as livres de tudo aquilo que as impregna de conflitividade. Nenhum outro meio de comunicação tinha permitido o acesso a tanta variedade de experiências humanas, de países, de povos, de situações. Mas também nenhum outro jamais as controlou de tal modo que, em vez de implodir o etnocentrismo, terminasse por reforçá-lo. Ao conectar o espetáculo com a cotidianidade, o modelo hegemônico de televisão imbrica em seu próprio modo de operação um dispositivo paradoxal de controle das diferenças: uma aproximação ou *familiarização* que, explorando as semelhanças superficiais, acaba nos convencendo de que, se nos aproximarmos bastante, (...) se parecem muito conosco; e um distanciamento ou *exotização* que converte o outro na estranheza mais radical e absoluta, sem qualquer relação conosco, sem sentido para o nosso mundo (Ibid, 2003:262).

A transnacionalização do massivo nos anos 80 é observada por Barbero como possível a partir da crise de identidade dos partidos políticos tradicionais e da ausência de cumplicidade entre a esquerda e o popular. Tal fragilidade permitiu que os meios de comunicação massivos, com destaque para o rádio, se conformassem como agentes do novo modelo econômico. Assim, surgem os conglomerados latino-americanos – Globo, no Brasil; Televisa, no México; Cisneros, na Venezuela; e Clarín, na Argentina –, que entrecruzam negócios e estabelecem alianças com oligopólios internacionais. A transnacionalização concebe, na prática, além da oligopolização, a desnacionalização das indústrias de entretenimento. Brasil e Argentina, por exemplo, juntos, representam os dois principais mercados editoriais. No entanto, estão, majoritariamente, nas mãos de grupos transnacionais, como os espanhóis Prisa/Santillana e Planeta, e o britânico Pearson. Essa lógica persiste na distribuição e exibição cinematográfica e no mercado fonográfico. Desse modo, defende Moraes, a mídia encarna dois papéis distintos: o primeiro diz respeito à atuação retórica, que promove, difunde e legitima o ideário capitalista como discurso

hegemônico; o segundo papel é de agente econômico do mercado internacional, ao vender produtos que dão visibilidade a anunciantes e patrocinadores. (MORAES, 2011:37-41).

Como resultado de uma aliança entre as elites “tecnoburocráticas” do Centro-Sul e as oligarquias regionais para consolidação do projeto de poder subordinado à nova ordem mundial, Muniz Sodré confirma que, nos estados da Federação brasileira, as emissoras de TV, rádios e jornais de maior audiência são controlados pelas oligarquias, de modo que os interesses dominantes imperam com facilidade. Desse modo, “em termos partidários, uma coalizão de centro-direita, correspondia, no plano do *broadcast* televisivo, uma exacerbação de conteúdos popularescos (a programação esteticamente grotesca), que vem aqui traduzindo uma espécie de pacto simbólico ou “contrato de leitura” (SODRÉ, 2002:33).

O quadro é ainda mais revelador ao se verificar as estatísticas do contexto descrito. Segundo o relatório publicado pela Article19, entidade não governamental comprometida com a liberdade de expressão, o mercado televisivo no Brasil é dominado por seis empresas midiáticas, com um faturamento anual que ultrapassa US\$ 3 bilhões. A Rede Globo, sem sombra de dúvidas, é a recordista:

A Rede Globo detém aproximadamente metade deste mercado, num total de US\$ 1,59 bilhão. As seis principais empresas de mídia controlam, em conjunto, 138 dos 668 veículos existentes (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva. A Globo, sozinha, detém 56% da audiência de TV. Levantamento feito pelo projeto Donos da Mídia mostra que, dos 2.385 veículos ligados a uma das 55 redes nacionais de rádio e TV do Brasil, 39% (934) possuem relação com as cinco maiores redes privadas de televisão – Globo, SBT, Record, Band ou Rede TV. À Globo estão vinculados 340 veículos, entre canais de rádio, televisão, jornais e revistas. A seguir, vêm o SBT, com 194 emissoras filiadas; Band, com 166; Record 150; e Rede TV, com 84 (MORAES, 2011:42).

O monopólio da comunicação exercido pelas corporações da mídia, segundo Arbex, tem consequências políticas, culturais, sociais e econômicas de longo alcance e profundidade. Além de impedir o debate plural e democrático das ideias, torna invisível – quando não demoniza – atores e movimentos sociais. A mídia abre imensas possibilidades imagéticas de manipulação do imaginário, ainda mais em países como o Brasil. “Onde a sociedade civil é extremamente frágil e exposta às relações, não raro, promíscuas, entre as corporações e o Estado e onde, em contrapartida, há um elevado índice de analfabetismo

funcional e inexistência de uma tradição democrática, como resultado histórico da violência das elites contra as organizações e movimentos populares” (ARBEX, 2003:386).

No entanto, mesmo diante desse quadro hegemônico de monopólios comunicacionais, Dênis de Moraes, revela novas possibilidades de transformações no campo da comunicação a partir de iniciativas de governos progressistas latinoamericanos. Porém, o destaque para os aguerridos oponentes ao monopólio privado da mídia fica para os governos de Hugo Chávez, na Venezuela; Evo Morales, na Bolívia; Rafael Correa, no Equador; e Cristina Kirchner, na Argentina. É necessário ainda reconhecer certas de Lula e Dilma Rousseff, no Brasil; José Mujica, no Uruguai; Michelle Bachelet, no Chile; Daniel Ortega, na Nicarágua; e Fernando Lugo, no Paraguai.

Uma das iniciativas versa sobre o fortalecimento da comunicação estatal ao bloqueio midiático comercial. A estratégia é concebida com a criação de jornais estatais, entre 2009 e 2010, por Chávez, Morales, Correa e Lugo. Eles foram acusados pela mídia de gastarem dinheiro público com propaganda oficial. Outros modelos de televisão financiados por verbas públicas também são experimentados por esses governos com o objetivo de “respeitar identidades e tradições nacionais e regionais; estimular a pluralidade no telejornalismo; divulgar manifestações artísticas que não seguem parâmetros mercadológicos; e debater questões socioculturais subestimadas e ignoradas pela mídia comercial” (MORAES, 2011:73). Nesse sentido, o autor põe em evidência três canais: o multiestatal Telesur, criado em 2005 e financiado por Venezuela, Cuba, Argentina, Bolívia e Nicarágua; e os estatais Vive TV, idealizado por Hugo Chávez em 2003; e o Canal Encuentro, no ar desde 2007, na Argentina.

A contra-ofensiva encabeçada pela mídia burguesa às transformações na comunicação, principalmente no que tange ao novo remodelamento no campo emissor/receptor, é a apelação para argumentos vazios e superficiais de falta de isenção. Ora, quem se regozija da tal da imparcialidade são as próprias oligarquias familiares midiáticas, que outrora tomaram partido das ditaduras militares na América Latina. “Oportuno lembrar que certos órgãos de comunicação que, hoje, atacam governos progressistas foram os mesmos que defenderam golpes de Estado (...) – como na Argentina, no Brasil, na Bolívia, no Chile e no Uruguai – (...) e que endossaram programas de privatização” (Idem, 2011:158). Portanto, as iniciativas descritas não cometem o pecado

capital da falaciosa neutralidade, há a preocupação com o equilíbrio necessário. E como bem avaliou o italiano Gramsci, os jornais atuam como partidos políticos, já que neles constam os preceitos ideológicos da classe detentora do veículo. O diferencial é que estas iniciativas não se rendem ao lucro e ao consumo, não se curvam diante das imposições do mercado capitalista.

Outra estratégia apontada por Moraes para as sensíveis modificações do cenário comunicacional diz respeito às legislações antimonopólio baseadas no estabelecimento de novos marcos regulatórios. A ideia é romper com a concentração e a mercantilização da comunicação a partir de táticas de fiscalização e de concessão de outorgas de rádio e televisão. A atualização das leis existentes para o setor, principalmente aquelas datadas da ditadura militar, pode representar avanços que permitam a produção de conteúdos plurais e regionais. A Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual da Argentina, sancionada em 2009, é reconhecida pelo autor como o principal marco histórico e referência internacional, já que modifica completamente o sistema de radiodifusão, a partir das demandas apresentadas pela sociedade civil. Entre as medidas propostas pela lei, está a definição para organizar equitativamente os prestadores de serviços de radiodifusão, o que possibilita uma nova configuração, pois acaba com a concentração do setor privado-comercial do sistema. Além disso, a lei impede a propriedade cruzada dos meios (evitando que empresas de radiodifusão operem TV a cabo) e limita o número de programas estrangeiros.

Como não poderia ser diferente, a legislação argentina mexeu com os brios de grupos midiáticos e, por isso, é alvejada por inflexíveis medidas cautelares que tentam barrar a sua vigência. Mas o receio maior das empresas de comunicação é de que leis semelhantes se alastrem pela América Latina, como ocorreu com os governos de Equador e Uruguai, que se basearam na lei para estabelecer novos marcos regulatórios na comunicação. O Brasil, no entanto, encontra-se na contramão dessas mudanças estruturais. Um exemplo disso foi a renovação automática das concessões da Rede Globo, em 2008, por mais 15 anos, sem que houvesse uma discussão democrática sobre o assunto na sociedade civil. Na ocasião, entidades e movimentos pró-democratização da comunicação se opuseram à medida do presidente Lula. O Coletivo Intervozes de Comunicação<sup>3</sup>, entidade crítica à forma de concessão pública, denuncia em sua página eletrônica a falta de

---

<sup>3</sup>Coletivo Intervozes de Comunicação disponível em [www.intervozes.org.br](http://www.intervozes.org.br). Acesso em 19 de abril de 2011.



transparência nos critérios para as concessões de canais de rádio e televisão e acusa interferências políticas na obtenção e na renovação de licenças. Além disso, recrimina a inexistência de fiscalização sobre a radiodifusão comercial e a ausência de transformações estruturais no processo de implantação da televisão digital.

Entretanto, esta não foi a primeira vez que Lula deixou de fazer algo que realmente possibilitasse uma reconfiguração estrutural no âmbito da comunicação nacional. Segundo Moraes, ao propor a criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav) e do Conselho Federal de Jornalismo, Lula, sob pressão dos conglomerados midiáticos, retrocedeu da decisão. Outra hesitação vergonhosa ocorreu na aprovação do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos. O presidente extinguiu apontamentos sobre o controle público no capítulo destinado à comunicação. Da versão definitiva, Lula suprimiu a criação de um observatório social, gerido por estados e municípios, que acompanharia a cobertura da mídia em direitos humanos. Retirou ainda a elaboração de um ranking de veículos empenhados em promover os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU.

Outro questionamento com relação às deliberações do governo brasileiro diz respeito à escolha do modelo japonês de televisão digital (TVD). O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) destacou que este modelo de TV digital impõe uma convergência desregulamentada, o que beneficia os negócios dos grupos de mídia que priorizam a centralização do sistema televisivo. Desse modo, às redes privadas obtiveram a maioria dos canais, enquanto apenas quatro canais foram destinados ao setor público (TV Brasil, Canal Educação, Canal Cidadania e Canal Cultura). De acordo com Moraes, “três anos depois de introduzida no país ainda é pequena a parcela da população que tem acesso à TV digital” (MORAES, 2011:107).

A oportunidade do governo Lula se redimir perante aos anseios demandados pelos movimentos pró-democratização da mídia ocorreu na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), ocorrida em dezembro de 2009, no Distrito Federal. Na ocasião, integrantes da sociedade civil, do empresariado e do próprio governo fizeram o debate necessário para a definição de temas que deveriam ser priorizados pelo poder público para a democratização da comunicação do país. Mesmo com o boicote geral e irrestrito da mídia comercial sobre o tema, a Confecom avançou em debates qualificados sobre políticas

públicas para o setor. Dentre as 633 propostas aprovadas, há estratégias abandonadas por Lula, como as de reformulação em concessões pública de rádio e televisão, as de regulação do setor, para garantir uma maior pluralidade de vozes, além das de descriminalização das rádios comunitárias, conforme citado anteriormente.

Moraes destaca as 15 principais proposições:

A afirmação da comunicação como direito humano e pleito para que esse direito seja incluído na Constituição Federal; a criação de um Conselho Nacional de Comunicação que possa ter caráter de formulação e monitoramento de políticas públicas; o combate à concentração do setor, com a determinação de limites à propriedade horizontal, vertical e cruzada; a garantia de espaço para a produção regional e independente; a regulamentação dos sistemas público, privado e estatal de comunicação, que são citados na Constituição Federal, mas carecem de definição legal, com reserva de espaço no espectro para cada um destes; o fortalecimento do financiamento do sistema público de comunicação, inclusive por meio de cobrança de contribuição sobre o faturamento comercial das emissoras privadas; a descriminalização da radiodifusão comunitária e a abertura de mais espaço para esse tipo de serviço, hoje confinado a 1/40 do espectro; a definição de regras mais democráticas e transparentes para concessões e renovações de outorgas, visando à diversidade de conteúdos; a definição do acesso à internet banda larga como direito fundamental e o estabelecimento desse serviço em regime público, que garantiria sua universalização, continuidade e controle de preços; a implementação de instrumentos para avaliar e combater violações de direitos humanos nas comunicações; o combate à discriminação de gênero, orientação sexual, etnia, raça, geração e de credo religioso nos meios de comunicação; a garantia da laicidade na exploração dos serviços de radiodifusão; a proibição de outorgas para políticos em exercício de mandato eletivo; promover a integração das redes da América do Sul, por meio de articulação de rádios e TVs públicas e comunitárias do Brasil com rádios e TVs públicas e comunitárias nacionais e regionais das Américas e Caribe (MORAES, 2011:108).

No entanto, destaca Moraes, embora a Secretaria de Comunicação da Presidência da República tenha observado algumas propostas já beneficiadas por projetos de lei que tramitam no Congresso, um ano após a Confecom, nenhuma delas foi apreciada em decisões do governo. Portanto, o presidente Lula findou seu mandato de oito anos sem deliberar concretamente sobre os rumos da comunicação brasileira. Em sua campanha, a presidente Dilma Rousseff se comprometeu publicamente com 13 itens para o quadriênio

de 2011-2014. Dentre eles, está o compromisso de favorecer a democratização da comunicação.

A busca pela heterogeneidade, pluralidade e diversidade nos meios de comunicação latino-americanos deve vir acompanhada por laços de solidariedade e sociabilidade. Para tanto, Barbero defende uma heterogeneidade calcada na noção de comunidade. “Não certamente a uma ideia de comunidade ‘resgatada’ de algum passado idealizado, mas àquela que assume as ambíguas formas e modalidades do presente: das comunidades de bairro que se unem para dar à própria vida um pouco de dignidade humana” (BARBERO *in* MORAES, 2003:73). Baseadas em formas tradicionais de comunicação, seja rádio ou canais comunitários de televisão, estas comunidades, além de viabilizarem por suas próprias narrativas a valorização de sua identidade, são capazes de reverberar uma comunicação pró-justiça social e de barganha política e cultural. Pela especificidade de formas de linguagem e narração peculiar, estas comunidades podem de fato mobilizar uma trincheira pela luta contra a exclusão social, política e cultural.

E é justamente na legalização das rádios comunitárias que Moraes relata progressos na América Latina, apesar de ainda haver entraves econômicos e legais. Estas rádios operam, em sua maioria, clandestinamente, com baixa potência e precárias condições técnicas. Países como Uruguai, Bolívia, Equador, Venezuela e Chile lideram o ranking da evolução no quesito legislação de radiodifusão. A Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), com três mil associados em 110 países, aprovou um documento na Conferência Internacional de Bogotá, em 2007, em que prevê medidas para impedir o monopólio na radiodifusão. O documento ainda antecipa a criação de políticas públicas que garantam a participação comunitária na propriedade e administração do veículo, além de ressaltar o compromisso com os direitos humanos e com a necessária regulamentação do direito de movimentos sociais e de comunidades obterem e utilizarem as tecnologias de comunicação.

A Amarc considera a Lei de Radiodifusão Comunitária do Uruguai, sancionada em 2007, a mais completa do mundo. A lei enquadra as rádios comunitárias como complementares às estatais e comerciais e inova ao não restringir geograficamente a cobertura da radiodifusão comunitária. Há ainda a promoção de estratégias que impõe um processo de transparência para as outorgas e prevê arrecadações financeiras que garantam a

autonomia editorial e a sustentabilidade econômica. Já no Brasil, a maré continua oposta à correnteza de transformação comunicacional. Em seus dois mandatos, o presidente Lula não alterou a Lei 9.612, sancionada em 1998, que limita a cobertura da rádio comunitária em um quilômetro e burocratiza as concessões de outorgas, além de inviabilizar sua sustentação econômica, uma vez que proíbe a veiculação de anúncios publicitários. Este governo ainda amargou o crescimento do número de rádios fechadas e de apreensão dos equipamentos pela Polícia Federal. A presidenta Dilma Rousseff, em março de 2011, lançou o Plano Nacional de Outorgas para Rádios Comunitárias, para desburocratizar o processo de autorização. “Atualmente, 4.283 rádios comunitárias estão autorizadas a funcionar. No entanto, há mais de duas mil cidades sem nenhuma emissora” (MORAES, 2011:124).

Moraes revela que o bloco formado por Venezuela, Equador e Bolívia está na vanguarda da reorientação democratizante no âmbito da comunicação. No entanto, adverte que “os governos progressistas latino-americanos não são fortalezas inexpugnáveis; há discrepâncias e situações específicas que envolvem a necessidade de coordenação política e maior articulação com movimentos sociais e comunitários” (Idem, 2011:164). Por isso, cabe ao Estado evitar a acusação de excesso de intervencionismo e dirigismo ideológico. Deve ainda orientar a clara fronteira entre ações governamentais e veículos comunitários para que haja a necessária autonomia editorial. No entanto, cabe reforçar o desenvolvimento de uma informática cidadã que inviabilize a infoexclusão, principalmente em redes e canais comunitários. Isso porque, na América Latina, ainda é discrepante o abismo entre o crescimento das fontes tecnológicas e a capacidade de inclusão dos mais pobres neste contexto.

## **2.2 – Ideologia: entre conceitos e a dominação hegemônica**

Na arena global, a mídia se configura como o agente difusor do ideário hegemônico do mercado globalizado, que insere em sua retórica a voz de quem consome. Ao fabricar o consenso sobre a falta de alternativa à superioridade da economia neoliberal, o consumo passa a se configurar ideologicamente como valor universal. Portanto, há a necessidade de se fazer uma visita a diferentes conceituações teóricas sobre ideologia, pois ela se caracteriza como um dos principais aparelhos e ferramentas difusores da ideologia dominante, ao funcionar como a própria comunicação da dominação hegemônica. Além disso, a ideologia também é uma das grandes responsáveis pela formação ou deformação de consciência e inconsciência, ambiente em que o presente trabalho trafega constantemente.

Há dois conceitos fundamentais de ideologia. O primeiro trabalha com a consciência invertida da realidade, uma concepção negativa de ideologia como representação mitificada. O segundo trata da concepção neutra, na qual ideologia é pensada como um conjunto de ideias que orientam os indivíduos em relação à ordem pública.

A palavra ideologia é contemporânea à Revolução Francesa. A partir de Desttut de Tracy, ideologia configura-se como a ciência das ideias, a filosofia das luzes, o modo de formação das ideias a partir da consciência do homem. Na época, as ideias eram vistas como um objeto da natureza e não como algo advindo da relação entre os homens.

A concepção clássica de Marx sobre ideologia, a da consciência invertida da realidade, parte do princípio de que os homens obedeceram às leis de um deus que eles próprios criaram (MARX,1987:17). A ideologia é uma formulação de que existe verdade fora da História. O homem não é sujeito e sim, objeto. Isso o impede de se reconhecer como sujeito de sua história e legitima a ordem imposta. Tal fato tem relação, no plano prático, com a alienação do trabalho no qual o homem não se percebe com sujeito.

(...) a história não termina dissolvendo-se na “autoconsciência”, como “espírito do espírito”, mas em cada uma de suas fases encontra-se um resultado material, uma soma de forças de produção, uma relação historicamente criada com a natureza e entre os indivíduos, que cada geração transmite à geração seguinte; uma massa de forças produtivas, de capitais e de condições que, embora sendo em parte modificada pela nova geração, prescreve a esta suas próprias condições de vida e lhe imprime um determinado desenvolvimento, um caráter especial. Mostra que, portanto, as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias (Idem, 1987:56).

A ideologia é vista como forma de consciência, como representação da realidade, que é definida por Marx de “superestrutura ideológica”. Tal definição é compreendida como uma “visão de mundo”, o que significa dizer que se trata de um conceito neutro, porque não há uma crítica radical como se percebe na concepção de realidade invertida.

A ideologia neutra, difundida por pensadores clássicos como Lênin e Gramsci, é a ideologia do proletariado. Gramsci a adota na concepção de “superestrutura ideológica” por considerar que, quando a ideologia se apodera das massas, transforma-se em um poder material, uma prática da realidade que promove mudanças. Isso é decisivo na formação social, porque as ideologias organizam as massas. São ideologias orgânicas, pois movem as atitudes individuais, e são classificadas como cerebrinas por Gramsci, por significar algo voluntarioso.

A política de representação social observa as imagens ideológicas e os discursos que transcodificam as posições políticas dominantes na sociedade. De acordo com Douglas Kellner, em uma cultura da imagem, os meios de comunicação de massa se configuram com “representações que ajudam a construir a visão de mundo do indivíduo, o senso de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas” (KELLNER, 2001:82). E é por meio de um conjunto de representações que se fixa a ideologia política hegemônica. Segundo Hall, a operação ideológica é impetrada pelos códigos profissionais sob os quais os jornalistas atuam. Tais códigos não são inclinados abertamente em uma direção dominante. Desse modo, a reprodução ideológica acontece “pelas costas dos homens” (HALL, 2006:37).

Mas a ideologia, segundo Sodré, não está somente no conteúdo ou mesmo na forma estética. Está na forma capitalista mercadológica que os conteúdos assumem (SODRÉ, 2002:51). Isso significa que uma empresa de comunicação é, antes de tudo, uma empresa capitalista que se mantém por meio de audiência que gera lucro. A informação é transmitida e trabalhada como mercadoria. O meio, em si, é mercadológico, consumista, é produto. “O meio é a mensagem” (MCLUHAN, 1969).

Deste modo, os produtos veiculados pela mídia têm cunho ideológico e vinculam-se a ações políticas intencionais ou não (KELLNER, 2001:123). É claro que o espectador pode não ser um mero integrante de um público passivo – tem condições de produzir seus próprios significados –, mas os textos também produzem efeitos por si só.

O papel da mídia na economia política da verdade é o de produzi-la e transmiti-la. Isso se explica ao perceber o acesso recorrente a fontes científicas para explicação das causas e previsão das consequências de fatos cotidianos, muitos deles ocorridos a uma enorme distância subjetiva ou mesmo física do especialista.

### **2.3 – Comunicação contra-hegemônica**

Diante da expansão das indústrias da informação e do entretenimento possibilitada pelo furacão neoliberal no campo ideológico, cultural e político, a ação de comunicar deve entrar em contraposição radical à ação de informar. Como observa Barbero, “comunicar é tornar possível que homens reconheçam outros homens em um duplo sentido: reconheçam o seu direito a viver e pensar diferente (...), que estejam dispostos a lutar a todo o momento pela defesa do direitos dos outros, já que nesses mesmos direitos estão contidos os próprios” (MARTIN-BARBERO *in* MORAES, 2003:70). Portanto, a mídia que comunicar efetivamente terá em suas mãos a principal estratégia para se contrapor aos meios de comunicação hegemônicos.

Ao constatar a centralidade dos meios de comunicação para a realização dos debates públicos e para a circulação de ideias, a mídia se caracteriza como um espaço onde se faz a disputa ideológica por hegemonia. O que não passa pelos meios de comunicação está fora da agenda social, como a própria discussão sobre a democratização e a formulação de políticas públicas para a comunicação. A “indústria cultural”, defende Arbex, sufoca a produção cultural local, além de sancionar e dar “visibilidade a jornalistas e intelectuais que sustentam a ideia de que “o mercado” é o melhor e o mais adequado juiz de valor, ao passo que pune, com demissão ou condenação ao ostracismo, aqueles que sustentam posições contrárias” (ARBEX, 2003:389). Sodré atesta o argumento:

A mídia fala do mundo para vendê-lo ou para agilizá-lo em termos circulatórios – sua verdadeira agenda é a do liberalismo comercial. Sua moral utilitarista, com o mercado como vetor de mudanças, não contempla a utilidade social, pelo contrário, é privatista e redutora da sensibilidade quanto ao coletivo (SODRÉ, 2002:64).

Segundo Raquel Paiva, em seu livro *Espírito Comum*, os *mass media* extrapolaram o posicionamento de meros instrumentos ordenadores e impositores dos padrões comportamentais. Seu alcance se insere em todas as esferas da vida cotidiana, de uma maneira mais determinante e eficaz do que o previsto pelos críticos da Escola de Frankfurt. Os meios de comunicação encontram-se integrados à realidade contemporânea, sendo impossível tentar compor a dinâmica social sem a sua presença. É neste contexto que a comunicação comunitária se insere:

Basicamente os *mass media* caracterizam-se pela produção de um tipo de comunicação desvinculada do real histórico, aparentemente sem propósitos claros, um processo de produção pessoal e totalmente distante do indivíduo comum, porque envolto numa esfera técnica e encantatória. A comunicação comunitária coloca em jogo uma possível inversão desse estado de coisas. Para começar, nele é possível distinguir com exatidão uma esfera produtora de mensagens, com propósitos claros e objetivos. Além disso, nela o real histórico impõe-se como elemento definidor de todo o processo de produção, determinando a própria existência do veículo (PAIVA, 2003:58).

Paiva acredita que os veículos de comunicação alternativos emergem para o combate social quando grandes redes de informação passam a monopolizar a versão pública sobre os fatos e a verdade. Defende ainda que o aparecimento de novas propostas de comunicação se dá a partir da padronização do enfoque e da impregnação pelo consumo praticado pelas grandes empresas de comunicação.

De fato, o acesso a algumas parcelas do processo informativo, principalmente impresso e oral, torna-se mais amplo, numa perspectiva de democratização. No entanto, cada vez mais os veículos concentram-se em poucas mãos. E isso, apesar de as populações que até então estavam à margem conseguirem ter acesso e poderem divulgar suas mensagens, muitas vezes produzindo elas mesmas seus veículos de comunicação. Assim, não obstante a ampliação no quadro de emissores, isso não assegura que os veículos e processos tornem-se comunitários (PAIVA, 2003:135).



Portanto, em consequência de um processo de mobilização social e atividade pública de parcelas da população, as articulações alternativas e comunitárias surgem com o objetivo de conscientização de sua situação histórica, com a promoção de justiça social e com o *reequilíbrio* das forças hegemônicas na região (PERUZZO, 2003). A mídia comunitária, aqui entendida como *mídia contra-hegemônica*, é capaz de oferecer “um discurso reflexivo, organizado, aberto e público sobre o próprio grupo, sobre os Outros e sobre o mundo” (ELHAJJI, 2005:201). Desse modo, essas organizações podem consagrar “a possibilidade não de serem representadas, mas de serem *reconhecidas*: de fazer ouvir a própria voz, de poder dizer-se com suas linguagens e relatos” (MARTIN-BARBERO, 2003:74).

A noção de comunicação alternativa, segundo Dênis de Moraes, é compreendida como processo a um só tempo comunicacional, político, engajado e participativo, “processo que envolve indivíduos, grupos e coletivos afinados, de um lado com uma visão anticorporativa do trabalho jornalístico e, de outro, com uma ação cultural em favor da socialização da política e de uma democratização substantiva da vida social” (MORAES, 2008:45).

Os veículos alternativos incluem-se na categoria dos aparelhos privados de hegemonia de Gramsci. Isso porque “atuam na sociedade civil como organismos criativos de natureza voluntária, relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito e gerado pela moderna luta de classes” (COUTINHO, C. N., *apud* MORAES, 2008). Forjando espaços de manifestação ideológica que se contraponha à lógica do capital, a principal meta desses aparelhos é interferir nos embates contra-hegemônicos. Esses meios contra-hegemônicos, como os demais aparelhos privados de hegemonia, têm “uma indiscutível dimensão pública, na medida em que são parte integrante das relações de poder em dada sociedade” e “portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia” (Idem, 2008). Isto é, no plano ideológico, procuram criar as bases de uma nova direção moral e intelectual e ampliar sua influência sobre o resto da sociedade (Ibid, 2008) numa decidida tomada de posição ao lado de forças que enfrentam as classes e mídias dominantes.

A radicalidade do que pode se configurar como contra-hegemonia talvez resida no fato de não se desejar nunca o lugar de sujeito

hegemônico, no fato de a contra-hegemonia se orientar por uma razão fundamental que se configure de modo contrário e oposto à hegemonia. É uma contraposição que pode vir acompanhada de uma reflexão contundente sobre o *status quo*, e que, necessariamente, vem harmonizada com o desejo de recusa da situação dominante (PAIVA, *in* COUTINHO, E. G., 2008:165)

No campo da informação, a comunicação comunitária se configura como uma força contra-hegemônica. A produção midiática já é, em si, uma batalha travada para se conquistar a hegemonia no que diz respeito ao conceito conferido pelo pensador marxista Antonio Gramsci a esta palavra. Segundo Paiva, a idéia de hegemonia alcançou a modernidade como um conceito atrelado à dominação por consentimento do dominado. No início da Revolução Russa, Lênin utiliza o termo pela primeira vez, atribuindo-lhe à teoria política. Entretanto, Gramsci amplia o conceito de hegemonia e aponta para a ideia do caráter formativo da cultura que contempla a ideologia e a direção moral. Desse modo, o termo passa a caracterizar a supremacia da formação econômico-social, enfim, a sociedade em sua totalidade.

Paiva compreende que, partindo da utilização social do conceito de hegemonia, permite-se a possibilidade de determinações como a cultura, a produção da fantasia, a arte, a religião, a filosofia e a ciência coexistirem na articulação junto à política e à economia. E, desse modo, essas determinações passam a definir a própria comunicação com seus veículos e produções. Assim, a luta social permitiria o surgimento de sociedades mais justas e inclusivas. Contudo, isso não ocorre no Brasil, já que se testemunha o fechamento e a intensa repressão de emissoras de rádio comunitárias. Há ainda o impedimento de ordem técnica em decorrência dos altos custos de produção. Ou seja, a comunicação comunitária se constitui como uma instância contra-hegemônica comunicacional, pois subverte o antigo padrão de comunicação e dita uma nova ordem alternativa. Até por isso encontra dificuldades operacionais.

Uma de suas principais características é a pluralidade de vozes. Esse instrumento comunicacional contra-hegemônico dá visibilidade a grupos à margem do espectro. Isso possibilita que o diálogo com a sociedade se dê de maneira mais democrática e as ideias preconcebidas e preconceituosas sobre estes grupos sejam diluídas. Tal característica permite a concepção de novas linguagens, com a utilização de vocabulário próprio e a

criação de novas expressões. Isso se dá por conta da capacidade de recontar histórias nas quais são participantes e a percepção de que se está inserido no processo de construção de um trabalho coletivo.

## **2.4 – Jornalismo popular x comunicação comunitária**

Para não incorrer no risco de qualquer possível confusão, há que se observar que os meios de comunicação populares, principalmente os exercidos com o objetivo da prática do jornalismo popular, não podem ser confundidos com comunicação comunitária ou alternativa, já que não se configuram, necessariamente, como algo contra-hegemônico. Pelo contrário, também priorizam a comercialização da informação e a padronização de seu conteúdo acrítico. Diferentemente da comunicação comunitária, o jornalismo popular, muitas vezes qualificado como sensacionalista, nasce nos Estados Unidos e na Europa com o avanço das tecnologias de impressão e da concorrência entre as grandes empresas de mídia. Pesquisas do estudioso Jesús Martín-Barbero indicam que, na América Latina, o surgimento da imprensa sensacionalista se deu a partir da penetração dos modelos americanos. A estratégia de negócios sem quaisquer critérios corrompeu as tradições do jornalismo independente. Por isso, ao utilizar uma linguagem específica, que apela para o inconsciente dos consumidores, estes jornais são classificados como sensacionalistas. A ideia é que possam atender às necessidades psicológicas coletivas.

Apesar de serem vendidos em bancas, possuem incontáveis anúncios destinados ao público de baixa renda e, além de tudo, serem caracterizados como baratos e de pouca paginação, é preciso ressaltar que estes jornais populares não têm o sentido contra-hegemônico tão característico da comunicação comunitária. A prioridade deste segmento, como identifica Márcia Franz Amaral, é apelar para o sensacionalismo. Desse modo, superexpõem a violência por intermédio da cobertura policial e da divulgação de imagens chocantes para aumentar a sua venda. Barbero tem uma visão interessante sobre este fato:

O sensacionalismo delinea então a questão dos rastros, das marcas deixadas no discurso da imprensa por uma outra matriz cultural, simbólico-dramática, a partir da qual são modeladas várias das

práticas e formas da cultura popular. Uma matriz que não opera o por conceitos e generalizações, mas sim por imagens e situações; excluída do mundo da educação oficial e da política séria, ela sobrevive no mundo da indústria cultural, onde permanece como um poderoso dispositivo de interpelação do popular. Claro que fica muito mais fácil e seguro continuar reduzindo o sensacionalismo a um “recurso burguês” de manipulação e alienação. Foi preciso bastante fôlego para se arriscar a afirmação de que por trás da noção de sensacionalismo, como exploração comercial da reportagem policial, da pornografia e da linguagem grosseira se esconde um visão purista do popular. Todavia, somente correndo riscos se pode descobrir a conexão cultural entre a estética melodramática e os dispositivos de sobrevivência e revanche da matriz que irriga as culturas populares. Uma estética melodramática que se atreve a violar a separação racionalista entre os assuntos *sérios* e os temas destituídos de valor, a tratar os fatos políticos como fatos dramáticos e a romper com a “objetividade” observando as situações a partir daquele outro ponto de vista que interpela a subjetividade dos leitores. (BARBERO, 2003: 258)

Logo, o jornalismo popular muitas vezes deixa de exercer sua função social, pois sobrepõe o interesse público em busca da satisfação do interesse de um suposto leitor. Desse modo, utilizam-se textos curtos, muita prestação de serviços, entretenimento (com a divulgação de fofocas televisivas) e até distribuição de brindes. Na tentativa de se aproximar do público de baixo poder aquisitivo, caracterizado pelo pouco hábito de leitura, os jornais viram grandes mercadorias e deixam de lado os princípios básicos do jornalismo. No Brasil, a imprensa popular está intimamente ligada às grandes empresas de comunicação, que procuram expandir o número de consumidores explorando os leitores das classes C, D e E.

Desse modo, fica explícito que o papel da comunicação comunitária, além de transpor as barreiras impostas pela comunicação hegemônica, é ainda mais complexo. Entretanto, segundo Paiva, a principal premissa da comunicação contra-hegemônica, antes de qualquer outra, é o comprometimento político, já que estes mesmos veículos são capazes de propor e incentivar políticas públicas focais para o espaço nos quais atuam.

Para a implantação de um veículo comunitário se faz necessária a análise da produção veiculada pelos *mass media*. Este trabalho inclui a leitura crítica de mensagens para que a comunidade possa perceber que as informações passadas pelos veículos de comunicação existentes não se relacionam com sua vida cotidiana. Segundo Paiva, a eficácia desse diagnóstico se dá quando o grupo percebe o artificialismo das informações divulgadas. Muitas vezes, as observações feitas pelos movimentos sociais apontam, entre

outras coisas, para a promoção de machismo, desprestígio da solidariedade, acentuação dos estereótipos de miséria e incentivo ao individualismo.

Assim, a comunicação popular surge quando os marginalizados desistem de tentar se comunicar por meio da hierarquia das elites intermediárias. Isso possibilita a criação de um sistema de comunicação horizontal. O veículo comunitário funciona como uma resposta prática às necessidades que tem a comunidade de reconhecer seus próprios problemas. Outra razão para sua criação é o fato de poder produzir um discurso próprio, evitando assim os filtros intermediários (PAIVA, 2003:146).

Contrariamente a lógica da indústria midiática, a comunicação comunitária se realiza a partir da intervenção e da participação de seu público alvo. Mecanismos necessários para a produção - como a pauta, a programação, modos de abordagens e a própria análise crítica - são impensáveis sem a colaboração de seus leitores. Assim se realiza a necessária interatividade para um verdadeiro intercâmbio de ideias que resulta em um processo de produção conjunta e intensamente participativa.

A natureza educativa de projetos de comunicação comunitária também é algo flagrante. Para isso, muitos veículos comunitários realizam atividades paralelas que buscam promover o conjunto da educação formal. Paiva entende que o princípio de qualquer mecanismo de comunicação deveria ser, obrigatoriamente, a função educativa. Entretanto, para o bem e para o mal, os meios de comunicação massivos, com destaque para a tevê e o rádio, desenvolvem tal papel. Porém, cristalizam a compactação cultural das populações nas grandes cidades e distribuem normas de condutas paralelamente ao estímulo consumista. (SOUZA, 2007:19)

É neste contexto que se insere o jornal comunitário *O Cidadão*, objeto de estudo desta pesquisa. No entanto, antes do objeto em questão ser explorado, há a necessidade de situar o seu lócus geográfico e comunicacional: o Rio de Janeiro, a favela da Maré e a ONG Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm). É o que pretende o capítulo que se segue.

### **3 – A FAVELA É UM PROJETO DE CIDADE, DE SOCIEDADE, DE MUNDO?**

*Favela ô  
Favela que me viu nascer  
Eu abro meu peito e canto amor por você  
Amor e ódio e muita vida sem culpa de nada  
Favela ô  
Favela que me viu nascer  
uem te conhece por dentro pode te entender  
(Exaltassamba)<sup>4</sup>*

O presente capítulo pretende, antes de analisar o objeto de pesquisa propriamente dita, situar o seu lócus geográfico e comunicacional: a favela, o Rio de Janeiro, o Complexo da Maré e o Ceasm. Por isso, o início desta análise irá trafegar pelo “Planeta favela”, de Mike Davis, já que há diversas versões para o surgimento das favelas. A pobreza e a riqueza são peças de um jogo de interesses estabelecidos a partir da relação interna e externa de países, o que se configura atualmente como uma geopolítica baseada no neoliberalismo globalizado. Acordos financeiros com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial são fatores *sine qua non* para a produção e reprodução generalizada da pobreza em escala planetária. Uma das estratégias mais eficazes para o agravamento do empobrecimento mundial está na tendência, iniciada na década de 1980, à desindustrialização em cidades do Hemisfério Sul. Sem falar na expansão da urbanização desligada da industrialização, algo intrínseco ao capitalismo do silício, que desvincula produção e emprego. No entanto, Davis alerta que na África, na América Latina, no Oriente Médio e no sul da Ásia, a conjuntura política global é a mãe da urbanização sem crescimento e não a evolução da tecnologia, já que houve a crise mundial da dívida externa, ocorrida no fim dos anos 70, e a reestruturação das economias do Terceiro Mundo sob a liderança do FMI, na década de 80 (DAVIS, 2006).

O FMI e o Banco Mundial, ao impor políticas de desregulamentação agrícola e financeira, desestabilizaram a “modernização” do campo o que possibilitou o êxodo rural para as favelas urbanas, mesmo que as cidades não se qualificassem como geradoras de

---

<sup>4</sup>Grupo Exaltassamba – composição “Favela”, música de Arlindo Cruz, Acyr Marques e Ronalzinho.

empregos. Desse modo, com a economia estagnada e sem investimentos em infraestrutura, o que provocou o enfraquecimento dos serviços educacionais e de saúde, as cidades completamente inchadas colheram o fruto da crise agrária mundial. A “superurbanização” é qualificada pela reprodução da pobreza e não pela garantia de emprego. Esse é o direcionamento encampado pela ordem mundial neoliberal. Assim, as Metas de Desenvolvimento do Milênio para a África, divulgadas na reunião anual do FMI e do Banco Mundial, em 2004, previstas para o ano de 2015, não serão cumpridas por gerações: “A África subsaariana só obterá educação primária universal em 2130, uma redução de 50% da pobreza em 2050 e a eliminação da mortalidade infantil evitável em 2165. Em 2015, a África negra terá 332 milhões de favelados, número que continuará a dobrar a cada 15 anos” (DAVIS, 2006: 28).

Na América Latina, segundo Davis, surgiram obstáculos à migração urbana já que houve uma verdadeira “guerra à ocupação ilegal”, liderada por autoridades e classes médias urbanas. É preciso destacar que há ocorrido uma dimensão racial nessa ojeriza aos novos imigrantes urbanos, em sua maioria, indígenas ou descendentes de escravos. No entanto, apenas nos anos 40, por conta da industrialização para a substituição de importações, aconteceram diversas ocupações de terras latinoamericanas. Davis denuncia que esse processo de urbanização tornou-se sinônimo de favelização. As favelas de São Paulo representavam 1,2% da população em 1973; 18,8% em 1993; e, na década de 90, cresceram 16,4% ao ano. “Na Amazônia, uma das fronteiras urbanas que crescem com mais velocidade em todo mundo, 80% do crescimento das cidades tem-se dado nas favelas, privadas, em sua maior parte, de serviços públicos e transporte municipal” (Idem, 2006:27). No entanto, de acordo com Ermínia Maricato, estatísticas do IBGE mostram que, enquanto a população brasileira cresceu a 1,9% ao ano entre 1980 e 1991, e a 1,6% entre 1991 e 2000; a população favelada cresceu respectivamente 7,65% e 4,18%. Em 1970, “a cidade de São Paulo tinha apenas 1,2% da população morando em favelas, segundo dados da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal (Sehab). Em 2005, essa proporção sobe para 11% segundo a mesma fonte” (MARICATO *in* DAVIS, 2006:215). Na análise de Maricato, a tragédia urbana brasileira não é de responsabilidade apenas da urbanização e do crescimento demográfico, mas, mesmo assim, a autora destaca pontos positivos no processo:

A taxa de urbanização foi, sem dúvida, muito grande em todo o século XX. Segundo do IBGE, saímos de uma condição de contar com 10% da população em cidades, em 1900, para 81% em 2000. A concentração urbana foi uma das características desse crescimento: 32,9 % da população urbana moram em onze metrópoles. Mas é preciso perceber que, a partir de 1980, as metrópoles passam a crescer menos do que as cidades de porte médio (população entre 100 mil e 500 mil habitantes) e o padrão de urbanização muda também no que se refere aos fluxos migratórios no território nacional. O crescimento urbano em direção ao norte e centro-oeste é fortemente determinado pelas focas de globalização, já que é impulsionado de forma contundente pelo agronegócio, além da exploração de minérios e madeira.

Nem tudo é negatividade nesse processo de urbanização. Sua contribuição foi decisiva para a espetacular queda do número de filhos por mulher em idade fértil entre 1940 e 2000: de 44,4% para 23,8%. (...) A mortalidade infantil diminuiu de 150 crianças que completavam um ano de idade dentre mil crianças nascidas vivas em 1940 para 29,6 em 2000. Outro dado positivo é o aumento da expectativa de vida que passou de 40,7 anos em 1940 para 70,5 anos em 2000, sempre segundo o IBGE (MARICATO *in* DAVIS, 2006:215).

Entretanto, a fotografia revelada por Davis se encaixa perfeitamente no histórico do Rio de Janeiro. Ao se estabelecer uma linha de raciocínio sobre favela – que, de acordo com o Dicionário Aurélio, é caracterizada como o “conjunto de habitações populares, em geral toscamente construídas e usualmente deficientes de recursos higiênicos” -, é preciso rememorar o processo de ordenamento do Rio de Janeiro. Desde a reforma de Pereira Passos (1902-1906) - na qual o prefeito executou um engenhoso projeto de expulsão dos pobres do Centro, arrancando todo o arcabouço histórico, político e social construído por mais de 20 mil negros e pobres em seus casebres e “cabeças-de-porco” -, até os dias de hoje, em que prevalecem as políticas de “choque de ordem” e do “caveirão”, como é conhecido o veículo blindado da Polícia Militar.

A ideia é historicamente a mesma: manter os pobres ordeiramente afastados, segregados, ou pelo menos escondidos, dos olhos da elite da cidade. Há a necessidade de se criar uma sensação de segurança e de progresso para a elite abastada. É neste contexto que a mídia tem um papel fundamental e estratégico para a manutenção e perpetuação dos poderes estabelecidos. Sendo assim, os subitens que se seguem pretendem ilustrar uma breve apresentação do Rio de Janeiro, de suas favelas e suas mazelas. Além, entretanto, de apontar as diversas estratégias do poder público para utilizar e responsabilizar a favela como o verdadeiro bode expiatório dos principais problemas da cidade. O discurso oficial,



angariado por pré-conceitos, pré-juízos e estereótipos que beiram a um nazismo formalizado, se encarregará do papel de impor à cidade um medo generalizado para legitimar suas políticas e ações para a então “ex-favela”.

### **3.1 - Palavras de ordem: oprimir, expulsar e segregar**

A opressão é a primeira expressão que remete às estratégias do poder constituído no Estado do Rio de Janeiro. Oprimir sempre foi mais fácil. E é pela opressão que ocorre um dos maiores processos de remoção da Cidade Maravilhosa, o chamado “bota-abaixo” como ficou conhecido na época. Com o discurso da higienização, típico da elite europeizada do século XIX, os pobres, negros, ex-escravos e imigrantes foram expulsos de seus cortiços no Centro da cidade para dar lugar à vida moderna, com uma suposta civilidade não praticada por eles. Sanear, embelezar e organizar a cidade para o exercício pleno da economia capitalista era o pretendido pela burguesia e pelos governantes. Qualquer semelhança com os dias de hoje não é mera coincidência.

Há que se notar que o estabelecimento da população no Morro do Castelo e no Morro da Providência, no Centro da cidade, ocorreu de maneira quase natural, sem qualquer planejamento urbano que garantisse o acesso a serviços básicos (água, esgoto, iluminação e transporte, entre outros) para a então população de 500 mil habitantes. Em verdade, na época, começaram as práticas de distinção social. O que era flagrante na época da escravidão - o lugar do senhor e o do escravo -, tornou-se uma ameaça após a Abolição. Portanto, na hierarquização do território, destinou-se aos ricos a Zona Sul; aos remediados, a Zona Norte; e, aos pobres, o Centro, local da administração e do comércio da cidade.

A segregação dos pobres e negros, uma prática corrente do poder e da ordem estabelecidos, sempre orientou os projetos de modernização excludente. Possibilitou-se aos ricos o espaço territorial com um modelo de vida europeu, hoje americanizado, vide Barra da Tijuca, no Rio; e Alphaville, em São Paulo, enquanto aos pobres é destinado o local desprovido de serviços básicos de responsabilidade do Estado. Tal prática foi tão eficaz que estudiosos, já no fim do século XX, diagnosticaram que a desigualdade social tem uma raiz profunda no que tange ao local de habitação. A segregação espacial é o fio condutor da pobreza e da disparidade econômica, social e cultural.

Neste contexto, outra grande modificação espacial foi encampada pela União ao abrir a Avenida Central: a construção exigiu a demolição de mais de três mil casas, agravando a crise habitacional existente desde o fim do século XIX. As famílias expulsas, desapropriadas, sofreram com a escassez de locais de moradias. E o governo não apresentou outras opções de habitação à população, abandonada à própria sorte. Cabe observar que o Estado não cumpriu com o seu papel, não se deu ao trabalho de construir casas populares, apenas se limitou a fazer concessões à iniciativa privada que, por sua vez, priorizou a construção de um número ínfimo de vilas operárias próximas a algumas fábricas.

O papel minimalista do Estado no quesito habitação é identificado por Mike Davis como parte da estratégia “da ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial”. Isto porque, “os Planos de Ajuste Estrutural (PAEs) impostos às nações endividadas no final dos anos 1970 e na década de 1980 exigiram a redução de programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional” (DAVIS, 2006:71). Portanto, o Estado abriu mão de viabilizar políticas públicas habitacionais que pudessem frear o alastramento de favelas e evitar a marginalidade urbana. Internacionalmente, tal fato gerou reflexos que fizeram o FMI atuar como “policial mau” e o Banco Mundial como “policial bom” no espetáculo encenado contra a favela:

Quando os governos do Terceiro Mundo abdicaram da batalha contra a favela na década de 1970, as instituições de Bretton Woods – com o FMI como o “mau policial” e o Banco Mundial como o “policial bonzinho” – assumiram um papel cada vez mais predominante na determinação de parâmetros para a política habitacional urbana. Os empréstimos do Banco Mundial para desenvolvimento urbano aumentaram de meros 10 milhões de dólares em 1972 para mais de 2 bilhões de dólares em 1988. E, entre 1972 e 1990, o Banco ajudou a financiar um total de 116 programas de oferta de lotes urbanizados e/ou de urbanização de favelas em 55 países. É claro que em termos de necessidade isso não passou de uma gota num balde d’água, mas deu ao Banco enorme influência nas políticas urbanas nacionais, além de uma relação de patrocínio direto com as ONGs e comunidade faveladas locais; também permitiu ao Banco impor as suas próprias teorias como ortodoxia mundial da política urbana (DAVIS, 2006:79).

Entretanto, o remodelamento urbano e o embelezamento se corporificam como uma tática imagética e ideológica. Muniz Sodré e Raquel Paiva, em “Cidade dos artistas”,

defendem que a questão da imagem já estava na cabeça de Pereira Passos e dos ideólogos do embelezamento. Desde os anos 60, o “culturalismo” é utilizado como ideologia e técnica das estratégias de revitalização urbana. Por essa ótica, cultura é entendida como possibilidade de construção de consenso e coesão social. “Todo memorialismo arquitetônico ou arqueológico se insere neste quadro ideológico. A argumentação culturalista que costuma justificar esse tipo de operação (...) orienta-se para reelaboração de um mito de origem compatível com o turismo e com a especulação imobiliária” (SODRÉ & PAIVA, 2004:85).

Ao priorizar os interesses do capital, financeiro e comercial, os pobres, em sua maioria negros, escravos libertos e imigrantes, foram obrigados a ocupar os espaços que ainda não eram submetidos aos interesses da propriedade privada e da especulação imobiliária, como as encostas de morros. Desse modo, surgem os primeiros conglomerados de gente prioritariamente pobre, as favelas. “Para grande parte da população pobre que não possuía um emprego fixo em meio às novas técnicas de trabalho surgidas nesta época, e ao racismo imposto às culturas ditas ‘primitivas’ e ‘desqualificadas’, a melhor saída era buscar a favela como recurso e abrigo para sua existência social” (CENSO MARÉ:2000).

Ainda de acordo com o Censo Maré de 2000, no qual a autora trabalhou como recenseadora, apesar de, em 1865 e 1881, já haver registros de barracões situados em morros na cidade do Rio de Janeiro, ficou convencionado na literatura e no senso comum que a primeira favela carioca foi a que ocupou o Morro da Providência, atrás da Central do Brasil, na década de 1890. “O certo é que este morro habitado primeiramente por antigos moradores desalojados do cortiço Cabeça-de-Porco e, posteriormente, por soldados vindos da campanha militar de Canudos foi originalmente chamado de morro da Favella”. Tal definição, sempre foi manejada pela elite de forma preconceituosa e estereotipada. Tanto que, o jornal “Correio da Manhã”, de 4 de janeiro de 1902, definiu-a como “uma vergonha para uma capital civilizada”. O mesmo periódico, em 17 de setembro de 1902, tratou a favela como “o perigoso sítio, que a voz popular denominou morro da Favela”. Em síntese: “pelo menos há 100 anos a favela é vista pela grande imprensa e pelos órgãos públicos, em geral, como o mais forte símbolo dos contrastes da cidade do Rio de Janeiro, sendo geralmente concebida como um local exótico, quando não insalubre e perigoso” (Idem, 2000:13).

Com o objetivo de banir a favela ou ao menos interromper a sua expansão, em 1948, meio século depois do surgimento do Morro da Favella, o Departamento de Geografia e Estatística do Distrito Federal, a pedido do então prefeito do Rio, General Ângelo Mendes de Moraes, realizou um Censo das Favelas. “O censo registrou 105 núcleos e a população foi estimada em 138.837 habitantes para 34.567 habitações, uma média de 4,01 habitantes por moradia (VALLADARES, *apud* MACÊDO, 2010:35)”.

Entre 1940 e 1960 foi diagnosticado um aumento expressivo do número de favelas. O crescimento da população favelada, em 1950, era superior ao crescimento dos moradores do município. Já na década de 1960, correspondiam a 10% da população e 13% em 1970, chegando a 14% na década de 1980. “Interessante notar que, desde os primeiros levantamentos relativos aos habitantes das favelas, os dados eram tratados separadamente dos dados dos habitantes da cidade, como se aqueles não fizessem parte desta (MACÊDO, 2010:37)”.

### **3.2 – Favela: da segregação à criminalização real e midiática**

A segregação dos pobres sempre foi justificada pelos falaciosos argumentos de progresso, embelezamento e até justiça social. No entanto, adverte Mike Davis, a segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante do Estado para redesenhar as fronteiras espaciais em prol dos endinheirados, como os proprietários de terrenos, investidores estrangeiros e a elite. “Sejam quais forem a feição política e os diversos níveis de tolerância à ocupação de terras e ao assentamento informal em sua periferia, a maioria dos governos de cidades de Terceiro Mundo está permanentemente num conflito com os pobres das áreas centrais” (DAVIS, 2006:107). A histórica limpeza das favelas cariocas ganhou visibilidade internacional ao atravessar gerações. Em um quadro demonstrativo, baseado em fontes jornalísticas, Davis mostra que entre 1965 e 1974 foram removidas 139 mil pessoas das favelas do Rio de Janeiro.

Cabe afirmar que há consenso entre os estudiosos que a ascensão da favela e tudo o que ela representa está intimamente ligado às reformas urbanas, ao adensamento da população negra nos morros e à segregação sócio-espacial encampada pelos governos e a elite carioca. Portanto, não há que se duvidar que a favela sempre fosse apresentada como um problema de polícia e não de política. Tal fato é exemplificado em documento do Arquivo Nacional, encontrado por Zaluar e Alvito (2003), datado de 4 de novembro de 1900, em que o delegado da 10ª circunscrição escreve ao então chefe da polícia, Dr. Enéas Galvão:

Obedecendo ao pedido de informações que V. Excia, em ofício sob n. 7.071, ontem me dirigiu relativamente a um local do Jornal do Brasil, que diz estar o morro da Providência infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias no local designado, se bem que não haja famílias no local, é ali impossível ser feito o policiamento porquanto nesse local, foco de desertores, ladrões e praças do Exército, não há ruas, os casebres são construídos de madeira e coberto de zinco, e não existe em todo o morro um só bico de gás, de modo que para a completa extinção dos malfeitores apontados se torna necessário um grande cerco, que para produzir resultado, precisa de um auxílio de 80 praças completamente armados.

Dos livros desta delegacia consta ter ali sido feita uma diligência pelo meu antecessor que teve êxito, com um contingente de 50 praças, capturados, numa só noite, cerca de 92 indivíduos perigosos.

Parece, entretanto, que o meio mais prático de ficar completamente limpo e aludido morro é ser pela Diretoria de Saúde Pública ordenado a demolição de todos os parapeiros que em tal sítio se encontram, pois são edificados sem respectiva licença municipal e não têm as devidas condições higiênicas.

Saúde e fraternidade.

O delegado (ZALUAR & ALVITO, 2003:8).

O registro citado evidencia o início do processo de criminalização da favela e de seus moradores. O descaso do poder público expõe e identifica o outro, aquele que não se conhece, que se ignora, o diferente, como o desertor, o vagabundo desprovido de higiene. E este outro deve ser eliminado, extirpado, como um câncer no corpo da sociedade que se pretende moderna e acolhedora dos preceitos ideológicos do capital. Desse modo, a presença desse outro, que não tem capital, que é impedido de consumir como um indivíduo pertencente à classe superior representa o atraso, a desordem, o mal na sociedade capitalista.

O lugar da pobreza, no caso a favela, como foco de ladrões – segundo a descrição do delegado -, credencia esse espaço como um berçário da criminalidade. Para exemplificar o grotesco de tal situação, Davis cita um estudo de Suzana Taschner que observa, pós-1964, diversas remoções compulsórias providas pelo regime autoritário brasileiro em nome da segurança pública. Sob o argumento da presença de guerrilheiros marxistas, foram eliminadas 80 favelas e expulsos 140 mil favelados. Com o aporte financeiro da United States Agency for International Development (Usaid), outras favelas foram eliminadas para abrir espaço à expansão industrial e embelezar os locais que margeiam áreas de alta renda. “Embora as autoridades fracassassem em seu objetivo de eliminar as favelas do Rio em uma década, a ditadura deflagrou conflitos entre os bairros burgueses e as favelas e entre a polícia e a juventude favelada que continuam a vicejar três décadas mais tarde” (BARKE *apud* DAVIS, 2006:115).

Portanto, ser jovem, pobre e negro se configura em uma pré-condição para ser apresentado socialmente como um criminoso. Tal fato está expresso nas manchetes de jornais e telejornais da mídia comercial brasileira com frequência. Quando há um crime praticado por um pobre, negro em sua maioria, o rosto é exibido como troféu às câmeras pelos policiais. Porém, se o criminoso pertence à elite, seu rosto é ocultado, numa prova cabal de que a mídia está a serviço das classes mais abastadas e preconceituosas na criminalização da pobreza. É certo que a maioria das favelas de hoje, especialmente as do Rio de Janeiro, é dominada por facções criminosas que fazem uso de força bruta e bélica para usufruírem das mordomias e do status propiciados pela obtenção de capital. No entanto, diversos especialistas em segurança pública, como o deputado estadual Marcelo Freixo, garantem que, nas favelas, menos de 1% da população tem alguma relação com os grupos armados. O curioso é que, ao criminalizar o morador da favela, legitima-se a prática do poder público de transformar a favela em território do inimigo.

Tal situação pode ser ilustrada por uma entrevista concedida pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, no dia 22 de outubro de 2007, ao G1<sup>5</sup>, site de notícias da Rede Globo. Ao comentar os benefícios da legalização do aborto, Cabral afirmou que seria um meio de diminuir a criminalidade: “Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa

---

<sup>5</sup>Entrevista para G1: Globo.com, 24 de outubro de 2007, disponível em [http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0..MUL155710-5601\\_00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0..MUL155710-5601_00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html). Acesso em 20 de janeiro de 2010.

Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana (bairros brancos de classe média), é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha (uma das maiores favelas do Brasil, localizada na Zona Sul do Rio), é padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal”. Essa mesma ideia foi reproduzida pelo secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, em palestra organizada pelo jornal “Extra”, em julho de 2008: “(O Rio vive) uma cultura (da violência) que o marginal traz do ventre da sua mãe”.

A repetição desse discurso faz com que a opinião dita pública absorva e tome como verdade absoluta tal preconceito, já que o juízo foi decretado pelo representante legal do Estado. A favela, considerada o lugar da falta, da precariedade, da miséria e da violência, segue como o grande bode expiatório dos mais diversos problemas vividos pela cidade. Atribui-se ao pobre toda a responsabilidade sobre a violência, a desordem e o atraso sócio-econômico do Rio de Janeiro.

A mídia comercial do Estado do Rio, monopolizada por corporações familiares desde a ditadura militar, durante muito tempo foi utilizada como ferramenta da elite carioca para a perpetuação do consenso pretendido pelos próprios governantes. Com o discurso já corrente no senso comum, fica previamente legitimada toda ação ou política de segurança pública do Estado que promova e intensifique a criminalização da pobreza. A mídia tem o poder de agendar e direcionar a maneira com que os assuntos serão debatidos na sociedade a partir da cobertura que faz sobre determinado tema.

Os jornais sensacionalistas, classificados em sua maioria como populares, exercem um papel significativo nesse contexto. Quem não se lembra do dito popular que sintetiza o conteúdo desses jornais: “se torcer sai sangue”? Com uma abordagem sanguinolenta e espetacular da violência e da segurança na cidade, a conclusão rápida e perceptível, após sua leitura, é a de que para extirpar a violência e a criminalidade, basta acabar com as favelas.

O Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) realizou uma pesquisa com oito jornais em circulação no Rio de Janeiro, em 2006, e diagnosticou que estes vêm crescentemente abandonando os recursos mais ostensivos de apelação e sensacionalismo na abordagem sobre segurança pública. No entanto, nas conclusões e sugestões reveladas pelo estudo há um alerta: “A despeito dos avanços evidentes ocorridos nos últimos anos, predomina no dia-a-dia da cobertura um tratamento superficial, que revela um investimento

ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem (RAMOS & PAIVA: 2007: 25)”. A pesquisa ainda conclui que existe uma forte incoerência na própria mídia que, apesar de denunciar o agravamento da crise de segurança no país, abdica de seu papel de protagonista no debate público sobre o tema. Tal discussão será abordada com maior ênfase nos próximos subitens.

### **3.3 – A maré de megaeventos, de ex-favelas e de violência**

Na atualidade, o intento de erradicar as favelas do mapa do Rio de Janeiro deveria ser algo irreal e inexequível do ponto de vista político, cultural, geográfico e econômico. Uma favela territorialmente estabelecida há mais de 50 anos, com mais de 100 mil habitantes, não deveria correr risco de remoção. No entanto, o risco é sempre presente. Dentre as estratégias adotadas pelos governos para evitar a expansão das favelas estão a segregação espacial por meio de muros e a intitulação de ex-favela, como ocorreu com o Complexo da Maré, local em que se desenvolve o objeto de estudo da presente dissertação, na Zona da Leopoldina do Rio de Janeiro.

De acordo com dados do Instituto Pereira Passos (IPP), divulgados em maio de 2011, o estado passou a ter menos 44 favelas. O curioso é que, desde agosto de 2009, segundo estimativas oficiais, a quantidade de favelas despencou de 1.020 para 582. Classificadas então de “comunidades urbanizadas”, e não mais favelas, os principais veículos de comunicação já apelidaram a nova categoria como “ex-favela”. A categorização foi adotada a partir de dados fornecidos pelo IPP e pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Segundo a entidade, o critério utilizado para a nova definição é a quantidade de serviços urbanos disponíveis nestes locais - que seria similar àquela fornecida em outros bairros. Quem mora em favela sabe bem que quantidade não se reflete necessariamente em qualidade.

Já não é a primeira vez que o poder público tenta esconder o número de favelas com esse tipo de estratégia. Desde o início da década de 90, Complexo do Alemão, Rocinha, Jacarezinho e Maré são classificadas oficialmente como bairros, segundo o Plano Diretor do Rio de Janeiro. A qualificação é tão genérica que qualquer local pode ser considerado bairro. No referido documento, os bairros são definidos como “porções do território que reúnem pessoas que utilizam os mesmos equipamentos comunitários, dentro dos limites



reconhecidos pela mesma denominação” (Plano diretor decenal da cidade do Rio de Janeiro, 1992, Art. 42, *apud* CENSO MARÉ).

Desse modo, a crítica apresentada pelo Censo Maré diz respeito às representações hegemônicas das favelas que nega as condições históricas da realidade social. O argumento é o de que, no imaginário social sobre os espaços favelados, há uma crise de representação, já que incide distorções entre a realidade e a imagem hegemônica que se tem. “A percepção dominante que se tem da favela não traduz a riqueza dos elementos materiais que lhe dão significados. (...) Os pré-conceitos e pré-juízos generalizantes passam a se impor como leitura dos espaços populares” (CENSO MARÉ, 2000:25). Para a superação dos evidentes limites presentes nas condições de vida dos grupos sociais populares, o Censo Maré propõe a extinção da hegemonia das referências *sociocêntricas*. “Isso pode ser feito via criação de mecanismos de diagnóstico e definição de ações que levem em conta as estratégias sociais construídas pelos diversos grupos sociais populares” (Idem, 2000:29).

Assim, oficialmente, para fins de dados estatísticos, as favelas vão deixando de existir. É óbvio que a tática é a de omitir a existência de favelas às vésperas dos megaeventos esportivos que o Rio de Janeiro sediará - Copa do Mundo, em 2014; e Jogos Olímpicos., em 2016. É para inglês não ver. As favelas que não foram removidas para dar lugar aos equipamentos dos jogos, estão sendo cercadas, desde 2010, com muros, que os governos garantem que são acústicos e servem para proteger os moradores da poluição sonora das vias rodoviárias. A ideia é cercar as favelas que se encontram ao redor das principais vias da cidade. Eis concretamente o *apartheid* social carioca, similar o ocorrido durante a comemoração da Independência da Nigéria, em 1960, quando o governo murou a estrada que levava até o aeroporto para que a princesa Alexandra, representante da rainha Elizabeth, não visse as favelas de Lagos (DAVIS, 2006). O Complexo da Maré, por exemplo, também já foi murado, pois margeia a Linha Vermelha, que leva ao Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro.

Esses eventos de visibilidade mundial são historicamente temidos pelos pobres do planeta, sejam eles eventos esportivos, conferências, visitas de chefes de Estado, concursos e festivais internacionais. Em geral, são os pobres que vão pagar a conta mais alta. Os governantes inserem incontáveis atividades de limpeza social e de embelezamento, e os favelados já têm a consciência de que serão omitidos e escondidos porque são tratados

como “imundos”, “lixo”, “praga” que devem ser ocultados dos olhos internacionais. No Rio, dentre as diversas estratégias de remoção, há a manipulação da legislação ambiental em prol do poder econômico da especulação imobiliária.

As comunidades Vila Autódromo, Vila Harmonia, Vila Recreio II e Restinga, entre outras, deverão ser removidas para dar lugar a obras das Olimpíadas e de um corredor expresso de ônibus. Ou seja, encontram-se geograficamente na espinha dorsal dos empreendimentos do capital em prol dos megaeventos esportivos. A Vila Autódromo, por exemplo, está sob ameaça de remoção por, segundo a prefeitura do Rio, ocupar área de proteção ambiental. “Esse era um lugar ignorado pelo poder público, mas que é reconhecida formalmente como a primeira colônia de pescadores do Brasil. Com o aterramento da lagoa para a construção do autódromo, não se pode sequer pescar. Agora, querem nos remover para construir prédios para os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo. Esses jogos para nós têm uma conotação de jogo de azar. Um evento de poucos dias, passageiro, que não traz nenhuma contribuição real para a população. Quem ganha é a indústria cultural e imobiliária porque só a notícia de remoção já abalou a saúde mental e psíquica das pessoas. Há mulheres com pressão alta e descontrole hormonal e chefes de família que se sentem humilhados. Estamos sendo violentados nos direitos mais básicos”, denunciou a moradora da Vila Autódromo Inalva Mendes Brito, em entrevista ao jornal comunitário *O Cidadão*, em 2011.

A situação do Rio de Janeiro é preocupante, já que além de não organizarem qualquer forma real de reconstrução social e cultural desses favelados, os governantes oferecem quantias irrisórias quando há indenização. No entanto, há resistências. Habitantes das áreas sob ameaça de remoção estão organizados em diferentes fóruns de direito à moradia. Nesses fóruns, os moradores estabelecem estratégias para garantir seus direitos e evitar tragédias como a ocorrida em 1999, na favela de Dabu-Dabu, em Pasay, nas Filipinas. Durante os preparativos da cúpula da Associação de Nações do Sudeste Asiático, equipes de demolição atacaram a favela. “Quando 2 mil moradores formaram uma parede humana, veio uma força de elite armada com fuzis M-16 que matou quatro pessoas e feriu vinte. (...) Os habitantes foram reassentados num lugar às margens de um esgoto, onde seus filhos logo foram vítimas de doenças gastrintestinais fatais” (BASILI *apud* DAVIS, 2006:111).

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, dentre outros mecanismos do direito internacional, preveem compromissos e obrigações que devem ser arcados pelos Estados com relação ao acesso à moradia. A Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre o Direito à Moradia Adequada lançou, no primeiro semestre de 2011, um comunicado sobre violações do direito à moradia no âmbito da preparação do Brasil para os megaeventos esportivos. Com base nas denúncias de remoções e reassentamentos forçados de comunidades, o documento aponta as obras para a Copa do Mundo e as Olimpíadas e empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como os principais motivos para as violações no Rio de Janeiro.

A relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada, a brasileira Raquel Rolnik, enviou ao governo brasileiro, em dezembro de 2010, uma carta de alegação. Trata-se de um instrumento formal dos relatores da ONU quando recebem denúncias. Entre as violações de direitos mencionadas estão a exclusão das comunidades na decisão sobre as remoções ou suas alternativas; a falta de informações do poder público aos moradores das favelas atingidas; o pagamento de compensações consideradas insuficientes; e as transferências de moradores para regiões distantes até 50 quilômetros. Tais denúncias violam, do ponto de vista dos tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário, o direito à moradia adequada.

Politicamente, nessa disputa por território, as pessoas sob ameaça de remoção estão desguarnecidas. Isto porque, os governos federal, estaduais e municipais brasileiro engendraram uma espécie de aliança, que por um lado traz benefícios e investimentos porque acaba evitando tensões por conta de seus interesses particularizados, mas por outro, garante uma blindagem política para um reordenamento na base da força. Desse modo, perdem-se as instituições democráticas no Brasil e no Rio de Janeiro, especificamente, porque as estratégias governamentais são balizadas na reestruturação do aspecto social que reproduz na cidade as estatísticas sociais, jogando os pobres para um lado e os ricos para o outro. Isto é, infraestrutura de transporte interligando os bairros nobres acompanhadas pela expulsão dos pobres dos grandes centros com as remoções compulsórias. Dessa forma, é quase inviável recorrer aos mecanismos democráticos de direitos para reivindicar um reordenamento baseado em pilares de respeito aos direitos humanos.

Em entrevista à Folha de São Paulo<sup>6</sup>, em abril de 2011, a relatora lamentou o que qualificou como “pacto” entre os governos federal, estaduais e municipais para a Copa e a Olimpíada sem a definição de responsabilidades sobre reassentamento e compensações a famílias removidas. Rolnik denunciou uma espécie de “estado de exceção” que se constitui a partir da realização de megaeventos esportivos. “É quando nenhum dos direitos e nenhuma das legalidades que foram duramente conquistados precisam ser respeitados, isso em função da celeridade das obras, comprometidas com o fato de as cidades serem sede dos jogos da Copa do Mundo, e, no caso do Rio, também da Olimpíada”, afirmou a relatora.

Alguns casos de remoções violentas, sem aviso prévio ou indenização, foram divulgados pela Anistia Internacional (AI), um movimento mundial que comemora meio século de existência com mais de três milhões de ativistas que realizam campanhas para que os direitos humanos reconhecidos internacionalmente sejam respeitados e protegidos. Os relatos contidos no informe de 2011, publicado pela AI, dão conta das violações cometidas em recentes despejos ocorridos no Rio de Janeiro:

Após meses de ameaças, às 9 horas da manhã do dia 22 de outubro (2010), funcionários da subprefeitura, acompanhados por polícias civis e militares fortemente armados, começaram a demolir com escavadeiras um distrito comercial da Restinga, no Recreio dos Bandeirantes, zona oeste do Rio de Janeiro. Cinco lojas foram destruídas para dar lugar à construção da via expressa Transoeste. A comunidade não recebeu nenhum aviso prévio sobre a intervenção.

Moradores da favela do Metrô, próxima ao estádio do Maracanã, no Rio, receberam várias ameaças de despejo. Em junho, sem que os moradores fossem informados e sem que houvesse qualquer consulta ou negociação, funcionários da prefeitura marcaram com spray as casas que seriam demolidas. Eles avisaram que os moradores ou seriam transferidos para conjuntos habitacionais no bairro de Cosmos, a cerca de 60 km de distância, na periferia do Rio de Janeiro, ou seriam levados para abrigos temporários sem receber nenhuma compensação (ANISTIA INTERNACIONAL, 2011: 115).

Aliado ao processo de exclusão dos pobres há as investidas estratégicas na política de segurança pública. O principal programa, antes e durante os megaeventos, é a

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/04/26/brasil-fora-da-linha-na-copa-e-nas-olimpiadas/>. Acesso em 30 de junho de 2011.

implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas do Rio de Janeiro, cujo objetivo é estabelecer uma sensação de segurança aos visitantes da cidade. A ideia é manter os pobres sob o domínio do Estado. Há 18 UPPs no Rio de Janeiro. A primeira, em novembro de 2008, foi instalada no Morro Santa Marta, na Zona Sul da cidade. A partir daí foi estabelecido um estratégico cinturão de segurança para a Zona Sul com a implantação das UPPs do Chapéu Mangueira e Babilônia; [Cantagalo-Pavão-Pavãozinho](#); e Ladeira dos Tabajaras/Morro dos Cabritos. Até o fechamento desta dissertação, já haviam sido inauguradas 18 UPPs. A última, em junho de 2011, no [Morro da Mangueira/Morro do Tuiuti](#), na Zona Norte do Rio.

As UPPs são reconhecidas pela Anistia Internacional, em seu informe de 2010, como algo alternativo aos métodos de policiamento repressivos e abusivos característicos da segurança pública do Rio de Janeiro. No entanto, a AI denuncia que moradores têm sofrido com constantes atos discriminatórios dentro das favelas. Além disso, revela que as forças policiais, fora do escopo da UPP, continuam a cometer violações extensivas por meio de incursões militarizadas e de corrupção policial. Tanto que, moradores das favelas de Acari e da Maré denunciam que as operações policiais violentas coincidem constantemente com o horário de saída das crianças da escola, impondo risco de balas perdidas e o fechamento forçado de escolas. “Há ainda informações de que, na Maré, a polícia alugou um veículo blindado militar, conhecido como ‘caveirão’, para traficantes envolvidos em uma disputa de território” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2010:115).

Mesmo com a implantação das UPPs, as estatísticas de homicídios ocorridos em situações obscuras em favelas do Rio ainda se configuram como uma constante. Um estudo do Instituto de Segurança, ligado à secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, constatou que, entre 1998 e setembro de 2009, 10.216 pessoas foram mortas no estado em incidentes registrados como “auto de resistência”, ou seja, quando, supostamente, a vítima resiste à prisão. Somente em 2009 foram identificados 1.048 assassinatos em supostos “auto de resistência”. Tais homicídios, por configurarem “auto de resistência”, não foram devidamente investigados e não há registro de ações judiciais. A Anistia condena esta condução da política pública de segurança do Rio de Janeiro: “As autoridades continuaram a descrever as mortes cometidas por policiais como ‘autos de resistência’, em contrariedade às recomendações do relator especial da ONU sobre execuções sumárias, arbitrárias ou

extrajudiciais, e em contrariedade ao III Plano Nacional de Direitos Humanos” (Idem, 2010:114).

É nessa conjuntura intrincada e de extremo desrespeito aos direitos mais fundamentais dos seres humanos que o Complexo de Favelas da Maré resiste e sobrevive com os seus mais de 130 mil habitantes, de acordo com o Censo Maré de 2000. Intitulada, pelos governantes e pela mídia hegemônica, como uma das favelas mais violentas do Rio, a Maré é identificada pelo imaginário social como o território do medo, do perigo iminente e da miséria crescente. Quem passa pela Linha Vermelha, pode identificá-la no trajeto, como um corredor revestido de estruturas de acrílico, placas de aço e muros de concreto. Como se não bastasse torná-la invisível politicamente, agora a estratégia do Estado é isolá-la fisicamente do restante da cidade.

A Maré também está situada em outras importantes vias rodoviárias do Rio de Janeiro ao margear a Avenida Brasil e ser entrecortada pela Linha Amarela. Há 16 favelas no complexo: Conjunto Esperança, Vila do João, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiro, Salsa e Merengue, Bento Ribeiro Dantas, Morro do Timbau, Baixa do Sapateiro, Nova Maré, Parque Maré, Nova Holanda, Rubens Vaz, Parque União, Praia de Ramos, Roquete Pinto e Marcílio Dias/Mandacaru. Sua população é, basicamente, constituída por nordestinos, já que sua ocupação territorial está fortemente aliada ao êxodo rural para o Rio de Janeiro, como assinala o geógrafo Jailson de Souza:

A maioria dos moradores locais é oriunda do Nordeste. O fato pode ser explicado pela constituição recente, em termos históricos, das comunidades. Ocupada a partir das décadas de 40 e, em especial, 60, a região se desenvolveu em pleno processo de expansão da economia carioca, e, conseqüentemente, da periferação e modernização da estrutura urbana. Localizada ao lado da principal via urbana da cidade – a Av. Brasil, a Maré foi uma área privilegiada no que diz respeito à recepção de novas populações. As redes cotidianas de apoio e solidariedade dos nordestinos foram importantes para a expansão populacional. Elas se materializam na hospedagem de conterrâneos, indicação para determinados empregos, auxílio na construção de moradias e promoção de atividades culturais coletivas (SOUZA E SILVA, 2011:22).

A Maré, ironicamente diplomada como um bairro, também se destaca pelo fato de haver uma proletarização de sua população. Segundo André Esteves, um estudo feito pelo Iplan-Rio, atual Instituto Pereira Passos, com 28 comunidades do Rio de Janeiro, situou a

Maré em 11ª posição no Índice de Qualidade de Vida Urbana, um resultado muito próximo ao da média das outras comunidades. “O estudo torna evidente a precariedade dos indicadores culturais e econômicos: o percentual de moradores com diploma de graduação, na década de 90, não chegava a 0,6% do total, enquanto o número de analfabetos alcançava o índice de 20%”. Isso significa que um jovem da Maré tinha cerca de 40 vezes mais chance de ter um parente analfabeto do que um universitário. No que diz respeito aos rendimentos, mais de 2/3 dos trabalhadores afirmaram receber menos de dois salários mínimos ao mês (ESTEVES, 2004).

Dessa forma, não há surpresa no número cada vez mais crescente de entidades não-governamentais que surgem com diferentes perspectivas para tentar reduzir os danos causados pela ausência e ineficácia do poder público nesses espaços. É assim que surge o Centro de Estudos e Ações solidárias da Maré (Ceasm), a ONG responsável pela criação do jornal comunitário *O Cidadão*, objeto principal da pesquisa que se segue. Outras organizações também nascem a partir da experiência obtida com a atuação do Ceasm, como o Observatório de Favelas e a recém criada Redes da Maré, que tem como precursores dirigentes que outrora foram diretores e administradores do Ceasm. Eis, no próximo subitem, uma breve apresentação sobre a entidade.

### **3.4 – Ceasm**

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, idealizador do jornal *O Cidadão*, foi inaugurado em 1998, no Morro do Timbau, por moradores e ex-moradores que se notabilizaram por uma trajetória marcada pela mobilização social e pelo ingresso ao ensino superior. O questionamento sobre o acesso restrito de jovens pobres à universidade fez com que o grupo voltasse seus esforços para a implementação do Curso Pré-Vestibular da Maré (CPV). Com o alto percentual de aprovação no vestibular das principais universidades públicas, o Ceasm demonstrou sua relevância sociopedagógica e deu visibilidade à Maré.

A pesquisadora que vos escreve, moradora do Complexo da Maré e ex-aluna do CPV, é a prova cabal de que uma iniciativa como esta pode mudar significativamente o

destino de famílias inteiras, ao permitir o acesso a bens educacionais e culturais que todo ser humano deveria ter o direito de usufruir. Foi a partir da atuação no Ceasm que a identidade territorial foi descoberta e ganhou novo significado. Lá a autora aprendeu que mora na Maré e não mais em Bonsucesso, bairro mais próximo do complexo. Ao se identificar como moradora de Bonsucesso, evitava o estigma, o estereótipo e o preconceito de ser uma favelada da Maré. Hoje, tem orgulho de se dizer mareense, porque a questão da identidade local foi bem resolvida pela forte atuação do Ceasm.

A ONG é estruturada a partir de uma rede sociopedagógica, que articula atividades educacionais como o próprio CPV, o curso preparatório para o Ensino Médio, o núcleo de línguas, a oficina de informática e a biblioteca. Como principal instrumento cultural há o Museu da Maré, no qual são oferecidas oficinas de artes plásticas, teatro, dança afro, música, percussão, fotografia, vídeo, desenho e produção gráfica, além de frequentes exposições. Hoje, essa estrutura enfrenta mudanças por causa de um reordenamento engendrado a partir de uma crise institucional, aprofundada a partir de 2008, quando a direção do Ceasm rachou. O racha, ocasionado por divergências de ordem política, administrativa e pessoal, resultou na criação da instituição Redes da Maré, que fica na Nova Holanda.

A crise, no entanto, não afetou a importância da entidade, que se consolidou como precursora da constituição de novas referências e oportunidades para os jovens da Maré. Há acordo com Esteves ao considerar que o Ceasm cria novas identidades que permitem, progressivamente, a superação da representação estereotipada que norteia as favelas e seus moradores, o que gera novas formas de reconhecimento dos agentes que constituem a cidade (ESTEVES, 2004).

Ao pincelar o território em que o objeto desta pesquisa se instala, com suas especificidades sócio-espaciais, é chegado o momento de se refletir, no subitem que segue, que tipo de prática comunicativa trafega neste contexto.

### **3.5 – Comunicando o Rio das Marés**

O Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), após demonstrar resultados concretos na aprovação de jovens favelados nos vestibulares de diferentes universidades públicas do Rio de Janeiro, passou a figurar na mídia carioca como o que



existe de bom e de redentor no Complexo da Maré. Nos corredores do Ceasm, nos tempos áureos do “Programa Criança Petrobras” – até 2008, a estatal foi a patrocinadora majoritária de toda a estrutura da entidade -, era comum encontrar jornalistas da mídia comercial atrás de histórias fantásticas de superação da pobreza e, principalmente, da criminalidade. Essa abordagem em si incomodava aos possíveis personagens indicados pela ONG, já que o arcabouço político e ideológico fornecido pelo próprio Ceasm negava uma apropriação de histórias pessoais como algo inédito, extraordinário e intangível para os demais moradores de favelas. A ideia de haver possíveis alternativas perante a extrema desigualdade social causada pelo capitalismo selvagem era o que deveria ser enfatizado pelas reportagens sobre o Ceasm. No entanto, essa abordagem nunca foi prioridade nos meios de comunicação comercial que noticiaram determinados projetos da ONG.

Tal fato remonta minimamente ao que representam os meios de comunicação no Rio de Janeiro. Sobre a favela, é quase que impossível se ter uma cobertura desvinculada de estereótipos, pré-conceitos e pré-julgamentos, principalmente em um Estado que não difere da estrutura de concentração midiática inerente do Brasil e da própria América Latina, como foi observado no segundo capítulo da presente dissertação. O monopólio da comunicação impressa no estado é caracterizado pela apropriação midiática da família Marinho, detentora dos jornais “O Globo”, dirigido às classes A e B; “Extra”, para classes C e D; e “Expresso da Informação”, orientado para a classe D. Há outros impressos no Rio de Janeiro, mas, em termos de tiragem, não são tão expressivos. É o caso de “O Dia”, destinado às classes B e C; e “Meia Hora”, para a classe D em diante. “O Dia” teve seu controle transferido para o grupo português Ongoing em abril deste ano.

O Brasil está na contramão mundial do refluxo do jornal impresso. De acordo com dados de 2010, países desenvolvidos tiveram queda de mais de 10% na circulação de jornais, com destaques para jornalões como os ingleses “The Times”, “The Guardian” e “Daily Telegraph”. Segundo o Instituto Verificador de Circulação (IVC)<sup>7</sup> - entidade de auditoria de jornais e revistas no Brasil -, a circulação de jornais apresentou crescimento médio de 4,2%, comparando o primeiro semestre de 2011 e o mesmo período do ano passado. O crescimento foi estimulado pelas vendas de publicações com preço de capa até R\$ 0,99, que avançaram 12,9%. A média diária de circulação brasileira nos primeiros seis

---

<sup>7</sup>Disponível em <http://www.ivc.org.br/VerNoticia.aspx?id=74>. Acesso em 30 de abril de 2011.

meses deste ano é de 4.435.581 exemplares, recorde histórico do IVC. O levantamento aponta que, em média, o grupo de jornais com preço de capa acima de R\$ 2 registrou avanço de 3,2% na circulação. Já os impressos com custo entre R\$ 1 e R\$ 2 tiveram leve declínio médio de 1,1%. A observação da média corrente dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores aponta alta de 3,9%.

Os primeiros no ranking nacional de circulação por estado, em 2010, considerando apenas os grandes jornais, estão o Rio, que lidera com 753 mil (quatro jornais); São Paulo em segundo, com 530 mil (dois jornais), seguido do Rio Grande do Sul (três jornais), com 493 mil exemplares, em média. A situação no Rio de Janeiro é a seguinte: “O Globo”, com 262.435 exemplares, está em terceiro lugar no ranking, seguido por “Extra”, com 238.236, em quarto lugar. O “Meia Hora”, com 157.654, ocupa a sétima colocação. E o 14º lugar é do “Expresso da Informação”, com 84.285 exemplares. “O Dia” amarga a 19ª colocação, com 60.057. Houve perda de 16,3% de circulação.

A maior emissora de televisão do Brasil é a Rede Globo. De acordo com pesquisa do Ibope<sup>8</sup>, realizada no primeiro trimestre de 2000, a Globo cobre quase a totalidade dos municípios brasileiros com sinal que chega a 99,77% dos domicílios com aparelhos de TV do país. O SBT vem em seguida, atingindo 97,58% dos lares. A Bandeirantes abrange 60,36% dos municípios e a Record, 42,38%. As grandes redes comerciais de televisão detêm 82,5% da audiência em São Paulo e 90,4% no Rio de Janeiro.

Esses dados evidenciam que o fluxo de informação no Rio é dominado pela Globo. Esta empresa dita os assuntos a serem pautados, os temas mais relevantes e a forma prioritária de abordagem. No dia 7 de agosto de 2011, as Organizações Globo publicaram um documento com seus princípios editoriais<sup>9</sup>. Princípios esses, de acordo com a carta, já praticados intuitivamente por gerações desde que a empresa foi fundada por Irineu Marinho, em 1925. O código de conduta global apresenta uma breve definição de

---

<sup>8</sup>Disponível em [http://www.portalbrasil.net/brasil\\_economia.htm](http://www.portalbrasil.net/brasil_economia.htm). Acesso em 30 de abril de 2011.

<sup>9</sup>Princípios Editoriais das Organizações Globo, disponível em <http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.html>, acesso em 10 de agosto de 2011.

jornalismo, caracterizado como “uma atividade cujo propósito central é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas”, além de seções em que há destaque para os atributos da informação de qualidade; como o jornalista deve proceder diante das fontes, do público, dos colegas e do veículo para o qual trabalha; e os valores cuja defesa é imperativo ao jornalismo. Dentre os temas que mais chamam a atenção na carta, qualificados como atributos da informação, estão a “isenção”, “correção” e “agilidade”. Desse modo, é evidente que na tentativa de formalizar uma repactuação com o seu público, a empresa jornalística peca por levantar a tão caduca bandeira da neutralidade e esterilizar seus profissionais para limitar os riscos de uma atuação autônoma.

Assim, jornalistas continuam negando a existência de um mundo real e objetivo, e se iludem com a máxima: “a imprensa deve dizer a verdade de forma isenta”. Ora, como defende a historiadora Virgínia Fontes (2008), “não há possibilidade de explicação neutra numa sociedade de classes”.

Para os riscos das contradições internas à própria ideologia dominantes, foram sendo introduzidas outras formas de esterilização. Uma delas é o ecletismo, que autoriza a convivência de posições teoricamente contraditórias, como positivismo descritivos e posturas interpretativas relativistas. Outra é a construção de inúmeros órgãos de imprensa, segmentados e direcionados para diversos tipos de assunto, de público e de verdade (verdade a ser enunciada com números predeterminados de palavras), o que, na prática, impede que a “neutralidade jornalística”, aquele fetiche no qual acreditam os jornalistas, possa se exercer, sem desaparecer. O veículo não é neutro – e isso é explícito: o veículo X está voltado para o público C, com um número máximo de y linhas, é especializado em determinado tipo de informação – cultura, moda, lazer, ciência, turismo, economia etc. – e está direcionado para determinado tipo de público específico; já o veículo W destina-se ao público A, e dirige-se unicamente à cobertura de temas específicos, fragmentados (FONTES *in* COUTINHO, E.G, 2008:151).

Com a alcunha de bastião da verdade, a Globo se configura como a principal voz responsável pelo debate público no estado do Rio de Janeiro. Com a hegemonia da palavra, esta empresa se converte como impositora de valores e interesses de uma classe em busca de consenso, não isento, sobre a realidade social baseada na ideologia do mercado neoliberal. Portanto, mesmo estabelecendo um código de conduta, que sempre trabalhou

instintivamente, a organização sempre abdicará de seus “princípios” pela audiência no Ibope. Por isso, necessariamente, o código se torna extremamente limitado e figurativo.

Há incontáveis exemplos episódicos que revelam a falácia que representam os princípios editoriais da Globo. No documento, há o decreto: “nenhum veículo das Organizações Globo fará uso de sensacionalismo, a deformação da realidade de modo a causar escândalo e explorar sentimentos e emoção com o objetivo de atrair uma audiência maior”. Quem não se lembra da cobertura exaustiva da emissora no sequestro da jovem Eloá Pimentel, em outubro de 2008, no ABC Paulista? Há algo mais apelativo e sensacionalista do que ter a vida de um ser humano, que está em risco, acompanhada ao vivo e em rede nacional como se fossem cenas de ficção ou de uma novela? A cobertura sensacionalista gerou, inclusive, um desfecho trágico diante das câmeras, que registraram os barulhos de tiros ao final do ato. Segundo o código, “a sensibilidade do público será levada em conta. Cenas chocantes receberão o tratamento devido de acordo com as características do público-alvo”. E o que dizer sobre a cena de execução sumária registrada pela Globo ao vivo de um sequestrador alvejado com um tiro de fuzil na cabeça por um atirador de elite, na Zona Norte do Rio, em setembro de 2009? Cenas que foram repetidas exaustivamente durante dias pela emissora. A ação do policial foi elogiada e aplaudida pelas Organizações Globo, que se incumbem do papel de defensor intransigente de “valores sem os quais uma sociedade não pode se desenvolver plenamente” como, por exemplo, os “direitos humanos”. Desse modo, não há como escamotear sua linha política e ideológica calcada em bases conservadoras, privatistas e neoliberais.

Diante desse quadro de dominação das Organizações Globo sobre os meios de comunicação, a luz no fim do túnel deve ser encarnada pela expansão de uma comunicação alternativa que possa figurar como contra-hegemônica na tomada de novas concepções de mundo. Tais iniciativas devem ousar na avaliação crítica sobre a realidade e contestar o suposto desenvolvimento engendrado pelo capitalismo. Ao que tudo indica, está configurada uma ditadura da mídia – semelhante à dos tempos do regime militar, quando alguns veículos de comunicação foram censurados e outros se aliaram ao governo de autoritário, como a própria Globo. Por isso, é preciso que surjam meios de contestação, como os que enfrentaram os governos militares, nos moldes dos tablóides “Pif-Paf”,

lançado em 1964; “Pasquim” (1969); “Posição” (1969); “Opinião” (1972); “Movimento” (1975); “Coojornal” (1975); “Versus” (1974); “De Fato” (1975); e “Extra” (1984). Eram jornais que expressavam a indignação da pequena e média burguesia e dos trabalhadores em relação ao regime militar.

O Rio de Janeiro, entretanto, já assiste, principalmente nas últimas décadas, ao surgimento de iniciativas midiáticas nas favelas que reivindicam o direito de significar e se destacam por sua atuação política e mobilizadora. De acordo com levantamentos do Laboratório de Estudos e Comunicação Comunitária da UFRJ<sup>10</sup> (LECC), datado de agosto de 2009, há cerca de 110 mídias comunitárias ou alternativas com evidente atuação. É precipitado avaliar, e não é o objetivo desta dissertação, se cada um desses representa ou não uma contestação de fundo ideológico e contra-hegemônico. No entanto, essas iniciativas se qualificam como motor difusor de uma diversidade de novos olhares, percepções, representações e ressignificações. Isto porque se caracterizam como uma “comunicação do oprimido”, como bem forjou Fernanda Pereira (2010), em sua dissertação de mestrado, em analogia à “Pedagogia do Oprimido”, de Paulo Freire, e ao “Teatro do Oprimido”, de Augusto Boal.

Fernanda Pereira mapeou no Rio de Janeiro algumas mobilizações no âmbito da comunicação, educação e cultura. Além de cursos de artes, dança e cultura popular, a autora destacou: o jornal *O Cidadão*, Revista “OCAS”, rádios comunitárias, lonas culturais de periferias, Teatro de Rua, Teatro do Oprimido, cursos pré-vestibulares comunitários, movimentos como CEASM, AfroReggae, CUFA, Nós do Morro, Nós do Cinema, Observatório de Favelas e movimentos pela democratização da comunicação. Há que se notar “o que tem de comum nesses projetos é que eles se baseiam em reproduzir a fala popular (...). A maioria não pretende revolucionar a sociedade (...), mas melhorar as condições de vida dos jovens e homens comuns (...) por meio do acesso às artes e meios de comunicação” (PEREIRA, 2010:91).

Raquel Paiva reconhece o protagonismo do Rio de Janeiro nessas iniciativas como uma resposta contra-hegemônica:

Iniciativas que buscam a construção de um sentido comum de existência, como o grupo de teatro Nós do Morro, Afro-Reggae, a Escola Popular de Comunicação Crítica, a Federação das Rádios

---

<sup>10</sup>O levantamento do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária, núcleo de pesquisa da Escola de Comunicação da UFRJ, é embrionário e foi feito com dados disponíveis na internet.

Comunitárias, Central Única de Favelas (CUFA), entre muitas outras, indicam a pujança da cidade do Rio de Janeiro, enquanto palco das mais variadas possibilidades do protagonismo social de pessoas de classe popular, cujas formas de organização associativas e comunitárias se definem como resposta contra-hegemônica em face dos dispositivos discursivos das mídias e do sistema sócio-econômico excludente (PAIVA:2008, 10).

Diante do quadro apresentado, há a necessidade de reafirmar que o discurso criado por esses novos agentes comunicacionais e já estabelecido nos diferentes meios citados, como defende o filósofo da linguagem Bakhtin, é ideológico. Isto porque, constrói o mundo e não somente o espelha. Tal discurso é polifônico, prevê muitas vozes, e dialógico, que permite o diálogo baseado no tempo e no espaço. Portanto, a mídia se caracteriza como o palco das práticas discursivas hegemônicas, como observa Gramsci, o que sugere essencialmente uma contra-hegemonia. E é calcado nessa disputa contra-hegemônica, de significação da realidade social, que o presente trabalho pretende explorar os dez anos do jornal comunitário *O Cidadão*.

Antes de se traçar concepções a respeito do jornal em questão, há a necessidade de demarcar o conceito de comunidade, já que este é alvo de controvérsias. Segundo Raquel Paiva, o desejável é que se conceitue tal termo evitando a versão oitocentista de comunidade como via ideativa. Isso se justifica ao encarar comunidade como uma constituição do mundo real, o que se torna mais flagrante quando o conceito é atrelado às mais diferentes perspectivas, sejam elas filosóficas, sociológicas, políticas, psicológicas, biológicas e cristãs.

Na “Crítica da razão pura”, Kant desenvolve duas concepções sobre o termo: *communio* e *comercium*, mas optou pelo sentido de comunhão dinâmica e espacial (a *communio spatii*). No entanto, comunidade é traduzida como uma forma de vida social orgânica que se contrapõe à sociedade para o teórico Schleiermacher:

Da maneira como tem sido expresso, o conceito tem óbvia conotação valorativa, e por essa razão a disposição cientificista ocidental optou pela sua não utilização, já que se questiona seu pouco uso objetivo. A sociologia, por exemplo, apesar de um histórico em que os dois conceitos (comunidade/sociedade) têm provocado intensa polêmica, decidiu-se mais recentemente por uma postura de restringir o estudo de comunidade ao de *folk society*, dirigindo-se assim a localidades específicas, às pequenas localidades. Essa foi uma tendência desenvolvida especialmente

por sociólogos americanos, a partir da década de 50, com um enfoque oposto ao de *urban society*. (PAIVA, 2003: 68)

A concepção sociológica do termo identifica comunidade como o primeiro nível de organização social completo e auto-suficiente. Com relação à perspectiva psicológica o termo é caracterizado pela relação entre pessoas que se constitui pela identificação que desemboca no desenvolvimento de uma união altruísta. Segundo Paiva, Freud considera que a consolidação da comunidade se dá por meio da forte identificação entre os seus componentes.

A conceituação mais acabada do termo foi encampada por Ferdinand Tönnies, de acordo com Paiva: considera comunidade o antiético de sociedade. Diferentemente da comunidade em que se prioriza o bem comum, o que prevalece na sociedade são os interesses individualizados. Dessa forma, a linguagem é a principal ferramenta para a afeição entre esses indivíduos que se mantém em solidariedade mútua, segundo Tönnies.

Os teóricos da Escola de Chicago, ao traçarem uma concepção sociológica do termo comunidade, classificam-na como a união entre os indivíduos que se dá pela competição territorial e pela necessidade de sobrevivência individual. Tal conceito difere das concepções formuladas por Tönnies, nas quais a sobrevivência coletiva é o objetivo priorizado. A Escola de Chicago usa o termo “ecossistema” ao invés de comunidade. Por essas sensíveis diferenças, Paiva considera que é impossível conceber que o conceito empregado por Tönnies à comunidade equivalha ao defendido por essa corrente.

Segundo Paiva, não se pode deixar de comentar o conceito de comunidade para o cristianismo:

(...) nunca é demais ressaltar que falar de comunidade significa ter sempre de entrar no campo religioso, principalmente cristão, porque estão implícitos os conceitos de fraternidade, reciprocidade, confiança e comunhão. Faz parte do ideal cristão a vida baseada na igualdade e na harmonia entre os indivíduos, ao passo que a perspectiva de existir em comunidade aporta nestes conceitos como necessidade de sobrevivência. A aura de beatitude que circunda o conceito de comunidade ultrapassa a dimensão meramente religiosa para se constituir como verdade científica. Um dos exemplos são os postulados formulados pelo sociólogo Émile Durkheim, que se propõe a explicar a partir de tipos de solidariedade (mecânica e orgânica) as formas de socialização existentes (PAIVA, 2003:78)

A alteridade é respeitada enquanto ser-juntos, por isso, Jean-Luc Nancy ao se apropriar do conceito *ser-com*, de Heidegger, reafirma que o estar em comunidade não necessariamente significa dividir tudo em comum, mas estar conectado a ponto de se expor a qualquer adversidade junto ao coletivo. Assim, constitui-se a comunidade do ser-em-comum. Nancy destaca que o ser em comum deve permitir à existência existir, entretanto, deve-se definir como se dará a experiência de ser em comum. Tal estratégia de existência em comunidade permitiria ao homem uma aproximação com o seu próprio cotidiano e com os outros, deixando assim de ser sozinho, como impôs a sociedade industrial. Assim, possibilita o reconhecimento de sua própria existência.

A linguagem é um dos fatores primordiais para o convívio em comunidade, já que constituiria um elo espiritual e concreto, capaz de eternizar o grupo e estabelecer normas. Karl-Otto Apel, em “Comunidade e comunicação”, designou a existência como “comunidade ilimitada da comunicação”. De acordo com Paiva, esta análise da linguagem como vivência do ser impõe a comunicação como um código da realidade. Desse modo, Apel indicou a seguinte caracterização da relação humana: *microâmbito* (família, vizinhança), *mesoâmbito* (plano da política nacional) e *macroâmbito* (destino da humanidade). Desse modo, pretende provar que os preceitos regidos nos povos advêm de um âmbito particular. Assim, conclui-se que a comunidade ilimitada da comunicação preconiza o diálogo social já que os princípios e regras são repassados pelos falantes em comunidade.

Para Tönnies, a linguagem é produto do relacionamento entre indivíduos e surge da intimidade e do afeto. As condições elementares para a existência da comunidade são o uso da linguagem e o respeito da vontade comum. O consenso funciona como o normatizador desse convívio. Para Paiva, na comunidade são as leis tradicionais que vigoram, enquanto na sociedade o contrato substancia as normas que são adquiridas em função do próprio movimento social. Tönnies considera a casa como a corporificação dessas relações, já que defende que a comunidade se caracteriza pela divisão do mesmo espaço físico. A casa é a sede da comunidade, pois é onde se alimenta e se chora os mortos juntos. Dessa maneira, a família é identificada como o núcleo da comunidade já que estrutura a base do viver em comum. Os vizinhos também fazem parte desse corpo orgânico.



O sentimento de pertencimento, segundo Paiva, é o elemento considerado por Max Weber capaz de conceituar comunidade, pois compreende o agir social apoiado a um sentimento comum. Entretanto, o não-pertencimento diz respeito ao estrangeiro, como define Julia Kristeva. Desse modo, entre as características do estrangeiro, o que não é “um dos nossos”, está a falta de comprometimento e cumplicidade necessários à sintonia do convívio.

Integrante do clã dos Olivetti, Adriano Olivetti se dispôs a implantar uma ordem social comunitária na contemporaneidade. Segundo Paiva, seu ideal já havia sido proposto pelos socialistas utópicos do século XIX, que previam a criação de comunidades denominadas “falanstérios”. Na proposta de Olivetti a base da comunidade seria estabelecida pela empresa de sua família. Para ele, uma preocupação inicial, as várias comunidades deveriam ter um total de 100 mil habitantes. Olivetti também considerava o sentimento de pertencimento determinante para a constituição desse organismo, por isso sugere que cada comunidade tenha um nome histórico. A proposta é que nomeie esses organismos com nomes de empresas importantes de determinado lugar.

Segundo Freud, a possibilidade comunitária se dá pelos vínculos estabelecidos que possibilitem a geração dos sentimentos de pertencimento e de direito regido pelo “fazer parte” da coletividade. A ideia de vida comum na estrutura comunitária, segundo Paiva, gera no imaginário social a intuição de uma sociedade perfeita. Isso porque, ocorre a idealização de comunidade como uma proposta alternativa à sociedade em que está inserida.

Assimilar o conceito de comunidade à concepção mais perfeita de convivência entre os indivíduos tem sido uma idéia que persiste, muitas vezes configurando-se como proposta a ser implementada. A comunidade seria, nesta ótica, responsável por produzir ligações fortes e harmoniosas, em oposição à sociedade, vista como simples associação destinada a suprir necessidades pessoais. O desejo de comunidade poderia, portanto, inscrever-se como uma invenção destinada a responder à experiência da dura realidade. Não é por outra razão que Nancy a situa como sendo, ao mesmo tempo, o “mito mais antigo do Ocidente e pensamento tipicamente moderno”. Isso porque sempre a norteou o propósito da proximidade entre o homem e Deus, enquanto que se inscreve como produção moderna pelas dificuldades de respostas no cotidiano. Avizinha-se, assim, como uma saída da sociedade, onde os contatos não são mais definidores do real, apropriado por instrumentos técnicos, como os *mass media* (PAIVA, 2003: 111).

Marx não acredita na comunidade como momento histórico, mas sim, segundo Paiva, como obstáculo a ser transposto para se seguir em direção ao socialismo. Suas ideias são opostas a localismos e regionalismos. Além disso, considera comunidade uma das bases que serve ao despotismo e submissa a todas as regras da tradição.

O reconhecimento da possibilidade de uma estrutura comunitária hoje é um posicionamento político. Portanto, não se pode compreender tal organismo da maneira clássica, na qual todos viviam em perfeita harmonia. É necessário considerar comunidade como um projeto não experimentado, que surge do seu antagonismo com a estrutura capitalista, que o abandona. Desse modo, deixa de lado todo um sentimento de pertencimento do indivíduo.

O Estado se exime de seus deveres com o setor social e a falta desse respaldo faz com que entrem em cena os organismos não-governamentais. Segundo Paiva, esses organismos desenvolvem um papel fundamental, já que a implementação dessa estrutura pode ser caracterizada como um esquema de gestor alternativo. Desta maneira, distingue duas possibilidades de vivência comunitária:

A estrutura comunitária operária com a finalidade de pressionar a sociedade para que possa ter uma participação ativa nos aparelhos sociais possibilitando a descentralização do poder. De acordo com Paiva, recorrer a estrutura comunitária significa considerar a situação, já que permite o acionamento do sentimento de pertencimento e a busca conjunta de soluções. Por isso, tal conceito é aplicável na sociedade contemporânea.

Diante da ausência do Estado, nessas estruturas sociais surgem, nas últimas décadas, iniciativas voluntárias e desburocratizadas para minimizar as adversidades vivenciadas nas comunidades. Tais iniciativas são denominadas organizações não-governamentais (ONGs) e são caracterizadas pelo fato de não terem como um fim a lucratividade. Segundo Gabriel Kaplún, em “O retorno da comunidade: os novos caminhos do social”, o termo ONG foi concebido pelas Nações Unidas, nos anos 80, para designar uma série de organizações distintas dos governos no debate da agenda mundial. Desse modo, o termo foi generalizado e hoje se refere a um conjunto de instituições que têm histórias, trajetórias e objetivos diferentes.

Nos anos 70 e 80, militantes de esquerda e acadêmicos, durante a vigência das ditaduras latino-americanas, trabalharam algo parecido para continuarem “fazendo algo”.

De acordo com Kaplún, muitos militantes deixaram o pensamento leninista e passaram a Gramsci identificando-se como intelectuais orgânicos – orgânicos nos movimentos populares. Desse modo, surgem ONGs com o discurso de educação popular. Algumas investem na dimensão comunicacional e trabalham o conceito de comunicação popular, já que articulam o diálogo entre movimentos sociais locais e nacionais.

Uma das primeiras atividades desse cunho solidário surgiu a partir do governo de Bill Clinton, em 1997. Ao reconhecer os problemas sociais, incentivou múltiplas campanhas de voluntariado, já que, para ele, as soluções deveriam partir da sociedade civil. A crítica a tais iniciativas solidárias, é que, dessa forma, o governo institucionaliza a sua isenção no que diz respeito às suas responsabilidades sociais.

Esse tipo de processo pode ter duas origens e dois signos bem diferentes, ainda que se confundam na prática, por um lado, pode tomar parte na tendência privatista e neoliberal que propõe reduzir os Estados. Por outro, pode ser parte da tendência democratizante das esquerdas emergentes, que buscam fazer crescer o poder da sociedade. O problema é que muitas ferramentas de ação se parecem tanto que custa distinguir quando se trata de um ou outro caso. Um indicador possível – ainda que nem sempre suficiente – é analisar de onde provém o movimento: se da própria sociedade que reclama mais poder ou do Estado que, por sua vez, quer desembaraçar-se dos problemas, transferindo, por exemplo, aos pobres a responsabilidade de solucionar sua pobreza. (KAPLÚN *apud* PAIVA, 2007:179)

Definido brevemente o conceito de comunitário é chegado o momento de explorar o jornal *O Cidadão*. Portanto, o próximo capítulo versa sobre o cotidiano dessa iniciativa comunicacional na busca de amplificação da fala dos moradores do Complexo de Favelas da Maré.

#### **4 – UM JORNAL COMUNITÁRIO CHAMADO “O CIDADÃO”**

*“Segundo o mito grego, Cadmo,  
legendariamente o rei que introduziu  
as letras do alfabeto da Grécia,*

*semeou os dentes do dragão e deles  
germinaram homens armados”  
Marshall McLuhan*

Antes de iniciar o capítulo, peço licença ao leitor para trabalhar com uma linguagem mais próxima do coloquial e em primeira pessoa, já que se trata de uma pesquisa-ação em que alguns momentos da história do objeto em estudo houve intervenção da autora. Em outros momentos, a história do objeto se confunde com a própria história de vida da autora.

*O Cidadão* é um veículo de comunicação comunitária que foge da falácia composta pelo trinômio imparcialidade-isenção-neutralidade, amplamente divulgado pelas corporações comerciais que pretendem desta maneira garantir a sua credibilidade e legitimidade. *O Cidadão* é parcial, está ao lado dos trabalhadores, dos excluídos e marginalizados pela desigual e desumana sociedade capitalista. Portanto, os subitens que se seguem pretendem situar a práxis contra-hegemônica do jornal em questão a partir de sua atuação política e pedagógica na cobertura de assuntos relacionados ao cotidiano da Maré. Assim, serão avaliados os conteúdos abordados nas matérias principais durante os dez anos de sua existência, além da observação de alguns de seus editoriais.

#### **4.1 – *O Cidadão***

Há doze anos, em 1999, nascia um jornal comunitário chamado *O Cidadão*. Nascia tímido, como um dos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, que expandiu seus horizontes ao tratar de temas relacionados ao cotidiano das mais de 130 mil pessoas que moram nas 16 favelas do Complexo da Maré. Com tiragem de 20 mil exemplares, o jornal é distribuído gratuitamente graças à parceria de boa vizinhança com a editora Ediouro, cujo parque gráfico desta fica aos pés do Morro do Timbau. *O Cidadão* se destaca por ter a ousadia de ecoar a voz do morador de favela. Voz que é ignorada e criminalizada pelos grandes veículos de comunicação comercial, os da chamada grande mídia que monopolizam a comunicação no Brasil e no Rio. Desse modo, *O Cidadão* se configura como um exemplo de como se deve democratizar de fato a comunicação, já que, como um de seus pressupostos, prioriza a utilização de uma linguagem acessível ao doutor e ao semi-analfabeto. Utiliza muitas imagens, entre fotos e charges, para facilitar a leitura,

já que não perde a dimensão de que está inserido em uma sociedade imagética. Não é por acaso que *O Cidadão* é tema de incontáveis monografias e teses de mestrado espalhadas em universidades do Rio e do Brasil, com destaque para os trabalhos acadêmicos da UFRJ, UERJ e PUC-Rio.

Nos anos de 2009 e 2010, o jornal da Maré ganhou reconhecimento nacional ao receber o Prêmio de Mídia Livre concedido pelo Ministério da Cultura. Outro fato que não se pode esquecer é que este jornal comunitário é a referência do maior jornal da cidade de Caravelas, no extremo sul da Bahia. *O Cidadão* é um nome propositalmente escolhido já que trata os moradores da favela como cidadãos, que devem ter seus direitos garantidos independentemente do espaço que ocupem na escala social e do valor de sua conta bancária. O jornal comemorou uma década de existência com a cobertura intensa de uma pauta muito dolorida e cara para os moradores de favela: a luta pelo direito à vida. Com uma equipe constituída genuinamente por moradores da Maré, alguns deles militantes de movimentos sociais, *O Cidadão*, em 2009, foi o grande parceiro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro ao produzir matérias jornalísticas e também trabalhar como assessor de imprensa em momentos de necessárias denúncias com relação ao desrespeito aos direitos humanos na Maré e em outros espaços criminalizados pela mídia comercial da cidade. *O Cidadão* foi o primeiro jornal a divulgar a versão dos moradores, em contraponto à versão oficial da polícia - que a grande mídia legitima-, nos casos de assassinato do menino Matheus, em dezembro de 2008, e do jovem Felipe, em abril de 2009, ambos moradores da Baixa do Sapateiro.

Assim, o jornal comunitário que faz de sua existência a defesa dos moradores de favelas, foi homenageado, em dezembro de 2009, pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, presidida pelo deputado Marcelo Freixo, com a comenda Centenário Dom Helder Câmara de Direitos Humanos. Esta homenagem marca, sem sombra de dúvida, o reconhecimento da práxis política, ideológica e pedagógica de *O Cidadão* no Complexo da Maré. Mas este fato também expõe o necessário amadurecimento do projeto editorial do jornal. Antes, este privilegiava o processo de reconhecimento da identidade local e da cultura mareense, como descreve André Esteves, em sua dissertação de mestrado, no ano de 2004:

Como projeto de comunicação popular em um espaço cultural complexo como a Maré, o jornal *O Cidadão* já nasce com difíceis missões: integrar as 16 comunidades que formam o bairro, resgatar elementos dispersos da prática cotidiana dos moradores e que respondem por um sentido de identidade, divulgar e potencializar o trabalho das diversas instituições e movimentos sociais que atuam no cenário local, educar a população sobre a história da Maré e sua relação com o espaço político-cultural do Rio de Janeiro e do Brasil, auxiliar os moradores na construção de uma visão crítica de mundo, transformar seus leitores em agentes ativos e participantes da dinâmica comunicativa criada pelo jornal. É na busca por se cumprir essas propostas que se delinea o conteúdo de *O Cidadão*. Aqui cabe uma outra observação. Diz respeito a uma reflexão sobre o público alvo do jornal: a população local. No projeto editorial do *Cidadão*, os 130 mil moradores que habitam o bairro não são considerados como uma mancha homogênea e indiferenciada – como o imaginário social concebe a população das favelas. A categoria *público do jornal* é considerada em toda a multiplicidade de suas redes sociais, estratégias e potenciais cognitivos. Isso significa dizer que, ao se folhear qualquer edição do jornal, encontram-se campos de informação abrigados em espaço-tempos distintos. Dessa forma, um morador analfabeto se apropria de uma parte do conteúdo do *Cidadão*: as ilustrações, as fotos de lugares conhecidos. O mesmo acontece com um morador pós-graduando que pode acessar espaços de reflexão e informação sobre a Maré e outros espaços populares não disponíveis nos veículos de comunicação formais. Entre esses dois extremos, o jornal se desdobra em vários campos espaço-temporais de informação. Um outro fator que tenciona o projeto editorial do *Cidadão* é a ambígua relação: ser um jornal da Maré e ao mesmo tempo um jornal do CEASM (ESTEVEZ, 2004: 108).

Portanto, durante esses dez anos, a maior parte das reportagens publicadas esteve alinhada com o projeto editorial descrito por André. Tal fato é percebido ao verificar as 61 edições do jornal. Mais de 25% (16) de suas reportagens de capa, que tem como objetivo promover uma reflexão crítica sobre o assunto em evidência, tematizaram a questão cultural e de identidade em diferentes aspectos. Ora ressaltando os espetáculos protagonizados pelo Corpo de Dança Maré, dirigido pelo coreógrafo Ivaldo Bertazzo, e outras iniciativas artísticas propriamente ditas, ora resgatando a identidade local a partir de abordagens sobre a cultura nordestina, tão difundida no bairro. Há ainda as reflexões em busca do entendimento do que representa a Maré na cidade, além do que é ser um mareense, título dado pelo jornal *O Cidadão* aos seus moradores.

Chega aos 20% (12) as discussões relacionadas à precariedade ou à ausência de serviços essenciais como habitação, educação, saneamento básico, saúde e transporte. Já os

temas relacionados à política do país e seus impactos na favela, com conteúdos sobre o cotidiano, como o crescimento desordenado do comércio local e a precariedade de serviços não-essenciais, somam mais de 15% (10) de suas publicações. Neste quesito, há ênfase para a avaliação dos moradores do governo Lula e para as disputas eleitorais no bairro, com destaque para o debate promovido pelo próprio *O Cidadão* entre candidatos a vereador em 2000. Temas como religião, Terceira Idade, juventude, mulher, raça e comportamento quantificam, aproximadamente, 15% (9). O restante, mais de 20% (14), são textos esporádicos sobre esporte, meio ambiente, economia doméstica e internacional.

Este breve levantamento expõe a omissão de debates relacionados à segurança pública e aos direitos humanos. No entanto, a partir de seu sexto ano de existência, esses temas passam a ser debatidos na redação com maior ênfase. Desse modo, foi inevitável acoplá-los ao projeto editorial do jornal que foi se modificando de maneira quase que natural, a partir do dia-a-dia da Maré.

O extinto Observatório Social da Maré, entre 28 de julho e 2 de agosto de 2003, realizou uma sondagem de opinião sobre diferentes níveis de percepção da população em relação ao *Cidadão* e ao Ceasm. Com uma margem de segurança de 95%, a amostragem atingiu toda a população da Maré. Foram levantados dados diversos, como o número de leitores, suas preferências sobre o jornal, o nível de conhecimento que os moradores tinham do Ceasm e de seus projetos.

A pesquisa mostrou que 34,8% da população lêem habitualmente *O Cidadão* e 17% lêem de vez em quando. É um número expressivo, segundo Esteves, já que são 20 mil exemplares de jornal para 132 mil moradores. “Esses dados revelam ainda que o jornal *O Cidadão*, que não tem uma lógica pautada na produção da cultura como mercadoria, é capaz de disputar um espaço com o poder da indústria cultural” (Souza, 2007:29), que, como defendem Adorno e Horkheimer, fornece bens padronizados para que as demandas sejam satisfeitas.

Nas regiões onde existem sedes do Ceasm, o número de leitores assíduos é maior. Outros dados, não menos importantes, também revelaram a identificação dos moradores com o jornal, são eles: 84,5% dos moradores que já leram o jornal e acham que ele trata dos assuntos do dia-a-dia da Maré. Em geral, porque mostra a realidade e fala dos acontecimentos da Maré (47,6%). 84,3% dos leitores consideram *O Cidadão* um jornal de fácil entendimento, o que, segundo Esteves, significa uma vitória para o veículo impresso de natureza política num espaço marcado por uma

ambiência cultural não literário, pois sinaliza que boa parte das estratégias empregadas pelo jornal teve êxito (ESTEVEES, 2004:144).

Esta sondagem revela ainda que 2,7% de seus leitores não gostam de ler assuntos sobre violência, a pesar de o tema ser pouco explorado pelo jornal. Ao serem indagados sobre o que deveria ser incluído em *O Cidadão*, apenas 0,5% dos entrevistados apontaram que o jornal deveria abordar assuntos sobre direitos humanos. E, enquanto 84,5% dos moradores identificaram que o veículo em questão trata de assuntos do dia-a-dia da Maré, porém, outros 8,8% acham que não. Deste percentual, 8,2% observam que a publicação não aborda temas como violência e tráfico de drogas. O levantamento, apesar de representar uma análise antiga do ponto de vista temporal, revela que os assuntos violência e direitos humanos não atraem os leitores de *O Cidadão*. Mas, no cotidiano do jornal, foi possível perceber que a implantação do veículo blindado conhecido como “caveirão” na política pública de Segurança do estado, no mandato da governadora Rosinha Garotinho (2003 a 2006), representou um divisor de águas. A violência imposta pelo toque de recolher e a opressão do caveirão fizeram com que os moradores pedissem que o assunto fosse tratado. Em uma das distribuições do jornal, em 2005, um morador indagou porque o jornal não falava do caveirão. Desse modo, o assunto começou a ser debatido nas reuniões de pauta.

#### **4.2 – Direitos humanos do *Cidadão***

Em verdade a transição para o novo projeto editorial aconteceu atrelada a triste realidade da Maré. Ao projeto editorial de *O Cidadão* foi adicionadas a necessária atuação política e pedagógica na defesa dos direitos humanos e de uma política de segurança pública que garanta o direito à vida. A atualização foi motivo de grande divergência na equipe do jornal. Esta mudança foi tão traumática que parte da equipe se afastou do jornal, descontente com a nova possibilidade de inserção no campo comunicacional e político. Nesta nova configuração, temas que eram quase ignorados, ou mesmo evitados, passaram a ser explorados.

Na história recente de *O Cidadão*, a equipe de trabalho sempre foi constituída por jovens oriundos de diferentes projetos do Ceasm. No início, a equipe, formada por pessoas



que frequentavam o pré-vestibular comunitário, era orientada pelo então editor André Esteves, jornalista pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária da UFRJ, única pessoa que não morava na Maré. Em diferentes momentos, os jovens passaram no vestibular e frequentaram cursos de Pedagogia, Letras, Jornalismo, Publicidade e Matemática. Surgiu daí uma riqueza de debates. Além de o jornal dispor de pessoas que moravam na Maré, essa pluralidade de conhecimento foi fruto de pautas e discussões das mais variadas possíveis. No entanto, depois do afastamento de André Esteves da edição do jornal, em 2004, as divergências de opinião sobre a condução editorial do jornal se tornaram mais intensas.

A opção por não fazer um debate objetivo sobre o cotidiano violento da Maré deu-se, nos primeiros cinco anos do jornal, por questões práticas e até de sobrevivência dos próprios integrantes da equipe. No entanto, ocorreram tentativas de aproximação com o tema a partir de estratégias de analogias como ocorreu na edição de abril de 2003, intitulada: “Invasão ao Iraque – linhas que ligam a Maré ao Oriente Médio”. A ideia, calcada nos ensinamentos pedagógicos de Paulo Freire, era a de identificar a “palavra-mundo” que possibilitasse ao morador fazer a conexão entre a guerra no Iraque e a sua própria vida. Na reportagem, “a palavra-mundo era: *EUA-impulsiona-indústrias-de-armas-de-alto-poder-de-destruição-que-acaba-nas-mãos-do-tráfico-na-porta-da-minha-casa*. Contudo, em lugar nenhum se disse: tráfico na Maré” (ESTEVES, 2004:132).

A estratégia foi válida e obteve êxito, como destacou André: “Poucos dias após a distribuição do *Cidadão*, uma moradora telefonou para a redação. (...) E disse: *Parabéns por vocês terem conseguido tocar na questão, pela coragem... o texto tava muito bom...*” (Idem, 2004: 133). No entanto, a reportagem não conseguiu preencher o vácuo sobre o debate da segurança pública, já que se furtou a trabalhar de maneira concreta e objetiva uma crítica sobre as políticas executadas pelo governo do Estado. Entretanto, há que se observar que esse tema sempre foi polêmico na equipe e um dilema para o próprio Ceasm porque “qualquer conflito direto com as empresas militarizadas do tráfico atuantes no bairro inviabilizaria qualquer projeto de atuação local” (Ibidem: 134).

Além disso, havia o argumento de que a mídia comercial já retratava a criminalidade e a violência a seu bel prazer e que o objetivo do *Cidadão* era o de abordar temas que propositalmente não eram tratados nos veículos convencionais. Por isso, a

identidade local, a cultura, e o dia-a-dia de resistência eram os temas ressaltados na publicação. Outro motivo óbvio para não se cobrir a violência era o fato de que, ao tratá-la, seria necessário falar das facções que dominam o território da Maré. É claro que não dá para por em xeque ou criticar a atuação dos traficantes, com vasto poder de opressão bélica, quando esses são seus vizinhos ou até amigos de infância, o que não significa, obviamente, que há uma conivência com esta atuação. No entanto, ignorar essa realidade realmente não se configurou como uma solução editorial para o problema, apenas ampliou a omissão com relação aos possíveis caminhos para haver de fato uma discussão séria sobre o tema.

O primeiro sinal de que a violência da Maré não poderia mais ser omitida pelo jornal *O Cidadão* aconteceu na ocasião da publicação, em 2006, de uma reportagem de capa que discutia segurança pública. Já na reunião de pauta para a construção deste tema houve uma sensível divergência na equipe sobre a condução editorial de seu conteúdo. Na ocasião, a autora que vos escreve era a então editora do jornal. Por isso, na reunião em questão, argumentava que o “caveirão” seria a imagem perfeita do autoritarismo, da criminalização e da opressão que os moradores da Maré poderiam visualizar como a política do estado. Para resolver a questão, a equipe que discordava de tal argumento foi às ruas ouvir os moradores, enquanto o restante tratava de colher entrevistas com estudiosos sobre o assunto. O resultado foi que encontraram justamente na fala dos moradores o reconhecimento de que o caveirão era o principal retrato do modelo de segurança do Rio. E assim foi construída a reportagem.

Mas outras divergências surgiram quando decidiu usar a imagem do “caveirão” na capa do jornal. Na verdade, como editora, escolhi o postal feito pela Anistia Internacional na “Campanha contra o caveirão”. O principal argumento contrário era relativo aos riscos de vida que a equipe poderia correr por causa de uma possível retaliação policial, já que o postal exibia a imagem de policiais ao lado do caveirão. Então, para mediar o conflito, os policiais foram retirados da imagem e a manchete “Quem vai levar a sua alma?” foi usada em referência à frase que o veículo blindado ecoa em um autofalante: “Vim buscar a sua alma”. Além disso, foi deixada em evidência a placa da montadora Ford. Neste caso, outra divergência mais incrível veio à tona, a então coordenação do jornal argumentou que *O Cidadão* não poderia exibir a placa da Ford por conta de uma hipotética oportunidade de o jornal ser patrocinado pela Fundação Ford. Neste momento, avaliei que não seria mais

editora de um jornal comunitário que pusesse uma empresa à frente dos interesses da população. Omitir dos mareenses que a Ford é a produtora do caveirão realmente contradiz o que seria o perfil de um jornal comunitário, como atesta Raquel Paiva ao citar Ciro Marcondes:

O jornalismo comunitário é o meio de comunicação que interliga, atualiza e organiza a comunidade, e realiza os fins a que ela se propõe (...). Um jornal comunitário é elaborado por membros da comunidade que procuram através dele obter mais força política, melhor poder de barganha, mais impacto social, não para alguns interesses particularizados (anunciantes, figuras proeminentes), mas para toda a comunidade que esteja operando o veículo (MARCONDES, *apud* PAIVA, 2003:136).

Depois de muita mediação, a logo da Ford foi mantida na capa do jornal. A edição esgotou. E a distribuição foi especialmente emocionante, as pessoas pediam o jornal nas ruas, porque “o destaque aos assuntos é dado em função da sua importância para o grupo social, numa relação direta com o cotidiano das pessoas” (PAIVA, 2003:139) e *O Cidadão* cumpriu este papel. Na ocasião, chegaram à redação cartas com elogios ao jornal por ter abordado o assunto:

“Vocês estão de parabéns. Adorei a edição 44, principalmente o editorial falando do que passamos com a violência. Percebi que vocês se preocupam com a nossa realidade. Pois hoje o nosso direito de ir e vir está sendo violado. Em um simples dia de domingo não se pode ter lazer, pois somos importunados pelo” Caveirão “. Isso ocorre por culpa de um governo fraco e sem qualidade”, disse o morador da comunidade Salsa e Merengue, Oroandi Teixeira (*O CIDADÃO*, 2006, nº45:22).

O editorial da edição 44, intitulado “Respeito e dignidade”, ilustra o descaso do Estado com relação às necessidades básicas dos moradores de favelas. Ao criticar a postura do poder estabelecido, há a cobrança de uma política de segurança pública calcada na promoção e garantia do direito humano mais fundamental que é a vida. O editorial também ensaia uma crítica contundente aos meios de comunicação. Enfatiza o fato de, ao cobrirem os assuntos relacionados à violência, tratarem como se fossem mercadorias que rendem apenas pontos no Ibope, já que o debate feito se caracteriza como superficial e

descontextualizado. “Exemplo disso foi o documentário ‘Falcões: meninos do tráfico’ exibido pela Rede Globo, no programa Fantástico, onde novelistas comentaram o assunto como se aquele fato fosse uma ficção e não uma realidade” (Idem, 2006, nº 44:2). A estratégia do olhar crítico sobre os meios de comunicação, também utilizada como ferramenta de amadurecimento do projeto editorial, se apresenta como uma constante a partir desta edição. Este tema será retomado no próximo capítulo.

O segundo grande marco se deu durante uma verdadeira tragédia. Na manhã de 4 de dezembro de 2008, meu telefone tocou com a atual editora, Gizele Martins, do outro lado da linha, chorando. Ela dizia que uma criança fora assassinada pela polícia e que iria com o repórter Douglas Baptista para a redação, enviar uma nota para algumas redes de jornalistas populares com a versão dos moradores sobre o caso. A vítima era Matheus Rodrigues, de 8 anos, filho de Gracilene, auxiliar de serviços gerais no Museu da Maré. Matheus fora mais uma vítima da excessiva omissão do Estado. Na manhã de sua morte voltara da escola antes da hora, porque não tinha professor para lhe dar aula. Ao chegar em casa, pediu ao tio R\$ 1 para comprar pão. Foi alvejado na cabeça, com um tiro de fuzil, quando abriu o portão. Vizinhos garantem, que na hora, não havia troca de tiros com traficantes e que os policiais se assustaram quando o menino abriu a porta. A trágica cena nunca irá sair da minha cabeça. Uma criança ensangüentada no chão com a moedinha de R\$ 1 na mão, imagem que foi estampada em alguns jornais populares na época.

Depois de apurar melhor as informações, resolvemos enviar outra nota, mais consistente, para a imprensa inteira, dessa vez com nossos contatos e nossa identificação como repórteres de *O Cidadão*. Desde então, nossos telefones não pararam de tocar. Nossa maior felicidade foi divulgar a versão dos moradores, já que a polícia contou uma história diferente, a dita “versão oficial”, de que o menino teria sido atingido por traficantes em uma troca de tiros e que, motivados por esses mesmos traficantes, os moradores fizeram uma manifestação, atrapalhando o trânsito da Linha Vermelha. *O Cidadão* conseguiu que as duas versões fossem contrapostas nos jornais de grande circulação.

Na ocasião, uma das edições do jornal estava em processo de fechamento. Por isso, resolvemos derrubar uma matéria que já estava pronta para publicar um artigo sobre o assunto com destaque para a ação criminalizadora da política de segurança voltada para as favelas. Na hora de assinar o artigo, escrito por Gizele, Douglas e eu, argumentamos que o

texto deveria vir assinado pelo *O Cidadão* e não pelos indivíduos. No entanto, tal atitude gerou desconforto no restante da equipe, que discordava da linha editorial apresentada pelo artigo. Também foi posto em xeque o fato de *O Cidadão* publicar algo tão violento e que este não era o seu papel, que sua função era divulgar as coisas boas da Maré. Isso rendeu outra discussão sobre o perfil do jornal comunitário e suas razões para existir. Enfim, conseguimos que o texto fosse publicado com a assinatura de *O Cidadão*. Mais uma vez, a edição recebeu muitos elogios dos mareenses, inclusive com argumentos de que esta seria uma pauta prioritária.

Meses depois, em abril de 2009, outra ação desastrosa da polícia vitimou mais um jovem. Dessa vez, Felipe, de 17 anos, amigo de infância de Gizele. Os relatos dos moradores dão conta de que a polícia entrou atirando e de que Felipe não era bandido. Por isso, a comunidade resolveu, em protesto, fechar a Avenida Brasil. Versão negada pela polícia. Mesmo com as incontáveis tentativas de apresentar a versão dos moradores, *O Cidadão* não conseguiu demover dos jornais a versão oficial, que estampou o rosto de Felipe como um dos bandidos perigosos do Complexo da Maré. Talvez pelo fato de Felipe ter todo o estereótipo criminalizante da polícia - que define como bandido, um adolescente pardo dentro de uma favela. Por isso, novamente escrevemos um artigo analítico para publicar na edição em fechamento. Desta vez, no entanto, não conseguimos assinar o texto com autoria de *O Cidadão*, porque parte da equipe, movida pela “opinião pública” e o “censo comum”, se negou veemente em expor o jornal como porta-voz de um fato “que não se tem certeza”. Ainda assim, publicamos o artigo com nossas assinaturas.

Aqui, cabe um parêntese sobre a questão das assinaturas dos repórteres. O jornal optou, desde o seu início, por não assinar as reportagens, já que eram de responsabilidade de todos os integrantes e do próprio Ceasm. A estratégia também servia para resguardar o repórter em caso de uma apuração equivocada, já que a equipe se caracterizava por jovens aprendizes em todos os sentidos. No entanto, a partir dessa divergência na condução editorial, a equipe decidiu que cada reportagem seria assinada pelo autor, para que este pudesse se responsabilizar completamente pelo conteúdo apresentado. Um ato que podemos até considerar individualista para as propostas de uma comunicação comunitária, entretanto, avalio como uma possibilidade importante de caracterização da própria comunicação em si. O jornal comunitário também deve servir como expressão de uma

pluralidade de pensamentos da própria equipe, assim como a própria Maré é diversa, o que a enriquece.

A partir dessa iniciativa foi estabelecida uma nova possibilidade de relação com os moradores leitores. Configurou-se então o reconhecimento pessoal dos integrantes da equipe, com a identificação exposta da personalidade de cada repórter a partir do seu estilo de escrita e de abordagem dos assuntos. É comum ouvir dos leitores a seguinte frase: “só poderia ser a Gizele para fazer esta matéria”. A atual editora tem uma maneira muito peculiar de escrever, o que possibilitou a criação de uma relação de identidade com o leitor. E isso de fato faz diferença na relação emissor e receptor. Tal fato, também é fruto do processo de amadurecimento editorial de *O Cidadão*.

Voltando à questão da opinião pública, aquela que deixou em dúvida a equipe, os sociólogos Pierre Bourdieu e Patrick Champagne sustentam que esta é inexistente, pois se caracteriza como a opinião dos próprios donos dessa mesma mídia. E o senso comum, qualificado por Gramsci como o criador do futuro folclore, isto é, “uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de certa época ou lugar” (GRAMSCI, 2011:209). Tal fato expõe o papel nefasto dos veículos de comunicação comercial. Parte da equipe de jornal *O Cidadão*, consideravelmente esclarecida e crítica, optou pelo silêncio no momento em que a mídia comercial já tinha julgado Felipe como culpado. Esta é uma das facetas da violência praticada pela mídia, que *O Cidadão* vivenciou de perto, por conta de sua atuação nestes dois casos, ao servir como um assessor de imprensa para assuntos de Maré.

#### **4.3 – *O Cidadão* assessor de imprensa**

O fato de *O Cidadão* tentar inserir a versão dos moradores na mídia hegemônica se constituiu em uma tarefa ao mesmo tempo polêmica e revolucionária para os repórteres. A partir do momento em que fizemos notas para a imprensa com a versão dos moradores sobre os assassinatos de Matheus e Felipe e anexamos os nossos telefones pessoais para

possíveis esclarecimentos, nós nos expusemos como assessores de imprensa da Maré. Assim entenderam os jornalistas que cobrem, em diferentes veículos, os assuntos relacionados à violência e à criminalidade, a famosa geral. Por vezes, lidamos com jornalistas pedindo contatos de fontes para diversos assuntos. Há bônus e ônus nessa relação com a imprensa burguesa.

No caso de Matheus, jornalistas nos procuraram para servirmos como pontes entre eles e os parentes da vítima. Na ocasião, achamos por bem dar a maior visibilidade possível na imprensa para o assassinato da criança. A estratégia era a de pressionar o governo estadual para a punição dos policiais que executaram a ação. Com a autorização da mãe, Gracilene, passamos a encaminhar os profissionais até sua casa, na Baixa do Sapateiro, ou até seu local de trabalho, no Museu da Maré. Acompanhávamos as entrevistas e sempre conversávamos muito com o repórter a respeito do enfoque que daria à matéria. No entanto, mesmo com todo o cuidado, sugiram matérias com comentários grosseiros e preconceituosos em relação à família. Em alguns textos, criticavam o fato de a mãe ter deixado o filho sair para comprar pão sozinho, em outros, distorciam o depoimento dado por Gracilene. Certa vez, Gracilene ficou tão contrariada que nos pediu para não enviarmos mais jornalistas a sua casa. Entretanto, mediamos a situação a partir do momento em que dávamos o “papo reto” no profissional, deixando claro que, se a intenção era publicar uma reportagem preconceituosa e insensível, a mãe não daria entrevista. Muitos se responsabilizaram pessoalmente em cumprir o acordo, outros desistiram da entrevista. Assim, o “Jornal do Brasil”<sup>11</sup>, “O Globo”<sup>12</sup> e “O Dia”<sup>13</sup> cobriram a história de maneira adequada, com a versão dos moradores.

Já no caso de Felipe, a contradição da imprensa burguesa se mostrou de maneira mais contundente. Um profissional de “O Globo me ligou - prefiro não citar nomes por questões éticas -, pedindo uma fonte de parente de vítima que tivesse sido assassinada pela polícia e dada como auto de resistência. A razão é que fora publicada uma pesquisa que apontava o aumento no número dos autos de resistência. A ideia era apresentar as vítimas inocentes listadas nesta categoria. Lembrei do caso Felipe, mas o jornalista argumentou que

<sup>11</sup>Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=237347&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

<sup>12</sup>Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=237287&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

<sup>13</sup>Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=237348&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

não poderia usá-lo. Segundo ele, “O Globo” não tinha certeza da inocência do rapaz, já que ele era considerado bandido pela polícia<sup>14</sup>. Indignada, dispus-me a fazer uma nota de correção, ao que o repórter alegou que o jornal não desmentiria a polícia. Muito chateada, não indiquei outro personagem.

Alguns meses depois, o mesmo jornalista me procurou, pedindo fontes para um assunto similar: o município do Rio apresentara, na época, o 21º mais alto Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) do Brasil. Ofereci novamente o caso Felipe, e ele brincou, dizendo que eu era teimosa e não desistia. No entanto, aceitou a fonte. Acertei o encontro com a mãe, Gilmara, que fez relatos emocionantes sobre a angústia de ter que provar que seu filho não era bandido. A reportagem<sup>15</sup> teve o tom correto, mas não foi publicada uma linha sequer rememorando o episódio ou mesmo uma breve correção. Felipe, outrora classificado como bandido no jornal “O Globo”, passara a ser tratado como vítima, como se fosse outro personagem, com outra história, sem contextualização.

Portanto, a relação estabelecida com jornalistas da mídia comercial trafega em dois pilares muito distintos e intensos: confiança e desconfiança. Neste mesmo caso, o blog “Repórter do crime”<sup>16</sup>, do jornalista Jorge Antônio Barros, publicado na versão online de “O Globo, publicou, na íntegra, a cobertura jornalística que Gizele Martins, Douglas Baptista e eu fizemos sobre o assassinato de Felipe. Isso demonstra o quanto pode ser controversa e contraditória a relação que se estabelece com os meios de comunicação comercial. No entanto, é importante reconhecer que há um seleto grupo de jornalistas sensíveis às questões de violações dos direitos humanos nas favelas. Ao introduzir o assunto, o “Repórter do crime” afirmou: “Este blog continua cumprindo seu dever de informar seus leitores sobre episódios que perdem espaço na imprensa escrita, falada e televisada - como se dizia antigamente - na disputa com outros fatos igualmente relevantes. Moradores da Maré enviaram novo relato sobre a morte de um jovem, Felipe Correia de Lima, por policiais militares, dessa vez com fotos que comprovam que PMs do 22º BPM

---

<sup>14</sup>Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=245384&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

<sup>15</sup>Disponível em <http://www.clipnaweb.com.br/alerj/consulta/materia.asp?mat=252294&cliente=alerj&>. Acesso em 5 de julho de 2010.

<sup>16</sup>Matéria publicada no blog do jornalista do Globo Jorge Antônio Barros. Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2009/04/17/fotos-comprovam-que-pm-reprimiu-manifestantes-da-mare-178121.asp>. Acesso no dia 24 de maio de 2011.



(Maré) tentaram intimidar manifestantes, na volta do enterro do rapaz. As fotos são de um morador da Maré, que prefiro manter no anonimato, por enquanto”.

No entanto, o fato narrado representa mais uma violência cometida pela cobertura irresponsável, descontextualizada e extremamente parcial da mídia comercial. A visão homogeneizadora e estereotipada da favela e do favelado legitimam esta prática na cobertura sobre favelas e periferias. A irracionalidade da empresa jornalística muitas vezes passa para o próprio jornalista. Pessoas que trabalham com temáticas referentes à favela tem sempre uma história para contar sobre situações análogas com jornalistas. Eis o que vivenciou o coordenador do Observatório de Favelas, Jailson de Souza:

Uma vez, uma jornalista me disse que achava um preconceito afirmar que a maior parte da população da favela era envolvida com o crime. Seriam no máximo 30%. Eu disse para ela: “Vamos fazer um exercício. Na Maré vivem 132 mil pessoas. Trinta por cento seriam mais de 40 mil pessoas empregadas no tráfico de drogas e outras atividades criminosas. Quarenta mil pessoas todos os dias dedicadas a roubar, a assaltar, a sequestrar, a traficar etc. Imagine se expandirmos isso para a população de favelas do Rio de Janeiro, hoje situada em 1,3 milhão de pessoas. Daria mais ou menos 400 mil pessoas todos os dias saindo para praticar crimes. Já teriam levado até o Cristo Redentor”. Outra repórter falou em 10%, usei o mesmo raciocínio. Os números continuam absurdos. A irracionalidade dos jornalistas, nesse caso, não tem limites (SOUZA, *in* RAMOS & PAIVA, 2007:93).

Uma das causas para esse olhar criminalizante sobre os espaços populares, apontada pelo Cesec, é a elitização das redações, com a obrigatoriedade dos diplomas de jornalistas desde os anos 70, que, aos poucos, expulsaram os jornalistas de carreira das redações, àqueles que entravam na favela e entrevistavam traficantes, por exemplo. No entanto, a linha editorial do jornal é a norteadora da cobertura jornalística estigmatizante. “O pessoal na redação até brinca e diz assim: ‘Olha, matéria grande em favela longe, só acima de 12 mortos’. É meio cruel, mas é isso mesmo. Agora, se for na Rocinha ( localizada na Zona Sul do Rio), o jornal dá a maior importância do mundo”, afirmou um diretor da sucursal Rio de um grande jornal (RAMOS & PAIVA, 2007:79).

Dados levantados pela pesquisa realizada pelo Cesec sobre oito jornais cariocas durante 2006, registraram que a favela é citada em 27% das matérias sobre segurança e

criminalidade. Dessa forma, defende o Cesec, “deve ser prioridade para jornais encontrar maneiras de driblar os obstáculos impostos pela violência para o exercício do bom jornalismo. Acompanhar a produção cultural e o esporte nas comunidades é um caminho para estabelecer canais de diálogo” (Idem, 2007:83).

Tenho sérias dúvidas sobre o caminho descrito pelo Cesec, por isso, peço antecipadamente desculpas aos leitores pelas divagações que se seguem. O primeiro contato que tive com um jornalista pessoalmente foi há 13 anos, entre 1997 e 1998, quando fazia um curso de teatro pelo programa Comunidade Solidária, criado por Ruth Cardoso, mulher do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Ganhávamos R\$ 50 mensais para fazer o curso. Algo parecido ainda continua sendo implantado para a juventude das favelas, mas, agora, ganha-se R\$ 300. Mas quanto será que custa um faveladinho para a política pública de segurança? Talvez, uma bala de fuzil!? Enfim, desculpe a divagação, lembro que o jornalista da Globo, Edmilson Ávila, foi à associação do Parque União, onde o curso era ministrado, e fez diversas perguntas. Até jogamos sinuca com ele – lembro que ganhei uma das partidas e o achei um cara legal, apesar de ser jornalista. No entanto, quando a reportagem foi ao ar, fiquei com um misto de alegria e decepção. Alegria porque o nosso teatro estava na televisão e decepcionada porque utilizaram o mesmo discurso que tanto me incomodava: “a arte tirou esses jovens das ruas e da marginalidade”. Daí a minha crítica: o problema não é o que se cobre sobre a favela, mas sim como se aborda os assuntos relacionados a ela.

Foi neste mesmo curso de teatro que comecei a amadurecer minhas críticas ao jornalismo. Uma orientadora vocacional, chamada Vanda, um dia pediu para listarmos, em ordem de importância, as profissões que considerássemos imprescindíveis para o mundo. O jornalismo ficou em último lugar na minha relação. Ao ser indagada sobre o por quê da rejeição à profissão, respondi que não faria falta ao mundo, porque só dizia mentiras. E comecei a exemplificar com as reportagens que lia nos jornais. Quando o assunto era a Maré, os relatos não batiam com o que eu via e ouvia nas ruas. Isso me indignava. Então, tomei ódio da profissão. A orientadora vocacional ficou assustada e pediu que eu pesquisasse sobre o tema, o que fiz muito contrariada. Descobri então que o jornalista podia falar a verdade, e acabei me apaixonando pela profissão, porque me senti desafiada a fazer o contrário de tudo o que via os profissionais do ramo fazerem.

Senti necessidade de dar esse breve depoimento porque é importante que o leitor saiba que sou produto, para o bem e para o mal, de tudo o que dizem e jogam sobre a favela. Fiz incontáveis cursos (química, teatro, secretariado), nesse programa do Comunidade Solidária, porque pagavam R\$ 50, dinheiro que ajudava nas compras de casa. Nos cursos, também senti na pele, pela primeira vez, a discriminação social e racial. A professora Marina Henriques resolveu conceder bolsas para frequentarmos as aulas de teatro na Casa de Artes de Laranjeiras (CAL). Eu saía da Maré com o meu uniforme escolar do Ciep Cesar Pernetta, que fica no Parque União, para não pagar passagem até Laranjeiras. Na CAL. Lá encontrei a elite carioca usando os uniformes escolares dos santos da vida, Santo Inácio, Santo Agostinho. Percebia claramente que a galera evitava contracenar com a gente nos grupinhos de improviso. Criou-se, assim o gueto das meninas que vinham da Maré. Mas o que o mundo é realmente pequeno e, anos mais tarde, encontrei Patricinha e Helena nos pilotis da PUC-Rio. Esbocei cumprimentá-las, mas elas viraram o rosto veementemente.

Voltando ao assunto, parte do que os moradores de favela vivenciam dentro e fora dos espaços populares é de fato de responsabilidade da cobertura grotesca feita pelos veículos de comunicação comerciais. Uma abordagem comprometida com o ser humano em questão só é possível por meio de uma aproximação real, que de antemão reconheça o favelado como pessoa dotada de direitos, um cidadão. O Portal Viva Favela<sup>17</sup>, da ong Viva Rio, por exemplo, em seus dez anos de atuação, deu uma importante contribuição na mediação e interlocução da mídia comercial com a favela, com os seus correspondentes comunitários. “Inicialmente, o site apresentava apenas matérias positivas sobre aquelas localidades. Com o tempo, as relações de confiança estabelecidas pelo veículo com os moradores resultaram também em reportagens sobre o tema da violência, que se tornaram fontes de pesquisas para jornais como ‘O Dia’ e ‘Extra’ (RAMOS & PAIVA, 2007:83). No entanto, a equipe foi reduzida consideravelmente por falta de recursos da ONG. O mesmo ocorre com o jornal *O Cidadão*, e isto não é mera coincidência.

Tal fato, nos leva a algumas reflexões: qual é de fato o papel de um jornal como *O Cidadão*? Como se reconfigura substancialmente um projeto editorial que se confunde para a própria equipe como o “falar bem de nós mesmos”? O fato de a publicação pertencer

---

<sup>17</sup>Disponível em [www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br). Acesso em 20 de março de 2011.

a uma instituição não-governamental, o Ceasm no caso, pode atrapalhar a condução de um jornal comunitário ou a sua viabilidade? Outra questão que vem à tona é: uma experiência de comunicação comunitária deve basear sua pauta em hipotéticos financiadores ou no cotidiano de seu público?

#### **4.4 - *O Cidadão* sustentável: entre o comunitário e o institucional**

O Ceasm criou o jornal *O Cidadão*, segundo o editorial publicado na edição de número zero, com o desejo de “ampliar o conhecimento – pelos moradores da Maré – da variedade de experiências positivas realizadas por grupo culturais, escolas, associações e moradores individualmente que tem como objetivo tornar nossa comunidade um lugar mais agradável para viver” (O CIDADÃO, 1999:2). A ideia era que a vivência dos moradores da Maré permitisse debater da melhor maneira os caminhos para a conquista do exercício da cidadania. Ao folhear as 61 edições da publicação, até os seus dez anos, o objetivo do Ceasm foi alcançado concretamente. Ou seja, garantiu inimaginável protagonismo na ampliação de debates com a participação dos moradores que possibilitaram, de fato, o reconhecimento da população como cidadão de direitos. Desde o seu cotidiano, com a abordagem dos problemas corriqueiros do saneamento básico, habitação, educação, saúde, cultura e até acontecimentos de ordem internacional, como a guerra do Iraque, o aquecimento global e a crise financeira mundial, *O Cidadão* trabalhou todo o seu conteúdo a partir da vivência em comunidade.

Reconhecido o valor do Ceasm, no que tange à própria iniciativa da criação do jornal até ao cumprimento de seus objetivos iniciais, é preciso relativizar seu papel de idealizador no cotidiano da própria redação. É certo que a entidade sempre deu a necessária autonomia para o exercício da comunicação comunitária. No entanto, há momentos de grande tensão, que acabam expondo a fragilidade inerente dessa relação. Por vezes, o perfil de um jornal comunitário é posto em xeque de acordo com os interesses da entidade envolvida. Um exemplo de como essa linha é tênue aconteceu na edição de número 55, sobre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Já no processo de mudança editorial, no qual se amadurece a ideia de que também há a necessidade de se dialogar com outras favelas, *O Cidadão* explorou em suas páginas as obras do PAC, que ainda não ocorrem na Maré. As comunidades de Manguinhos, Alemão e Rocinha, que são contempladas pelo PAC, têm destaque nesta edição. Na construção da reportagem foi enfatizada a fala dos moradores dessas localidades e também, como manda o figurino do bom jornalismo, foi ouvida a secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, responsável pelo PAC social. Quando o jornal foi publicado com o título “PAC: Impacto sem participação popular”, os dirigentes da entidade ficaram desconcertados já que, na ocasião, a secretaria em questão patrocinava alguns projetos da ONG e parte do financiamento também era dirigida ao jornal *O Cidadão*. Como jornalista responsável pelo *O Cidadão* e coordenadora do projeto, indaguei que não poderíamos deixar de construir a crítica por conta dessa relação entre as instituições. E o argumento utilizado pela ONG era de que a reportagem estava boa, mas o título poderia render algum problema, o que não ocorreu de fato. Enfim, desgastes à parte, essa tensão sempre irá existir enquanto *O Cidadão* não for independente de verdade com a sua própria estrutura e o seu projeto editorial não estiver claro para todos os que o cercam.

Em entrevistas realizadas com os integrantes da equipe do jornal e da diretoria do Ceasm, percebe-se que há acordo com relação ao entendimento sobre o que é de fato o jornal *O Cidadão*: um jornal comunitário feito por uma instituição. Ao mesmo tempo em que reforça a imagem da instituição, *O Cidadão* presta um grande serviço à comunidade ao discutir os seus principais problemas e garantir visibilidade sobre a vivência das pessoas. Desse modo, o Ceasm se posiciona como a instituição executora e mantenedora das atividades do jornal, que tenta oferecer a estrutura mínima para viabilizar o jornal, inclusive no que tange à manutenção de parcerias com a Ediouro e, atualmente, com a Secretaria estadual do Ambiente.

No entanto, as divergências ficam evidentes com relação à linha editorial. Na própria direção da entidade há diferentes leituras do que esta significaria. Entretanto, também há o reconhecimento de que houve avanços, mas com ressalvas sobre o perfil das pessoas envolvidas na realização do jornal. “O jornal, no passado, foi muito criticado por ser ‘água com açúcar’ o que também concordo, mas com a mudança na coordenação vejo que ele se voltou de forma radical para o outro lado do pêndulo. E mesmo nessa questão

política o jornal também sofreu muita influência da chegada do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder central, o evento mensalão e o surgimento do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Uma das reclamações feitas pelas pessoas é a de que, se o jornal é independente, por que o político que mais aparece no jornal é o Marcelo Freixo e como entender isso como coincidência se a atual coordenadora do jornal, a Renata, trabalha no gabinete do mesmo e a editora, Gizele, trabalha ou trabalhou na ONG que o mesmo político fez ou faz parte?”, indaga o diretor Lourenço Cezar Luiz.

A crítica sobre uma possível partidarização do enfoque do jornal é pertinente, já que realmente faço parte da assessoria de comunicação do deputado estadual Marcelo Freixo e Gizele de fato atuou, por mera coincidência, na ONG em que o referido deputado trabalhou. No entanto, é uma crítica superficial e peca pela desinformação, já que os fatos apenas demonstram e corroboram as características pessoais de militância na defesa dos direitos humanos, o que não tira, de maneira alguma, a legitimidade da atuação em *O Cidadão*. Não por acaso, o jornal amadureceu editorialmente se configurando como um instrumento político de direitos humanos, mas não partidário, respeitando os próprios princípios de um veículo comunitário.

A acusação de que Marcelo Freixo é o político que mais aparece no jornal também não procede. Quantitativamente, há muitas reportagens com Adilson Pires, Benedita da Silva e Alessandro Molon, todos do PT. Ou seja, a opção política do Ceasm pelo Partido dos Trabalhadores sempre esteve presente no jornal, o que nunca pôs em risco a condução comunitária de *O Cidadão* ou mesmo a sua independência. Nestes dez anos de resistência, só existem dois momentos em que se falou de Marcelo Freixo. Na edição 44, quando foi entrevistado como especialista em segurança pública, e ainda não tinha sido eleito. Já deputado, foi entrevistado apenas uma vez, por sua condição de presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, já que os casos de violência relatados pelo *O Cidadão*, como no artigo sobre a morte de Felipe, foram assistidos por esse organismo. Desse modo, só fizemos o nosso papel enquanto jornalistas que somos.

Questionada sobre a possibilidade de emancipação do jornal e se um projeto de uma ONG consegue ter vida própria, ser autônomo e sustentável, a direção do Ceasm também não encontra um consenso. Há quem defenda que o jornal já goza de grande autonomia, como o diretor Antônio Carlos Vieira: “Acho mesmo que essa é uma

interessante característica do jornal, que alcançou plena liberdade de expressão estando vinculados a uma instituição que tem os seus limites no campo da atuação política e institucional, pois depende de financiamentos de empresas e órgãos públicos que muitas vezes são objeto de crítica no próprio jornal. O principal desafio hoje é o da sustentabilidade”. Há quem perceba ambiguidade nesta reivindicação: “Para muitas das pessoas da instituição o jornal é emancipado em sua linha política editorial. Porém, quando o assunto envolve dinheiro, a responsabilidade recai sobre a instituição que não se vê representada. Para mim é difícil entender o que seria essa emancipação, pois o jornal possui a tiragem garantida pela Ediouro, que nunca se envolveu na pauta do jornal, e ao Ceasm sempre coube a tarefa de viabilizar financeiramente o jornal. E a equipe, quando teve a oportunidade de testar uma forma de sustentabilidade, em parceria com o Instituto Gêneses, da PUC, interrompeu o acordo por achar que o jornal não deveria se tornar comercial. No entanto, as pessoas querem receber para trabalhar no jornal e não querem atender a nenhuma pressão política, seja por parte de quem financia ou por quem quer que seja”, afirmou Lourenço Cezar Luiz.

De fato, a ambiguidade existe, porque até a independência econômica, física, ideológica, política, está truncada pela percepção do que realmente espera *O Cidadão* como uma experiência de comunicação comunitária. Estabeleceu-se uma relação com a Incubadora da PUC-Rio, em 2009, a partir da maturidade da ideia de que o jornal, após dez anos de existência, deveria se sustentar, gerar trabalho e renda para as pessoas que tocam sua engrenagem. Entretanto, a tentativa se mostrou bastante frustrante, já que houve uma tensão entre visões de mundo, de sociedade e de posicionamento político.

Em seu diagnóstico, datado de abril de 2010, a incubadora afirma que “*O Cidadão* tem como ponto fraco o forte engajamento político, tanto por parte de *O Cidadão* quanto do Ceasm”. É óbvio que há dificuldades em compreender tal perspectiva, já que é exatamente por conta do seu claro posicionamento e engajamento político que se sustenta como algo legítimo de comunicação comunitária. Outra questão levantada pela incubadora é que “um ponto chave que se terá que trabalhar é a abordagem ideológica do jornal enquanto um produto vendável. Sabemos que esse é o diferencial do jornal, porém há pontos que podem ser trabalhados como, por exemplo, a imparcialidade”. Tal argumento é algo considerado indiscutível com relação a *O Cidadão*, já que seu projeto editorial

classifica a imparcialidade como uma grande falácia. O motor de toda a sua história é a qualificada parcialidade, já que está ao lado dos mareenses, dos moradores de favelas, daqueles que não têm voz e que não se veem representados pela mídia dominante. “O que permite conceituar um veículo como comunitário não é a sua capacidade de prestação de serviços, e sim sua proposta social, seu objetivo claro de mobilização vinculado ao exercício da cidadania (PAIVA, 2003:140)”.

Desse modo, a Incubadora da PUC-Rio<sup>18</sup> concluiu em seu último diagnóstico que:

O Cidadão ainda não está pronto e não tem estrutura para ser um empreendimento. A mentalidade do jornal ainda é de projeto, e ainda se enxerga enquanto tal. O que significa que o Cidadão enxerga a sua vocação como agente formador e meio de comunicação comunitário a serviço da comunidade, que necessita de financiamento externo para poder manter a sua estrutura. É o lugar em que as pessoas passam, crescem e vão para o mercado. Sendo assim, entendemos que a melhor forma de apoiar o Cidadão no momento é através do Plano de trabalho objetivado para ajudar o Cidadão ter algumas ferramentas que aperfeiçoem a sua estrutura e sua gestão. (...) A ISC tem a finalidade de colaborar para o crescimento e o fortalecimento local de comunidades através do estímulo ao empreendedorismo e da geração e aprimoramento de empreendimentos sociais, em virtude da vocação do projeto do Cidadão, identificamos que a nossa ação se tornou limitada e por isso elaboramos o plano de trabalho. Nossa intenção, de a princípio incubar vocês por 1 ano, foi reduzida por conta disso, porém verificamos que essa é a melhor forma de apoiá-los dentro dos nossos serviço, objetivos e missão (INCUBADORA DA PUC-Rio, 2010).

A incubadora não errou em seu diagnóstico. Talvez tenha lhe faltado o conhecimento específico sobre a comunicação comunitária em si e também sobre o próprio jornal. Durante todo o processo de reuniões entre a equipe da incubadora e de *O Cidadão* ficou clara a falta de cumplicidade com relação à ideia de “empreendedorismo”. Outro fato que surgiu, já no primeiro momento, era sobre qual “produto” o jornal venderia, já que a equipe se manifestou contra a possível venda de *O Cidadão*. A partir daí, em encontros com consultores de empreendimentos da incubadora, começou a se pensar em novos “produtos” e serviços para se alcançar a sustentabilidade de *O Cidadão*. Nessas reuniões houve, sem dúvida, o choque de cunho ideológico e político, principalmente quando se trabalhava com os termos “lucro”, “concorrência”, “empreendimento”, “imparcialidade”,

---

<sup>18</sup>Carta de Diagnóstico da Incubadora da PUC-Rio disponível no Anexo 1.



“capital”. Na ocasião, ficou explícito o embate sobre como uma proposta, encarnada pelo *Cidadão*, de democratização do acesso à informação poderia se colocar em um mercado de comunicação. Como seria mantida a essência do jornal comunitário enquanto existência? Se algum momento o “lucro” poderia transpor à ideia de democratização? Enfim, muitas perguntas, dúvidas, incertezas.

Essas questões podem ser interpretadas como falta de amadurecimento da equipe de *O Cidadão*, como fugir da realidade sócio-econômica em que se está inserido ou como na falta de clareza sobre a sociedade na qual se está inserido. Na verdade, *O Cidadão* é em si um instrumento carregado de ideologia e tem que arcar com os ônus e bônus de sua escolha política por uma sociedade justa. Segundo Bourdieu, o efeito político de um jornal não se avalia pela orientação política de seu discurso propriamente político, (...) mas “pela relação que os eleitores mantêm com o jornal, cuja mensagem política pode ser ignorada por eles independentemente da opinião expressa pelo jornal quanto mais esses leitores se situam no baixo escalão da hierarquia social” (BOURDIEU, 2008:413).

Diferentemente do partido político, o jornal propõe uma informação que não é exclusivamente política (...). Ele pode ser objeto de um interesse relativamente independente dos interesses especificamente políticos. [Por razões de mercado] tem o dever de evitar metodicamente tudo o que pode chocar e ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial (Idem, 2008:413).

#### **4.5 – *O Cidadão* ideológico e intelectual orgânico**

“Qualquer profissional de comunicação que tenha uma formação ideológica bem definida, com certeza traz em suas veias o sangue propagandista”, é o que diz Patrícia Saldanha em sua dissertação de mestrado “A publicidade comunitária: uma nova possibilidade de ser publicitário”. De fato, tendo a concordar com esta afirmação já que se observa em *O Cidadão* uma equipe que se forma dia-a-dia politicamente. É neste sentido que a equipe de *O Cidadão* funciona como “intelectual orgânico”, noção Gramsciana que determina atores que organizam a cultura.

Com a emergência da sociedade civil e de sua organização cultural, os intelectuais ligam-se predominantemente às suas classes de origem ou de adoção – e, por meio delas, à sociedade como um todo – através da mediação representada pelos aparelhos “privados” de hegemonia. (...) Sem necessariamente perder a sua autonomia e sua independência de pensamento, o “intelectual orgânico” tem uma maior consciência do vínculo indissolúvel entre sua função e as contradições concretas da sociedade (COUTINHO, 1990:16).

A “organização da cultura”, segundo Carlos Nelson Coutinho, se dá por meio do “sistema de instituições da sociedade civil cuja função dominante é o de concretizar o papel da cultura na reprodução ou na transformação da sociedade como um todo” (COUTINHO, 1990:17). Desse modo, a organização da cultura também é configurada pelas instituições que servem para difundir ideologia de modo geral.

Os intelectuais orgânicos de *O Cidadão* organizam a cultura a partir do momento em que desenvolvem a função de articuladores da vida política e cultural dos moradores do Complexo da Maré. Assim, contribuem organicamente para a tomada de consciência e efetivação do que é sentido pela coletividade com o ideal de transformação da realidade local por meio da luta por direitos fundamentais.

Isso se reflete em suas reportagens, pautadas em discussões que trazem no seu cerne uma contextualização sobre as mazelas do sistema capitalista. Um exemplo claro disso se expressa na capa de *O Cidadão*, edição nº 59, de 2009, em que se lê “Quem vai pagar pela crise econômica mundial?”. O texto trata o assunto do ponto de vista dos moradores que alertam para o fato de viver constantemente uma crise promovida pela falta ou pela ineficácia de políticas públicas de educação, segurança, saúde, habitação, entre outros serviços. A reportagem denuncia o fato de essas temáticas não estarem estampadas nos jornais de grande circulação, ao contrário da crise econômica, que invade as principais manchetes do mundo inteiro. Ao identificar tamanha distorção entre a publicização daquilo, que, de acordo com a reportagem, não atinge em curto prazo às classes mais baixas da população, o especialista entrevistado afirma textualmente que, no fim das contas, quem irá pagar pela crise são os pobres. “Para que este sistema capitalista exista é necessário que se preservem as diferenças sociais, é preciso que uns detenham o poder, o dinheiro, e que outros, a maioria das pessoas, continuem passando por dificuldades”, disse a fonte especialista (O CIDADÃO, 2009, nº59:12).

Outro aspecto que merece destaque encontra-se na edição nº 44, publicada em 2006, na qual se discute a política pública de segurança no Rio de Janeiro, especificamente nas favelas, contextualizando com o modelo neoliberal. Com a manchete de capa “Quem vai levar a sua alma?”, e a ampliação da fotografia do caveirão da Polícia Militar, deu-se destaque, na imagem, para o montadora do veículo, a Ford. Na reportagem, o neoliberalismo é apontado como o fomentador das injustiças sociais. “Na década de 90, se consolidou o modelo neoliberal no Brasil e a desigualdade estrutural atingiu marcas nunca vistas. Entre 1995 e 2003 tivemos o maior crescimento da população carcerária da nossa história, 93%. Em paralelo, aumentou o número de mortes por policiais. O que assistimos é a completa criminalização da pobreza”, disse o especialista em segurança pública, Marcelo Freixo, entrevistado pelo *O Cidadão* (*O CIDADÃO*, 2006, nº44:13).

Ao expressar em suas páginas os problemas concretos que existem na sociedade brasileira, a situação habitacional é discutida ao extremo. Na edição de nº 58, de 2008, com a manchete de capa “Retratos do Brasil”, em uma clara referência ao clássico “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda, *O Cidadão* faz uma reflexão sobre as questões relacionadas à falta de terra de moradia. Ao retratar a ineficácia de uma política pública habitacional que dê conta das necessidades de moradores da favela Mandacaru, no Complexo da Maré, *O Cidadão* amplia sua crítica ao abordar temas como as ocupações indígenas e rurais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é tratado, diferentemente dos meios de comunicação da grande mídia, como uma organização séria que promove ocupações em terras improdutivas para reivindicar a reforma agrária. “Criado na década de 80, o MST pretende se articular com outros setores da sociedade para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo e o imperialismo, apontados como causadores dos problemas estruturais que afetam o povo” (Idem, 2008, nº58:14).

A abordagem feita sobre este assunto em um boxe serve para por em xeque o papel da grande mídia como um instrumento legitimador da criminalização dos movimentos sociais. “A mídia considera qualquer coisa que seja contra a propriedade privada, o latifúndio, que também é de interesse dela, como violência. Afinal, no Brasil a comunicação social, também está concentrada nas mãos de poucos” (Ibidem, 2008).

O que se torna flagrante, ao relatar tais exemplos, é que as teses defendidas sob diferentes temáticas de *O Cidadão* convergem para uma mesma discussão central: o

sistema capitalista e suas estratégias para a perpetuação das injustiças sociais. Isso de fato configura-se como um claro posicionamento ideológico e político de *O Cidadão* sobre a realidade que se impõem nas favelas e no mundo. Tal assunto é coberto de forma que tanto a linguagem quanto o tratamento gráfico tornem o debate acessível aos moradores da Maré.

De acordo com Bauman, os pobres de hoje não são mais as pessoas exploradas que produzem produtos excedentes para ser transformado em capital. “Economicamente falando, eles são inúteis, e não existe nenhuma razão racional para sua presença, a única resposta racional a essa presença é o esforço para excluí-los da sociedade normal” (BAUMAN, 1998:77). O problema dos pobres é remodelado como a questão da lei e da ordem. Os fundos sociais, outrora destinados à recuperação dos desempregados, são despejados na construção e modernização das prisões ou de equipamentos punitivos e de vigilância. Desse modo, “o pobre é encarado como o inimigo nº1 da segurança pública e sorvedouro dos recursos públicos” (Idem, 1998:78). A exclusão, criminalização e brutalização dos pobres têm grande eficácia, já que os desmobiliza ao impedir que surja um sentimento de injustiça que possa desaguar em uma rebelião contra o sistema.

Portanto, a batalha ideológica e política assumida pelo jornal *O Cidadão* encontra contornos inerentes ao sistema de “organização da cultura”. Diante disso, o próximo subitem pretende versar sobre os diferentes conceitos de cultura nas ciências sociais e estabelecer uma linha de aproximação com a práxis do jornal comunitário.

#### **4.6 – *O Cidadão* cultural**

Pode-se especular que o jornal *O Cidadão* funciona como propulsor e ordenador da cultura popular, já que faz parte de um sistema de “organização da cultura”, para usar o termo Gramsciano. Mas antes de se entrar no debate sobre cultura popular é necessário esboçar noções sobre o conceito de cultura nas ciências sociais. De acordo com José A. Bragança, a cultura se caracteriza como uma invenção, uma construção, um artefato histórico. A emergência do termo cultura acontece quando o conceito de civilização desaparece, apesar de considerar tais conceitos como categorias recentes que remetem à

ideia de progresso. Bragança defende que a construção da “cultura”, conceitualmente, está ligada ao progressivo desaparecimento da idéia de civilização que entrou em colapso no fim do século passado. Crise baseada na luta contra o tipo de universalismo que era próprio da teoria da civilização. Desse modo, a invenção da cultura ocorre quando as categorias de cultura e civilização encontram base na instauração de um ambiente em que habitam todas as oposições, escamoteando-as (BRAGANÇA, 2000:14).

A dominação da idéia de cultura tem correlação com o “fim da história”. Para Bragança, “ao invés, poderia se dizer que a história nunca começou nem termina, está sempre a começar e a terminar, pois é um efeito do acontecer do acontecimento, da sua aparição. A cultura é o modo atual de controlar o acontecimento” (BRAGANÇA, 2000: 19). Dessa forma, “a cultura é acima de tudo um modo de articular, de integrar e totalizar tudo o que existe em estado de dispersão e fragmento que caracteriza a nossa situação, num momento em que o projeto historicista chegou ao fim, sem ter aparecido nenhum substituto à altura” (Idem, 2000:19).

Para Immanuel Wallerstein (2004), o conceito de cultura é o mais amplo dos conceitos usados nas ciências sociais e históricas e por isso o mais difícil de se definir. Segundo o autor, a origem desse conceito amplo e confuso está no desenvolvimento da “cultura” dentro da economia capitalista mundial. Wallerstein defende que “cultura” é o sistema de ideias do capitalismo que resulta da tentativa histórica de se tentar entrar em um acordo com as contradições das realidades sócio-políticas. E como há interesses divergentes, não se consegue uma interpretação “neutra” de cultura. Então, para o autor, a própria interpretação de cultura se torna um campo de batalha ideológica. E as principais doutrinas ideológicas que surgiram na história do capitalismo são, de um lado, o universalismo e, de outro, o racismo e o sexismo. Para ele, o princípio universalista é hipócrita porque na realidade existe uma hierarquia de estados e de cidadãos, dentro de cada estado soberano. E o racismo-sexista legitima as desigualdades concretas, as hierarquias sempre existentes (WALLERSTEIN, 2004:49).

A expansão histórica da economia capitalista universal criou a contradição entre a modernização e a ocidentalização. A maneira que se encontrou para resolver este dilema foi a de dizer que são idênticas. Então a cultura ocidental é tida como a cultura universal (Idem, 2004:56). De acordo com Denys Cuche (2002), o conceito de cultura tem o seu

aprofundamento teórico mais notável nos Estados Unidos e, na antropologia americana, que é classificada como culturalista. Tal culturalismo, que às vezes é tratado com uma conotação pejorativa, representa diferentes abordagens teóricas. A história da cultura, uma herança de Boas trabalhada por seus sucessores Alfred Kroeber e Clark Wissler, traçou conceitos e esquemas teóricos a partir da reflexão dos fenômenos chamados “difusão”, o resultado dos contatos entre as diferentes culturas e a circulação dos traços culturais. Deve-se a esta corrente o conceito de “modelo cultural” (cultural pattern), que designa o conjunto estruturado dos mecanismos pelos quais uma cultura se adapta a seu meio ambiente (CUCHE, 2002:69).

Outra abordagem destacada por Cuche leva em consideração a análise funcionalista da cultura. Malinowski critica a atomização da realidade cultural à qual chegam algumas pesquisas da corrente difusionista por serem abordagens museográficas dos fatos culturais sem que haja a compreensão de seu lugar em um sistema global. Isso porque cada cultura forma um sistema cujos elementos são interdependentes. Desse modo, contra o evolucionismo voltado para o futuro e o difusionismo para o passado, Malinowski propõe o funcionalismo voltado para o presente e elabora a teoria das “necessidades”. Para ele, os indivíduos têm necessidades psicológicas e a cultura constitui as respostas para estas necessidades através da criação de instituições que apresentarão soluções coletivas às necessidades individuais. O funcionalismo é considerado como limitado por Cuche, já que este se revela pouco apto para pensar as contradições culturais internas, as disfunções e até os fenômenos culturais patológicos. O grande mérito de Malinowski, para Cuche, foi desenvolver o método etnográfico “observação participante”, já que este se revela como o único modo de conhecimento da alteridade cultural que poderia escapar ao etnocentrismo (Idem, 2002:74).

A escola da personalidade busca descobrir, sem questionar a unidade da humanidade, os mecanismos de transformação que levam os indivíduos de natureza a princípio idênticas a adquirirem diferentes tipos de personalidade a partir de grupos particulares. Deve-se a esta escola, segundo Cuche, a ênfase dada na importância da educação no processo de diferenciação da cultura. Para o autor, as diferentes abordagens teóricas da antropologia cultural são pródigas de ensinamentos, porque tais pesquisadores contribuíram para eliminar as confusões entre o que se refere à natureza e o que se refere à

cultura. Houve habilidade ao tratar os fenômenos de incorporação da cultura no sentido próprio do termo, mostrando que até o corpo é trabalhado pela cultura.

O autor também ressalta que, como a sociedade americana é diversificada, cada grupo faz parte de uma subcultura particular. Tal ideia foi esboçada por Linton, com a noção de “personalidade estratificada”. Os sociólogos distinguem subculturas segundo as classes sociais e grupos étnicos. A abordagem interacionista questiona o conceito de “subcultura” porque, se a cultura nasce das interações entre os indivíduos, é errôneo encarar subcultura como uma variante derivada da cultura global que existiria antes dela.

Bauman destaca que a cultura é uma entidade ou processo que estabelece a ordem; portanto, as normas providas ou instaladas por meio da cultura são coerentes e não-contraditórias. “A cultura sendo um sistema coerente de prescrições e proscricões, somente pode pertencer ao sistema as normas e artefatos culturais que sejam indispensáveis à auto-reprodução do sistema” (BAUMAN, 1998:164). Entre a ordem e o caos, o lugar da cultura é ao lado da ordem.

Do ponto de vista das ciências sociais, há duas idéias sobre cultura popular que são unilaterais e devem ser evitadas. Uma delas, classificada como minimalista, diz respeito ao não reconhecimento de criatividade própria nesta atividade, pois a qualifica como cópia de má qualidade da cultura dominante. A outra, maximalista, reconhece na cultura popular a autenticidade e autonomia e, portanto, a qualifica como uma cultura superior à criatividade da cultura da elite. As duas teses, em oposição extrema, são descartadas por Cuche, pois ele considera que, sem esquecer a situação de dominação, a cultura popular é um conjunto de “maneiras de viver com” esta dominação, ou mais ainda como um modo de resistência à dominação. O autor recorre a Michel de Certeau para trabalhar a definição de cultura popular como algo “comum” das pessoas comuns, produzida e renovada dia-a-dia. Por isso, para cooptá-la é necessário captar a inteligência e a engenhosidade dos comuns, principalmente no que diz respeito à sua produção em massa.

#### **4.6.1 – A indústria cultural**

Pierre Bourdieu defende que “aqueles que acreditam na existência de uma “cultura popular” (...) devem perder a esperança de a encontrar, se procederem a uma verificação mais sutil, algo além dos fragmentos disponíveis de uma cultura erudita, mais

ou menos antiga” (BOURDIEU, 2008:369). Isso porque uma vez “selecionados e reinterpretados em função dos princípios fundamentais do *habitus* de classe e integrados na visão unitária do mundo que ele engendra e não a contra-cultura invocada por eles” (Idem, 2008, 369). No entanto, Barbero enfatiza que o fato de a cultura popular ser atribuída à cultura de massa, além de atuar como um dispositivo de mistificação histórica abre margem para que pense o positivo sobre o que se passa culturalmente com a massa. Isto porque, os críticos são desafiados a analisar o popular “não só aquilo que culturalmente produzem as massas, mas também o que consomem; (...) e pensar o popular na cultura não como algo limitado ao que se relaciona com seu passado, mas (...) o popular ligado à modernidade, à mestiçagem e à complexidade do urbano” (MARTIN-BARBERO,2003:73).

Entretanto, há que se recorrer aos teóricos da Escola de Frankfurt para fundamentar brevemente o debate. Ao questionarem as consequências do desenvolvimento dos novos meios de produção e transmissão cultural, nos anos 40, Adorno e Horkheimer<sup>19</sup> trouxeram à luz a emergência do conceito de indústria cultural. Baseados em teses marxistas, os teóricos argumentam que a indústria cultural fornece bens padronizados, caracterizados pela produção em série e pela divisão do trabalho. Assim, o ato cultural se transforma em mercadoria e perde a sua potência crítica.

Atualmente, a atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural não precisa ser reduzida a mecanismos psicológicos. Os próprios produtos – e entre eles em primeiro lugar o mais característico, o filme sonoro – paralisam essas capacidades em virtude de sua própria constituição objetiva. São feitos de tal forma que sua apreensão adequada exige, é verdade, presteza, dom de observação, conhecimentos específicos, mas também de tal sorte que proíbem a atividade intelectual do espectador, se ele não quiser perder os fatos que desfilam velozmente diante dos seus olhos. (ADORNO & HORKHEIMER, 1985:119)

Rebaixado ao estado de ornamento da vida cotidiana, o estatuto da música é caracterizado pela “felicidade fraudulenta da arte afirmativa”, uma arte integrada e a serviço do sistema. Ao analisar o *jazz*, o autor afasta todas as pretensões desse estilo musical de exprimir a libertação, já que a sua função social reduz a distância entre o indivíduo alienado e a cultura afirmativa. Isto é, a exemplo da arte afirmativa, uma cultura que favorece não o que deveria afirmar – a saber, a resistência –, mas pelo contrário a integração do *status quo*. A indústria cultural, classificada como a negação do estilo, é

---

<sup>19</sup>ADORNO & HORKHEIMER, 1985.



concebida como um equivalente estético da dominação. Como o estilo da grande obra de arte é o ineditismo e sua identidade, a mediocridade fornecida pela semelhança representa a obediência à hierarquia social. Desse modo, falar em cultura foi sempre o contrário à cultura, pois a indústria da cultura é o mais inflexível de todos os estilos já que tem como meta o liberalismo, ao qual se censura a falta de estilo.

A superestrutura como uma forma de controle em favor dos dominantes é materializada na produção e no mecanismo da oferta e da procura. Os consumidores passivos são os trabalhadores e os empregados, pois a produção capitalista os mantém tão presos que os obrigam a desejar tudo o que lhes é oferecido. Tal estratégia garante que os dominados apreendam a mesma moral dos dominadores, e assim perpetuem a ideologia que os escraviza. Nesse contexto, o papel da indústria da diversão e do entretenimento é o de controlar o consumidor por meio da ideologia do negócio. A indústria cultural se configura como uma arma letal ao produzir, dirigir e disciplinar as necessidades dos consumidores com o princípio da diversão burguesa, sobre o qual se divertir significa estar de acordo. A diversão viabiliza o esquecimento do sofrimento. A pergunta retórica “Mas o que é que as pessoas querem?” é uma maneira de dirigir-se às pessoas como sujeitos pensantes, quando sua intenção é desacostumá-las da subjetividade.

Umberto Eco<sup>20</sup> apresenta críticas aos que rejeitam a cultura de massa, apocalípticos, e aos partidários da cultura de massa, integrados. Segundo o autor, ambos difundiram conceitos genéricos que denominou de “conceitos-fetichismo”. O próprio conceito de cultura de massa é genérico, ambíguo e impróprio. Os apocalípticos analisam a cultura de massa como uma ameaça à cultura e à democracia, enquanto os integrados acreditam que o fenômeno é democratizante. Eles não vêem problemas de essa cultura sair de baixo ou vir confeccionada de cima para consumidores indefesos. Os apocalípticos formularam teorias sobre a decadência, enquanto os integrados não teorizam, tal fato, segundo Eco, facilita a operação, produção e emissão de suas mensagens cotidianamente em todos os níveis. A imagem do apocalipse sai dos textos sobre a cultura de massa, já a imagem da integração emerge da leitura dos textos da cultura de massa.

Eco considera que “indústria cultural”, termo difundido pelos apocalípticos, é um conceito-fetichismo, pois bloqueia o discurso e enrijece o diálogo num ato de reação emotiva.

---

<sup>20</sup>ECO, U., 1970.

O crítico reprova o aparelhamento da idéia de cultura com o de indústria, já que considera cultura como algo que implica o privado e o sutil contato de alma, enquanto indústria evoca as linhas de montagem, reprodução em série, pública circulação e comércio concreto de objetos tornados em mercadorias. Para Eco, isso reduz os consumidores a um fetiche indiferenciado que é o de homem-massa. Outro fato que incomoda Eco, em relação aos apocalípticos, é a omissão de se fazer um estudo concreto dos produtos e das maneiras pelas quais eles são consumidos.

O erro dos apologistas é afirmar que a multiplicidade dos produtos industriais seja boa em si, segundo um ideal de homeostase do livre mercado, e não deva submeter-se a uma crítica e a novas orientações. O erro dos apocalípticos-aristocráticos é pensar que a cultura de massa seja radicalmente má, justamente porque é um fato industrial, e que hoje se possa dar cultura subtraída ao condicionamento industrial. A falha está em formular os problemas nestes termos: “é bom ou mau que exista a cultura de massa?” (mesmo porque a pergunta subtende a desconfiança reacionária na ascensão das massas, e pretende pôr em dúvida a validade do progresso tecnológico, do sufrágio universal, da educação estendida às classes subalternas, etc.). (ECO, 1970:49)

#### 4.6.2 – Cultura popular

A radicalidade engendrada pela Escola de Frankfurt sobre a indústria cultural, encabeçada por Adorno e Horkheimer, com o decisivo histórico trauma do nazismo, tem como ponto de partida a racionalidade inerente do sistema. O objetivo é desembocar no estudo de massa como efeito dos procedimentos de legitimação e lugar de manifestação da cultura em que a lógica da mercadoria desempenha o seu papel mais sinistro com a reprodutibilidade técnica. Para os frankfurtianos, as tecnologias de reprodução se caracterizaram como promotoras de novas sensibilidades no homem-massa, identificado como passivo e acrítico. “A nova sensibilidade das massas é a da aproximação, isso que para Adorno era o signo nefasto de sua necessidade de devoração e rancor resulta para Benjamin um signo, sim, mas de uma consciência acrítica, e sim de uma longa transformação social” (Idem, 2003:86).

O novo *sensorium*, materializado nas técnicas de fotografia e cinema, profanaram a sacralidade espiritual da aura inerente à obra de arte e à cultura erudita, defendem os

frankfurtianos. Portanto, a cultura popular é qualificada como vulgar e acrítica. Em extrema oposição à Adorno e Horkheimer, Walter Benjamin identifica na massa e nas novas técnicas um modo de emancipação da arte. A cultura popular é distinguida como experiência e produção. “Benjamin resume seu interesse pelo marginal, pelo menor, pelo popular, uma crença que Horkheimer e Adorno julgam mística: a possibilidade de liberar o passado oprimido” (Ibidem, 2003: 90).

Mikhail Bakhtin acredita que a cultura popular, ao opor-se à oficial, une os elementos que a segrega, que a torna marginal e a desqualifica. Desse modo, a praça pública é identificada como o lócus privilegiado do povo, onde este assume o seu direito de voz. A praça se configura como a própria linguagem, um tipo peculiar de comunicação, já que é aberto à cotidianidade. “O lugar no qual o povo assume a voz que canta – e o tempo forte que é o carnaval. (...) Grosserias, injúrias e blasfêmias revelam-se condensadoras das imagens da vida material e corporal, que libertam o grotesco e o cômico, os dois eixos expressivos da cultura popular” (BAKHTIN *apud* MARTIN-BARBERO, 2003:105).

É no universo da cultura popular que *O Cidadão* prioriza em suas pautas a cobertura das manifestações culturais, calcada na contextualização da história da identidade dos moradores do Complexo da Maré. Na segunda edição, datada de setembro de 1999, a publicação ressaltou que a “Cultura da Maré mistura tradição e novas tendências”, e noticiou a Folia de Reis como algo importante da cultura brasileira, mas que está se perdendo. Outro assunto sempre em voga é a cultura herdada dos nordestinos e a folia do bloco carnavalesco Mataram Meu Gato, que se transformou em escola de samba. Desse modo, *O Cidadão* noticiou: “A história da Escola de Samba Gato de Bonsucesso se mistura com a própria história da Nova Holanda. Logo no começo da década de 60, quando moradores das favelas do Esqueleto e do Querosene foram transferidos para a comunidade, alguns foliões locais criaram a Escola de Samba Unidos da Nova Holanda. A agremiação existiu durante alguns anos. Tempos depois, alguns antigos integrantes da Escola resolveram formar, no final dos anos 60, um bloco com os amigos das rodas de samba que sempre se reuniam para brincar o carnaval. Assim surgiu o Bloco de Carnaval ‘Mataram o Meu Gato’, que em 1974 foi inscrito na Federação de Blocos de Carnaval do Rio de Janeiro. O Bloco teve vida ativa no carnaval carioca, vivendo altos e baixos, até 1999,

quando foi transformado em Escola de Samba com o nome de Gato de Bonsucesso” (O CIDADÃO, 2001: 7).

O carnaval mareense sempre mobilizou a comunidade e movimentou o jornal *O Cidadão*. Atualmente, a folia encontra contornos de contestação política com o surgimento do bloco Se Benze Que Dá, idealizado por jovens que buscam transpor as barreiras geográficas e imaginárias impostas pelo poder armado de facções em conflito. O direito de ir e vir foi reivindicado no desfile de 2006, com o enredo “Mareense no mar”. Na ocasião, publicou o jornal *O Cidadão*, a comissão de frente exibiu cartazes com a frase: “Esse ano queremos romper as barreiras, queremos ampliar nosso caminho”. Em um poema publicado na “Página de Rascunho” do jornal, o leitor Francisco Valdean afirmou: “(...) Em dias de chuva ou de sol, um antes anunciando, um depois fechando. O Bloco sai pelas ruas divertindo, alegrando, cantando, festejando, protestando ... Foliões politizados, bêbados, crianças, velhos, senhoras dona de casa seguem o Bloco embalados pelo pulsar de bateria (...) Em dias assim, o Bloco sai pelas ruas cantando o carnaval” (O CIDADÃO, 2009:22).

Desse modo, dentre as manifestações culturais, o carnaval notabilizou a Maré na praça pública recheada de sua particular comunicação, como observou Bakhtin, em prol de direitos por meio do humor. O espaço da praça como linguagem traz em seu cerne a afirmação do corpo do povo e de seu humor. “O riso popular é, segundo Bakhtin, ‘uma vitória sobre o medo’, porque surge justamente por tornar risível, ridículo, tudo o que causa medo, especialmente o sagrado – o poder, a moral, etc. – que é de onde procede a censura mais forte: a interior” (BAKHTIN *apud* MARTIN-BARBERO, 2003:107). Assim, a seriedade equivale ao medo, enquanto o riso relaciona-se com a liberdade.

Essas pautas são geralmente ignoradas pela mídia convencional, já que estão fora do circuito da indústria cultural. Também existe um preconceito com relação às iniciativas culturais de pessoas de baixa renda e escolaridade. Desse modo, *O Cidadão* se caracteriza como um propulsor dessas manifestações já que, além do cotidiano e das histórias dos mareenses, a publicação prioriza uma abordagem inclusiva das iniciativas teatrais, dos cineclubes e da arte desenvolvidas pelos moradores da Maré, o que incentiva a participação e o próprio fomento de novas experiências na área.

Os cantores, compositores e poetas também são apresentados pelo jornal com a indicação da produção final de seu trabalho artístico, como livros e CDs produzidos de

maneira independente. Certau define cultura popular, do ponto de vista de sua atividade de consumo em massa, como uma “cultura do consumo” caracterizada pela astúcia e clandestinidade (CERTAU *apud* CUCHE, 2002:151). Desse modo, o jornal *O Cidadão* apresenta a cultura clandestina dos mareenses. Gramsci situa a cultura popular no campo da subalternidade, mas não de modo simples. Tal inserção é reconhecida como inorgânica, fragmentária, degradada, “mas também que esta cultura tem uma particular tenacidade, uma espontânea capacidade de aderir às condições materiais de vida e suas mudanças, tendo às vezes um valor político progressista, de transformação” (MARTIN-BARBERO, 2003:117).

A lógica específica da dominação cultural faz com que o mais completo reconhecimento da legitimidade cultural possa coexistir e, muitas vezes, coexista com a contestação mais radical da legitimidade política. Tais características não faltam às manifestações culturais da Maré ,que são marginalizadas pela indústria cultural. E não por acaso, a pauta de cultura é uma das mais disputadas pelos repórteres de *O Cidadão*. O comunicador social deve estar atento a seu papel de agente social e deve ser capaz de promover e potencializar a articulação comunitária. Este veículo se propõe a incentivar mudanças políticas e sociais que viabilizem uma sociedade justa e igualitária. Para tanto, de acordo com Raquel Paiva, é necessário que a comunicação comunitária valorize a cultura local, fomente a participação da população em projetos urbanos e promova a educação discutindo a questão do acesso às instituições formais de ensino.

A luta pela cultura é a hegemonia para Gramsci, pois, por meio dela é que se dá a resistência dos grupos subalternos. A mídia, para manter sua hegemonia, incorpora os dominados á sua ideologia. A contra-hegemonia se dá quando os grupos dominados articulam a liderança política-cultural. Paulo Freire defende que “nem a cultura iletrada é a negação do homem, nem a cultura letrada chegou a ser sua plenitude. Não há homem absolutamente inculto: o homem ‘hominaza-se’ expressando, dizendo o seu mundo” (FREIRE, 2005:20). Desse modo, ao se hominizar, *O Cidadão* não foge a característica de uma iniciativa de comunicação comunitária contra-hegemônica.

## 5 – O CIDADÃO DA PEDAGOGIA DO OPRIMIDO À LEITURA CRÍTICA

*“Aos esfarrapados do mundo  
e aos que neles se  
descobrem e, assim  
descobrimo-se, com eles  
sofrem, mas sobretudo,  
com eles lutam”.*  
Paulo Freire

O capítulo que se apresenta pretende analisar de que maneira o jornal *O Cidadão* contribui ou não, com seus conteúdos, para o processo de tomada de consciência de seu leitor. Acredita-se que a fuga da alienação e a emancipação do ser humano ocorram a partir do momento em que o cidadão tem o conhecimento de sua história e reconhece a sua

identidade. Desse modo, a aposta é que a metodologia da pedagogia do oprimido é a chave mestra para a descoberta de uma nova concepção, uma nova visão de mundo. Lembrando o educador Paulo Freire a comunicação comunitária se consolida como uma prática libertadora, já que o acesso à informação é o primeiro passo para a libertação das amarras do capital.

### **5.1 – Consciência e emancipação**

A consciência é entendida aqui como um processo, já que não se acredita que esta possa ser tomada como um remédio de alívio imediato. Quem dera que o fosse. A consciência não pode ser adquirida de um momento para o outro, pois se trata de um movimento não linear que depende de todo o arcabouço teórico, prático e subjetivo de cada indivíduo. Para Gramsci “todos são filósofos, ainda que ao seu modo, inconscientemente, porque inclusive na mais simples manifestação de uma atividade intelectual, a linguagem, está contida uma determinada concepção de mundo” (GRAMSCI, *apud* IASI, 2007:13).

De início, a consciência se apresenta como a interiorização das relações vividas pelos sujeitos inseridos em uma sociedade. A família é a primeira instituição que assenta o indivíduo perante as relações sociais. Ao nascer, a criança está em absoluta dependência de outros, no caso, seus pais. No entanto, as relações familiares não são as únicas a moldarem o sujeito, já que este experimenta, no decorrer de sua vida, relações sociais concretizadas na escola, no trabalho, na militância, entre outros.

Para Mauro Iasi, na escola não se consegue estabelecer uma crítica de que é apenas uma forma de escola, mas a vivemos como “a escola”, já que a caracterizamos como algo natural, o que leva a uma subserviência. Na escola, as regras são determinadas por outros que não nós, “outros que têm o poder de determinar o que pode e o que não pode ser feito e nosso desejo submete-se diante da sobrevivência imediata. As normas internas interiorizam-se: a disciplina converte-nos em cidadão disciplinados” (IASI, 2007:19). Tal submissão também é estabelecida na relação patrão e empregado, pois ao vender sua força de trabalho, o trabalhador concebe como natural os preceitos preestabelecidos pelo capital. Dessa maneira, ao entender o mundo a partir do vínculo imediato e particularizado, a consciência se expressa como alienação.

A alienação tratada acima se concretiza, no primeiro momento, como subjetiva, por apresentar em seu núcleo uma carga afetiva baseada em modelos e identificações de fundo psicológico. É neste contexto que a ideologia se apropria da subjetividade, já que encontra um terreno fértil para germinar sua dominação. Assim, numa sociedade de classes, a classe que captura os meios de produção, tende a deter as ferramentas para unificar sua visão de mundo. Portanto, a classe dominante dita suas regras e apresenta suas justificativas ideológicas a respeito das relações sociais de produção para perpetuar sua dominação econômica. “As ideias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante, as ideias de sua dominação” (MARX, *apud* IASI, 2007:21).

Desse modo, a constituição da visão de mundo do indivíduo encontra como base a concepção dos preceitos difundidos a partir das ideias da classe dominante. A alienação, que naturaliza também a própria sociedade dividida em classes, submete o indivíduo a defesa desta visão de mundo previamente articulada como se fosse um julgamento próprio, e até individual. Assim, é formado o senso comum, de acordo com Gramsci, que o caracteriza como “uma visão acrítica, desistoricizada, sem um inventário”. Segundo o teórico italiano:

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases histórica passada, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção de mundo significa, portanto, torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais desenvolvido. Significa portanto criticar, também, toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos em benefício do inventário. Deve-se fazer, inicialmente, esse inventário (GRAMSCI, *apud* IASI, 2007:25).

A emancipação se dará a partir do momento em que o sujeito reconhece a sua história e o seu estar no mundo. No entanto, não há como fugir das contradições existentes



nesse processo. Desse modo, quando um trabalhador percebe que é explorado pelo seu patrão e reivindica melhores condições de trabalho e aumento salarial, ele toma consciência de sua força enquanto classe e se organiza. Mas, ao ter suas reivindicações atendidas, retorna à condição de explorado com o trabalho alienado. É necessário que a luta do operário avance além dos interesses próprios na ordem capitalista para que possa superá-la. “A verdadeira consciência de classe é fruto dessa dupla negação: num primeiro momento, o proletário nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois se negar a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (IASI, 2007:32).

Para o educador Paulo Freire, a luta contra a opressão não pode se configurar como um mero ativismo. Por isso, é necessária a reflexão para que esta seja a práxis. Pelo diálogo crítico e libertador, evita-se a domesticação. Já que “pretender a libertação deles sem a sua reflexão no ato desta libertação é transformá-lo em objeto que se devesse salvar de um incêndio. É fazê-lo cair no engodo populista e transformá-lo em massa de manobra. (...) Estamos convencidos de que a reflexão realmente conduz à prática” (FREIRE, 2005:59). Este é o resultado de sua conscientização, pois é a partir de “sua inserção lúcida na realidade, na situação histórica, que levou à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la” (Idem, 2005:61).

## **5.2 – A comunicação como prática libertadora**

O educador Paulo Freire idealizou a educação do oprimido como prática libertadora, a partir do desenvolvimento de um método pedagógico que privilegia o oprimido como sujeito de sua própria história. De acordo com Freire, a educação libertadora é incompatível com a pedagogia dominante praticada pelas classes dominantes. Diante de tal observação, é impossível não fazer uma analogia com o que ocorre na comunicação. O método freireano para a alfabetização não toma como base a repetição de palavras, como na pedagogia formal. O alfabetizando é provocado a reinventar, de maneira crítica, as palavras de seu mundo, para que tenha condições de dizer a sua própria palavra. Assim, “com a palavra, o homem se faz homem. Ao dizer a sua palavra, pois, o homem assume conscientemente sua essencial condição humana. E o método que lhe propicia essa

aprendizagem comensura-se ao homem todo, e seus princípios fundam toda pedagogia” (FIORI, *in* FREIRE, 2005:12). Desse modo, configura-se como um “método de conscientização”, que privilegia a o diálogo entre indivíduos.

A dialogicidade, que prevê o diálogo como fonte geradora do fenômeno humano, protagonizada pela palavra, que se impõe mais do que um simples meio, encarna uma busca por elementos constitutivos. Tal busca se revela em duas dimensões: ação e reflexão. Isso porque “não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (FREIRE, 2005:89). Desse modo, a palavra comprometida com a falta de autenticidade, conseqüentemente, não modifica a realidade. A palavra inautêntica prejudica a sua dimensão de ação e de reflexão e se transforma em “palavreria”, já que não se compromete com a denúncia do mundo, por isso, se qualifica como alienada e alienante. “Mas, se dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens. Precisamente por isto, ninguém pode dizer a palavra verdadeira sozinho” (Idem, 2005:90). Mikhail Bakhtin sinaliza que “o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como algo individual no sentido estrito do termo” (BAKHTIN, 1992:109). A palavra gravita no núcleo das relações sociais. Não é asséptica, neutra ou imparcial, pois se insere diretamente na construção de sentidos e é atravessada por elementos vivenciais ou ideológicos, como atesta Bakhtin:

Toda enunciação (...) é uma resposta a alguma coisa e construída como tal. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, trava uma polêmica com elas, conta com as reações ativas da compreensão, antecipa-as. (...) Uma inscrição (...) é produzida para ser compreendida, é orientada para a leitura no contexto da vida científica ou da realidade literária do momento, no contexto do processo ideológico do qual é parte integrante (BAKHTIN, 1992:98).

Assim, o diálogo entre os homens se configura em um pronunciar o mundo sem esgotamento, além de creditar a esses homens uma significação enquanto homens. O diálogo se apresenta como uma exigência existencial. “E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias no sujeito” (FREIRE,

2005:91). O depósito de ideias é um dos principais instrumentos de manipulação, dominação e opressão das classes dominantes. Freire identifica tais estratégias na visão “bancária” da educação, que considera o conhecimento como uma doação dos sábios aos privados de sabedoria. Desse modo, a educação é manipulada como um ato de depositar e transferir os valores e conhecimentos das classes dominantes, sem que haja a possibilidade de reflexão e muito menos a sua superação. Para o educador:

“Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu “humanitarismo”, e não humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade. Por isto mesmo é que reagem, até instintivamente, contra qualquer tentativa de uma educação estimulante do pensar autêntico, que não se deixa emaranhar pelas visões parciais da realidade, buscando sempre os nexos que prendem um ponto a outro, ou um problema a outro” (FREIRE, 2005: 69).

Theodor Adorno também critica as características da escola tradicional, na qual o professor é o detentor do saber e o aluno é um receptáculo vazio, sem direito a expor novas ideias e muito menos a discordar das apresentadas pelo mestre. Nas palavras de Paulo Freire esta seria a “educação bancária”. Adorno observa que, por outro lado, os alunos parecem ter assimilado essa forma de ensino, acostumando-se a aulas expositivas dogmáticas, mantendo-se numa atitude passiva, mesmo quando lhes é dada a oportunidade de discutir acerca de algum tema apresentado pelo professor.

Ao vincular a questão da emancipação ao processo educacional, Adorno defende que a educação deve, simultaneamente, evitar o que ele chama de “barbárie” e buscar a emancipação da pessoa. Entende-se, por barbárie, o impulso de destruição que o homem traz consigo. Esse impulso manifesta-se nas diversas formas de agressividade que percebemos no cotidiano e pode chegar a situações extremas, como os campos de extermínio da Segunda Grande Guerra Mundial. A educação autoritária não consegue evitar as possibilidades destrutivas que o homem traz consigo; por isso, Adorno propõe uma educação “emancipatória”. Esse modelo educacional evita a repressão, se distancia da reprodução tecnicista e focaliza o aspecto produtivo da vida humana. Em outras palavras, a educação emancipatória pensa a sociedade e a educação distanciando-as do caráter

industrial a que é submetido a cultura. A partir dessa perspectiva, o processo educacional pode favorecer a formação de sujeitos críticos e emancipados; sujeitos capazes de “domesticar” o impulso destrutivo que lhes é inerente. Desse modo, a educação forma pessoas autônomas e contribui para que não se repitam barbáries (ADORNO, 1995).

Adorno situa sua indignação com a pouca atenção que foi dada ao que aconteceu em Auschwitz. Para ele, o sentido da educação é criar uma auto-reflexão crítica, a primeira exigência para a educação é não permitir que esse evento torne a se repetir. Esse modo de refletir deveria ser trabalhado desde a educação infantil, produzindo um clima intelectual, cultural e social que não dê margem a tal repetição. Isso levaria a um maior compromisso das pessoas e é à sua falta e à perda da autoridade que o autor reconhece a responsabilidade pelo que aconteceu. Não fosse a severidade da escola tradicional, talvez tudo tivesse ocorrido de modo diferente. A opressão leva os oprimidos a oprimirem também aos outros. Ademais, o autor sugere que a consciência coisificada de sua época, em que a técnica ocupa lugar significativo, gerou pessoas tecnológicas. Os homens esquecem que a tecnologia é apenas uma extensão de seu braço, e não que ela possui força própria. Então, o que acontece dessa relação do homem com a técnica? Simplesmente o fruto disso são pessoas frias, sobretudo incapazes de amar. A agregação de pessoas com esse tipo de personalidade é o que gera Auschwitz. E não permitir que esse evento se repita deveria ser o centro de toda a educação política.

A emancipação, na perspectiva de Adorno, não se refere apenas ao indivíduo como entidade isolada, mas fundamentalmente como um ser social. Ela é pressuposto da democracia e se funda na formação da vontade particular de cada um, tal como ocorre nas instituições representativas. É preciso supor, para evitar um resultado irracional, que cada um possa se servir de seu próprio entendimento. A emancipação é a formação para a autonomia, mas ela só pode ser bem sucedida se for um processo coletivo, já que na nossa sociedade a mudança individual não provoca necessariamente a mudança social, mas esta é condição daquela. A educação deve contribuir, portanto, para o processo de formação e emancipação, criando condições para que os indivíduos, socialmente, conquistem a autonomia.

As argumentações de Paulo Freire e Adorno, sobre a qual temos a profunda concordância, convergem para diferentes atos de comunicação, calcados na palavra entre

indivíduos para a superação de suas amarras políticas, sociais, culturais e econômicas. Desse modo, a pedagogia dialógica proposta por Freire, que aposta na autonomia do indivíduo, traz como pilar o enraizamento na vida dessas subculturas (proletária e marginal). Ela instrumentaliza o sujeito para uma contínua reflexão, que cria e recria as suas próprias estratégias para alcançar a libertação. No regime de dominação de consciências, os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra. Assim, a palavra é monopolizada pelos dominadores, que mistificam, massificam e dominam. “Nessa situação, os dominados, para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la. Aprender a tomá-la dos que a detêm e a recusam dos demais é um difícil, mas imprescindível aprendizado – é a pedagogia do oprimido” (FIORI, *in* FREIRE, 2005:22).

Dessa forma, a analogia com o que ocorre nos meios de comunicação monopolizados pela classe dominante é mais que perfeita. Esses meios são antidialógicos e assim perpetuam sua manutenção. Neles, a palavra está despossuída do seu potencial de denúncia do mundo, já que, para os detentores desses meios, não há interesse em desvendar o mundo, muito pelo contrário, a intenção é alienar para que a dominação possa se tornar hegemônica. Com a palavra monopolizada pelos opressores, com suas máquinas “bancárias” altamente eficientes de depósito de ideias e conteúdos padronizados, não nos resta outra saída a não ser lutar para tomar a palavra. E uma das saídas possíveis é a utilização da leitura crítica para a busca de uma comunicação como prática libertadora a partir de sua dialogicidade.

### **5.3 – Leitura crítica cidadã**

Os meios de comunicação carregam em si um enorme potencial que possibilita uma atuação ativa no processo de conscientização do oprimido. Paulo Freire afirma que, ao pensar em comunicação, não se pode deixar de lado a consciência crítica, por conta da sua ideologização. “Toda comunicação é comunicação de algo, feita de certa maneira, em favor ou na defesa, sutil ou explícita, de alguma coisa contra algo ou alguém (...). Daí o papel apurado que joga a ideologia na comunicação, ocultando verdades, mas também a própria ideologização no processo comunicativo” (FREIRE, *apud* GUIMARÃES, 2003:195). A opção de ser um agente mobilizador da transformação social só é possível a partir do

reconhecimento de que os homens não são livres, e a sua palavra também não o é. Sua liberdade é tolhida por um sistema social injusto e antidemocrático. O estudioso José Moran (1993), ao citar Paulo Freire, destaca o papel dos meios de comunicação como auxiliares no processo de libertação. Para ele, a tomada de consciência é o primeiro passo para a libertação. Desse modo, a articulação da leitura crítica é imprescindível para a conscientização de sua própria identidade, porque possibilita a descoberta do homem em si como um sujeito independente.

A leitura crítica é capaz de introduzir a perspectiva histórica, já que é realizada a partir da práxis, mesmo que ela não seja, necessariamente, um meio para a tomada de consciência. A leitura crítica se dá pela interação com o mundo e com os sujeitos de determinado espaço. Desse modo, percebe-se que ela se caracteriza como um “processo crítico”, feito no cerne da ideologia, que nem por isso deixa de estar sujeita a críticas. No entanto, é importante que o processo de conscientização tenha real afinidade com a percepção de que se está em um mundo em que as manifestações humanas se expressam na cultura. Assim, não se deve limitar a leitura crítica ao campo ideológico, pois, por meio da cultura, é possível desvendar o campo lúdico, a fantasia, o lazer e o sonho, capazes de reordenar seus posicionamentos políticos.

A sociedade organiza o social, fruto de inúmeros fragmentos amalgamados dentro de um mínimo nível de coerência. Por outro lado, a leitura é um processo de condução de vida pessoal, de união dos fragmentos de vida de cada indivíduo que é levado a tentar compreender o mundo. Essa relação e organização do pessoal-social é dinâmica, com semelhanças notáveis em grandes linhas das relações sociais e também com enormes discrepâncias. Em síntese, embora social exerça uma pressão homogeneizadora para a compreensão do mundo, essa pressão é continuamente mediada, filtrada pelas histórias concretas, pessoais, que não se confundem com o social (MORAN, 1993:31).

A dimensão política da leitura crítica é facilmente reconhecida em *O Cidadão*, a partir da percepção de que este veículo articula e aprofunda a discussão sobre a necessidade de um mundo melhor para todos. Isso significa dizer que o jornal trava uma luta social para uma mudança sistemática de paradigma. “É perfeitamente compreensível, em

consequência, que vários grupos possuam níveis de consciência crítica – de organização de mundo – satisfatórios, coerentes e, no entanto, diferentes, porque provêm de sistemas de valores, visões de mundo e de totalizações ideológicas diferentes” (MORAN, 1993:33).

Neste contexto, os meios de comunicação acabam se inserindo como um meio pedagógico. Seja de forma aberta, como classifica Moran, do entretenimento como maneira de se preencher o lazer como atividade principal; ou como o transmissor do saber, com a utilização de programas com conteúdos pedagogicamente estabelecidos. “Leitura crítica é um processo educativo que relaciona os diversos processos pedagógicos, tanto os formais quanto os informais (...), que se realizam na prática, pela sua contínua relação com as pessoas, como os meios de comunicação” (Idem, 1993:35).

Assim, a leitura da comunicação se faz necessária para que se possa dispor de uma interpretação que capte os processos de mediações contidos no universo cultural e ideológico. É descortinar as mazelas do sistema hegemônico da classe dominante. “Ler a comunicação é descobrir as relações humanas e econômicas dissimuladas, explicitar as contradições ocultas. Desvendar as discrepâncias entre o discurso e a práxis, ‘desnaturalizar’ o modelo de vida apresentado pelos grandes meios” (Ibidem:36). Tal observação é de suma importância, já que os meios tendem a se apresentar ‘despretensiosamente’, sem querer educar, mas educando e modelando pensamentos e atitudes de acordo com as demandas da classe hegemônica.

Moran atenta para o fato de haver uma grande dificuldade de se utilizar os meios de comunicação de maneira oposta, mesmo por grupos revolucionários. “Se os líderes revolucionários aceitam a tentação de manejar a massa popular através dos meios de comunicação, como a classe dominante usou, a revolução começa a perder-se” (FREIRE, *apud* MORAN, 1993:39). Isso porque manifesta a contradição de si mesma.

Ler a comunicação é decifrar as várias codificações ideológicas envolvidas em cada momento do processo histórico e explicitar, através dessas codificações, como se estabelecem as relações de poder interclasse, grupos e pessoas. Ler é desenvolver juntos com pessoas e grupos essa percepção das materializações da ideologia e das relações de poder a partir de diversos procedimentos metodológicos participativos e propor também participativamente caminhos mais adequados para expressar novas visões de mundo e expressar novas relações de poder (MORAN, 1993:52).

Há que se notar que, apesar de os meios de comunicação comunitários priorizarem, especificamente, conteúdos relativos à sua localidade, em vez de investir na participação ativa de todos os cidadãos nos processos do fazer comunicativo, estes meios contribuem para a educação, e conseqüentemente, para a libertação. Eles possibilitam a circulação de uma gama de conhecimento pelos conteúdos transmitidos, além de estabelecer um processo de produção e difusão de mensagens que facilitam o auto-reconhecimento. Afinal, é pela palavra que o homem torna-se homem, como bem pontuou Freire. Desse modo, a comunicação comunitária também é capaz de a partir do pequeno, do local, do cotidiano, acessar o grande, o global, o filosófico. Ao “descobrir nas narrativas cotidianas de um jornal comunitário as linhas de opressão e de dominação. (...) A meta da comunicação comunitária seria então um trinômio *palavra-mundo-libertação*” (ESTEVEES, 2004:132).

Tal observação pode parecer ousada e até inexecutável do ponto de vista de uma comunicação comunitária. No entanto, o jornal *O Cidadão* oferece um elemento prioritário para esta análise configurada como matéria de capa cujo título questiona: “Quem vai pagar pela crise econômica mundial?”. Quem poderia imaginar que um favelado, que dificilmente tem o conhecimento sobre o mercado financeiro internacional, possa ser fonte de uma reportagem semelhante? Pois, nesta publicação, o mareense é a fonte para o debate sobre a crise mundial. Todos os entrevistados reconheceram não saber bem o significado da tal crise mundial, mas observaram a eterna crise social existente nas favelas. “Quem vai pagar por essa crise futuramente é, sem dúvida, o pobre. Para que este sistema capitalista exista, é necessário que se preservem as diferenças sociais, é preciso que uns detenham o poder, o dinheiro, e que outros, a maioria das pessoas, continuem passando por dificuldades”, afirmou o pesquisador da ONG Justiça Global, ao jornal (*O CIDADÃO*, 2009, nº59:13).

Na mesma reportagem, o jornal destaca que os moradores de favelas sofrem uma crise constante cotidianamente, como, por exemplo, a péssima qualidade e a ineficiência das políticas públicas voltadas para as áreas carentes e que não correspondem às necessidades básicas de seus moradores. Denuncia ainda que essa realidade não é abordada de maneira qualificada pelos jornais de grande circulação, o que não ocorre porque os veículos da mídia tradicional estão a serviço das classes mais altas da sociedade. “Os ricos são os donos das grandes emissoras de televisão e dos jornais. Como consequência disso, os



assuntos que atingem diretamente a esta parcela da população sempre serão tratados como prioridade” (Idem, 2009, nº59:12).

Em 2007, *O Cidadão* estampou em sua capa a frase: “O domínio da TV: como a televisão influencia a população brasileira”. Ao contar a história do mareense Ziel, que sonha em ser famoso e, por isso, segue os carros de reportagem da Rede Globo para aparecer na televisão, o jornal viabiliza o debate sobre o glamour passageiro possibilitado pela televisão, o domínio e o surgimento da TV digital. Na reportagem, o morador da Baixa do Sapateiro André Wilker diz que “a televisão é uma forma de dizer o que deve ou não fazer”. Já a mareense Maria do Socorro afirma que gosta muito do jornal da TV Globo e não costuma questioná-lo. Diante dos diferentes pontos de vista, a reportagem mostra como a televisão pode manipular as informações, usando como exemplo a cobertura sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): “Era bastante claro como a TV Globo tinha uma visão negativa do movimento e reforçava sempre os aspectos irracionais, violentos e de não aproveitamento do solo pelo MST. Isto é uma tomada de posição”, disse a professora da UERJ Alessandra Aldé. (O CIDADÃO, 2007, nº49:12). Além disso, a reportagem lembra que as emissoras de televisão aberta são concessões públicas e, portanto, precisam de aval público. No entanto, “o governo dá a licença para a televisão operar, mas o seu comportamento não é de emissora pública, e sim de mercado, de lucro e audiência” (Idem, 2007, nº49:13).

Tais exemplos ratificam *O Cidadão* como um instrumento de leitura crítica da sociedade. Mais do que isso, o jornal descortina pedagogicamente o processo de leitura crítica dos meios de comunicação, possibilitando novas visões sobre a realidade e desencadeando um processo de consciência. Suas pautas são trabalhadas com uma consciência crítica, adquirida a partir da prática cotidiana de comunicação, que prioriza não as aparências, mas a percepção de que a realidade é algo mutável. Tal consciência se caracteriza por sua aura investigadora, dialógica, na qual o passado e o presente são revisitados e visitados sem preconceitos. Desse modo, o veículo participa organicamente do processo de disputa ideológica na Maré e, quiçá, da sociedade. Em suas páginas, ele viabiliza um olhar crítico e, acima de tudo, questionador sobre a realidade do Complexo da Maré, além de recuperar opinião pública das pessoas que residem nesse espaço tão criminalizado pela sociedade e estrategicamente ignorado pelo poder público.

#### 5.4 – A comunicação como prática política

Há que se observar que os meios de comunicação se caracterizam pelo seu potencial de instrução e informação do sistema político. Dessa forma, qualificam-se como verdadeiros instrumentos pedagógicos e ideológicos. No entanto, o debate político sobre os caminhos e descaminhos da comunicação brasileira fica restrito aos meios acadêmicos e ao Parlamento. Não há uma discussão qualificada na sociedade. A 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009, representa a primeira tentativa concreta de se democratizar o debate sobre a questão. No entanto, o encontro sofreu com a falta de divulgação e a ínfima agregação da sociedade, já que a cobertura dos meios jornalísticos comerciais foi insignificante e parcial, o que colaborou com os ideais dos conglomerados de empresas de comunicação, contrários a qualquer debate sobre o assunto.

Na busca pela multiplicidade e diversificação de vozes no que tange aos rumos políticos para a democratização da comunicação, *O Cidadão* participou de todo o processo pré-conferência municipal e estadual, o que garantiu sua colaboração como delegado na Confecom. Além das principais bandeiras propostas pelos movimentos sociais no encontro - estabelecimento de um novo marco regulatório para o setor, fortalecimento das rádios e TVs comunitárias e o controle social, entre outras -, *O Cidadão* reforçou a reivindicação sobre a destinação de verbas públicas de publicidade para a mídia comunitária. Sabe-se que a grande dificuldade desses veículos é sustentar financeiramente uma infraestrutura física e profissional que viabilize o trabalho, já que eles meios se configuram, em sua maioria, como atividades sem fins lucrativos.

A definição de políticas públicas para a comunicação deve passar necessariamente pelo crivo dos meios comunitários. Eles se qualificam como propostas concretas de possível democratização da comunicação ao trabalharem com agendas próximas de sua comunidade, que são invisíveis, ignoradas e negligenciadas pela mídia comercial. Além de exercerem pressão política para viabilizar o acesso a bens educacionais e culturais da população a qual se destinam, os meios de comunicação comunitária também encarnam o papel político e pedagógico de multiplicadores de suas experiências.

Desse modo, nos últimos anos, a equipe de *O Cidadão* foi convidada a ministrar cursos e oficinas ou, simplesmente, a trocar ideias sobre comunicação comunitária, no Rio e por todo o Brasil. Assim, diversas experiências de comunicação alternativa no Rio têm em comum, necessariamente, o dedo, às vezes o corpo inteiro, de pessoas que integram ou já fizeram parte do jornal *O Cidadão*. O Núcleo Piratininga de Comunicação, o jornal “Vozes da Comunidade”, a revista “Viração” e a Rede Nacional de Jornalistas Populares contaram com efetiva participação de Renata Souza, Gizele Martins, Douglas Baptista, Alex Ferreira e José Carlos Bezerra. O portal Viva Favela herdou os mareenses Claudio Pereira, Viviane Oliveira e Deise Lane. O jornal “Maré de Notícias” tem, em seus quadros, Hélio Euclídes e Rosilene Ricardo. Já o Portal da Cidade de Deus; o jornal “Fala Canoa”; a Rádio Maré Manguinhos; a Rádio Maré FM, Fazendo Media; e o jornal “O Timoneiro” surgiram ou se desenvolveram a partir de oficinas e de trocas de ideia com a equipe cidadã. Tudo isso demonstra o quanto a comunicação comunitária interliga agentes de grande potencialidade no universo da informação. Além disso, *O Cidadão* está elevando o verdadeiro significado do comunitário à máxima potência, já que estabelece meios de trocas de experiência, o que demonstra que “a comunicação comunitária não deve nadar apenas na maré, deve ser expandida para espaços aonde o grito do excluído, do criminalizado, está preso na garganta” (SOUZA *in* O CIDADÃO, 2009, nº61:24).

A experiência mais emocionante do projeto político e pedagógico de *O Cidadão* aconteceu em novembro de 2009. Fui convidada, por intermédio do Laboratório de Estudos de Comunicação Comunitária da UFRJ, para ministrar uma oficina de jornalismo no extremo sul da Bahia, na cidade de Caravelas. O curso tinha cerca de cem alunos, em um universo de 20 mil habitantes. A impressão era a de que a cidade inteira participava da oficina. Enquanto fazia a exposição sobre o jornal, um senhor, de nome Anerivan, gritou do fundo da sala: “Você é do jornal *O Cidadão*?”. Respondi que sim. E ele disse: “O jornal *O Cidadão* é o pai do nosso jornal ‘O Timoneiro!’”. Um misto de emoção e de incredulidade tomou conta de mim. Então, Anerivan contou que André Esteves, jornalista essencial na história de *O Cidadão*, passara por Caravelas em 2007.

“Na bagagem do aventureiro havia algumas edições do jornal dos mareenses e ele sugeriu que a galera fizesse um jornal comunitário com base no jornal *O Cidadão*. Assim, algumas pessoas ligadas a organizações culturais de Caravelas se organizaram para reunir os

moradores e tocaram “O Timoneiro”, o maior jornal da cidade, que tem periodicidade bimestral (SOUZA *in* O CIDADÃO, 2009, nº61:24).

“Aquilo que fazemos na Maré, um bairro onde caberiam quase 20 cidades como Caravelas, está sendo replicado em outros locais. Isso é apenas um exemplo do que podemos fazer com a comunicação comunitária” (SOUZA *in* O CIDADÃO, 2009, nº61:24). De fato, esse episódio se configurou como o presente mais inesquecível de uma década do *O Cidadão* e do seu triunfo político/pedagógico. Entretanto, “os dez anos, além de trazer responsabilidade com a comunicação mareense e a democratização da comunicação, também trouxeram reconhecimento (...) ganhamos o prêmio de Mídia Livre do Ministério da Cultura” (Idem, 2009:24).

### **5.5 – A crise institucional**

O prêmio Mídia Livre de R\$ 40 mil, recebido em 2009, foi visto como uma tábua de salvação para os problemas de ordem financeira do jornal. No entanto, o Ceasm ainda enfrentava um traumático processo de ruptura em seu núcleo de gestão, desde 2008, o que desencadeou na perda da maior parte de seus financiadores. A ONG, ainda hoje, tenta se reconstruir. Desse modo, o recurso do prêmio não foi utilizado integralmente na infraestrutura física e de pessoal do jornal e isso gerou desconforto na equipe. Acreditava-se que a verba não poderia sanar os problemas do Ceasm, mas garantiria a manutenção plena de *O Cidadão* por pelo menos um ano e meio. Tal divergência, aliada ao descontentamento gerado pela implantação do novo projeto editorial, gerou o afastamento da maior parte da equipe. Por isso, dos 11 integrantes de 2009, hoje restam apenas três: Renata Souza, Gizele Martins e Douglas Baptista. Mesmo diante da clara disposição de militância dos integrantes da reduzida equipe do jornal, de março de 2010 a maio de 2011, ele não circulou na versão impressa.

Na verdade, o Ceasm não conseguiu alcançar uma estabilidade financeira e, conseqüentemente, uma estabilidade administrativa. A maior parte dos projetos é levada adiante com trabalho voluntário ou mediante o pagamento de pequena ajuda de custo. A atual gestão se caracteriza pela reduzida participação e alta centralização. Há uma diretoria

executiva e núcleos de gestão administrativa e financeira. Os projetos contam com coordenadores. A entidade se desdobra para manter dois prédios com recursos cinco vezes menores do que em 2007. Os principais projetos de educação - pré-vestibular comunitário, preparatório do Ensino Médio e biblioteca - são conduzidos por voluntários, enquanto os outros programas estão funcionando precariamente ou parados. O Museu da Maré, também gerido pelo Ceasm, encontra-se menos centralizado e ainda apresenta bons resultados.

Desse modo, observa-se que a crise do Ceasm foi a principal desencadeadora da crise de *O Cidadão*. Antigamente, os projetos da ONG eram apadrinhados por diretores que acompanhavam de perto sua condução. No caso do jornal, como não havia financiamento próprio, nenhum integrante da direção da entidade priorizava o acompanhamento de suas atividades. Assim, *O Cidadão* se manteve sem pai, mãe, padrasto ou madrasta. Como bônus, de fato, recebeu uma autonomia editorial exercida até hoje. Mas o ônus ficou para a falta de prioridade da entidade na busca por financiamento exclusivo para o jornal. Tanto que *O Cidadão* sempre foi sustentado mediocrementemente com os resquícios advindos de outros projetos.

Desse modo, quando houve a ruptura institucional, *O Cidadão* foi encarado como um filho bastardo. Na ocasião, inclusive, o termo foi utilizado largamente pelos diretores, enquanto os outros projetos foram adaptados às condições de cada um de seus padrinhos. A equipe do jornal foi convidada a conversar com as duas partes envolvidas na ruptura: o Ceasm e a recém criada Redes de Desenvolvimento da Maré, a Redes. A ideia da equipe era manter a relação com as partes, ambas comprometidas com a sustentabilidade do jornal, e ceder, assim como sempre fez com o Ceasm, uma página para cada instituição. Com isso, seria possível garantir um jornal comunitário para a Maré. No entanto, a sugestão foi veemente rejeitada, já que cada entidade queria o seu próprio jornal. Assim, a equipe que se manteve o tempo inteiro afastada das desavenças da entidade foi parar no olho do furacão pela própria situação. O Ceasm, por fim, decidiu que não abriria mão do jornal. Diante desse lamentável episódio, os cidadãos começaram a ser encarados com extrema desconfiança por ambas as partes e isso gerou perseguições e acusações pessoais, tanto interna quanto externamente.

Tais situações mexeram diretamente com a estrutura da publicação e sua periodicidade foi abalada. Na ocasião do assassinato de Felipe, em 2009, diante da falta de

um veículo que pudesse dar conta do debate sobre o ocorrido emergencialmente, foi inaugurado o blog de *O Cidadão*<sup>21</sup>. Naquele momento, o blog foi muito útil, porque deu visibilidade ao caso para fora da Maré. Internamente, porém, demonstra pouca funcionalidade: os mareenses são vítimas da infoexclusão. Embora em cada esquina das 16 favelas do complexo exista uma *lan house*, falta uma política pública que viabilize a cultura digital, priorizando, de fato, o acesso a informações. Desse modo, o acesso à internet na Maré se caracteriza basicamente pela busca de jogos eletrônicos e redes sociais. Mas esta discussão não será desenvolvida neste trabalho.

Entretanto, a Maré não ficou sem jornal durante esse tempo. O vácuo comunicacional deixado durante um ano pelo *Cidadão* foi preenchido com o surgimento do jornal da Redes, o “Maré de Notícias”, que tem uma tiragem mensal de 30 mil exemplares. Logicamente, isso gerou uma imensa confusão na cabeça do mareense. A equipe de *O Cidadão* é constantemente interpelada nas ruas com o questionamento sobre a mudança do nome do jornal, ou sobre o término de *O Cidadão*. A confusão ainda é maior porque parte dos integrantes do “Maré de Notícias” iniciou sua trajetória no campo da comunicação comunitária no próprio jornal *O Cidadão*. Então, cabe aos cidadãos a missão de desfazer o mal-entendido e explicar que *O Cidadão* não acabou e permanece com o mesmíssimo e legítimo nome de batismo.

O nascimento de mais um jornal na Maré amplia a possibilidade de inserção dos moradores em diversos debates públicos com uma infinidade de novas referências. No entanto, embora haja um tratamento cordial entre os jornais e seus integrantes, a ruptura traumática ainda impede uma relação orgânica entre os veículos. Ou seja, a Maré ainda está longe de experimentar todo o seu potencial comunicacional com uma articulação qualificada de seus meios de comunicação.

---

<sup>21</sup>A página eletrônica do jornal *O Cidadão* está disponível em <http://www.ocidadaonline.blogspot.com/>.

## 6 – CONCLUSÃO

*Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singelo.  
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,  
pois em tempo de desordem sangrenta,  
de confusão organizada,  
de arbitrariedade consciente,  
de humanidade desumanizada,  
nada deve parecer natural  
nada deve parecer impossível de mudar.*

*Bertolt Brecht*

Avaliar uma possível conclusão sobre *O Cidadão* é praticamente inexecutável diante de tantas possibilidades teóricas e a vasta gama temática para a investigação. Desse modo, a presente dissertação não se encerra por aqui, mas permite algumas breves observações. O debate sobre o papel ideológico, pedagógico e político do veículo em

questão perpassa todo o processo estabelecido pelo jornal comunitário. Desde a discussão inicial pela defesa de uma pauta específica até o momento em que se encara o leitor na rua. Ao estabelecer um recorte sobre o cotidiano deste jornal percebe-se o potencial de mobilização de que dispõe um veículo de comunicação comunitária. Assim, o descortinar das tensões inerentes à práxis jornalística de *O Cidadão* se constitui em uma inovadora forma de se pensar o comunitário. O comunitário encarna a lógica do debate, do questionamento, da diversidade de pensamento, do conflito de ideias e interesses. Tais questões permitem um fazer comunicacional dialógico em sua essência.

Desse modo, ao fundar um vínculo entre o global e o local, através de *palavras-mundo*, o veículo comunitário desnaturaliza o que há de desumano na sociedade capitalista, neoliberal, globalizada. Talvez esta seja a grande missão dessas iniciativas de comunicação: “desnaturalizar o mundo”. Afinal de contas, a comunicação comunitária possui um potencial de prática libertadora e reafirma o seu papel enquanto prática política por encarnar os propósitos da democratização da palavra, do direito de expressar o seu cotidiano, de contar a sua própria história, de ressaltar a sua identidade. Além disso, interioriza e resgata o valor do direito mais fundamental, que é a vida.

*O Cidadão* se destaca por assumir a luta pelos direitos humanos como uma prerrogativa editorial, uma atualização comunicacional que gera riscos e desafios tanto do ponto de vista da própria comunicação, quanto da manutenção de sua existência. Isto porque está situado no Complexo da Maré, região de extrema violação dos direitos humanos, tanto institucional - com a atuação do Estado com a sua polícia corrupta e despreparada -, quanto por parte das facções do tráfico de drogas e milícias. Nas favelas dominadas por milicianos (grupos comandados por policias, ex-policiais, bombeiros e ex-bombeiros), como o Piscinão de Ramos, Roquete Pinto e Marcílio Dias (Kelson), por exemplo, *O Cidadão* precisa de autorização para circular. Na Kelson, o jornal foi expressamente proibido de entrar. Por conta dessa opressão, *O Cidadão* ainda vai levar um tempo para abordar objetivamente o que significa a milícia no Complexo da Maré. Ainda hoje, o termo utilizado no jornal para denominar tanto o tráfico quanto a milícia é: “grupos armados”.

Assim, o papel da comunicação comunitária nos debates inerentes à cidade e ao mundo se torna fundamental para a apreciação local de formulações que permitem a



identificação de um novo estar no mundo. Com seu caráter contra-hegemônico, possibilita um olhar não viciado sobre as estruturas políticas e sociais que aprisionam o cidadão. Ainda que, neste momento, não seja real a democratização da informática e do espectro digital, é de extrema urgência que esses veículos se apropriem das novas ferramentas advindas da expansão tecnológica. É necessário adaptar seus formatos à linguagem digital para explorar ao extremo todas as possibilidades de intervenção comunicacional. Eis aí um desafio às iniciativas de comunicação comunitária que, além disso, precisam reinventar formas de sustentação de seu trabalho. Há que se priorizar novas estratégias para subsidiar a manutenção de sua infraestrutura técnica e pessoal, garantindo a autonomia desses veículos.

Sendo assim, está mais do que confirmado que não apenas *O Cidadão*, mas qualquer meio de comunicação comunitária que se proponha a realizar um debate qualificado sobre as condições do cidadão no mundo terá, de fato, encontrado “uma ideologia para viver”!

### **Referências Bibliográficas**

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1985.

ADORNO, Theodor. *Educação e Emancipação*. Paz e Terra: São Paulo, 1995

ALENCAR, R. P. *Políticas públicas e jornalismo para a promoção do desenvolvimento humano*. São Paulo, 2004

ARBEX JR., José. *Uma outra comunicação é possível (e necessária)*. In. MORAES, Dênis (Org.) *Por uma outra comunicação: Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2003.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Informe 2010 – O estado dos direitos humanos no mundo*. Porto Alegre: Algo Mais Artes Gráficas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Informe 2011 – O estado dos direitos humanos no mundo*. Porto Alegre: Algo Mais Artes Gráficas, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio – Imprensa, poder e público*. Rio de Janeiro, RJ: Vício de Leitura, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização, as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

\_\_\_\_\_. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2008.

BRAGANÇA, José A. *A cultura como problema*. In: Revista de Comunicação e Linguagens. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

BUCCI, Eugênio. *A imprensa e o dever da liberdade: a responsabilidade social do jornalismo em nossos dias*. In: CANELA, Guilherme (Org.) *Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo*. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2008.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaio sobre idéias e formas*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

ECO, Umberto. *Cultura de massa e níveis de cultura*. In: ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. São Paulo, SP: Perspectiva, 1970.

ESTEVES, André de. *O Cidadão, um jornal comunitário na era da globalização*. Tese de mestrado em Comunicação Social – Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2004.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2007 a .

\_\_\_\_\_. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: paz e terra, 2006 a .

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: paz e terra, 2007 b .

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: paz e terra, 2006b.

FONTES, Virgínia. *Intelectuais e Mídia – Quem dita a pauta?* In: COUTINHO, E.G. (Org.) *Comunicação e Contra-Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GARCIA, Nelson J. *O que é Propaganda Ideológica*. Coleção Primeiro Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2, 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

HALL, Stuart. Liv Sovik, (org.) *Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da Mídia*. Bauru, SP: Edusc, 2001.

MACÊDO, Cibele. Andrade, Regina (Org.). *Território verde e rosa: Construções psicossociais no Centro Cultural Cartola*. Rio de Janeiro, RJ: Companhia de Freud Editora, 2010.

MARICATO, Ermínia. *Posfácio*. In. DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da Comunicação*. São Paulo, SP: Loyola, 1999.

MORAES, Denis. *Comunicação alternativa em rede e difusão contra-hegemônica*. In. COUTINHO, E. G. (Org) *Comunicação e Contra-Hegemonia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ, 2008.

\_\_\_\_\_. *Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação*. Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: Faperj, 2011.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

\_\_\_\_\_. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Dênis (Org.) *Por uma outra comunicação. Mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARX, Karl. ENGELS, F. *A ideologia alemã (I – Feuerbach)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MCLUHAN, Marshal. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo, SP: Cultrix, 1969.

MORAN, José Manoel. *Leitura dos meios de comunicação*. São Paulo: Ed. Pancast, 1993.

O CIDADÃO. Rio de Janeiro, ano I-X, Edições 1-60, junho 1999 – novembro 2009.

PAIVA, Raquel. *O Espírito Comum – Comunidade, Mídia e Globalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Cultura das Minorias*. São Paulo: Editora Paulus, 2005.

PERUZZO, Círcia M.K. *Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania*. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. *Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária*. Anais do 26. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte-MG, setembro de 2003. São Paulo: Intercom, 2003. [cd-rom]

RAMOS, Silvia. PAIVA, Anabela. *Mídia e Violência: Novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SALDANHA, Patrícia Gonçalves. *A Publicidade Comunitária: Uma nova possibilidade de ser publicitário*. Tese de mestrado em Comunicação Social. Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2002.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis, 2001.98

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho*. Uma teoria da Comunicação Linear e em Rede. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: Alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

SOUZA E SILVA, Jailson de. *Por que uns e não outros?: caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

SOUZA, Renata. *O Cidadão e o Complexo da Maré*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação – habilitação em Jornalismo – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Cidadão: um jornal comunitário a serviço de uma propaganda ideológica da favela*. Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação – habilitação em Publicidade – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O Declínio do Poder Americano*. Contraponto, Rio de Janeiro, RJ, 2004.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Orgs.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

[www.intervozes.com.br](http://www.intervozes.com.br)

[www.vivafavela.com.br](http://www.vivafavela.com.br)

[www.ocidadaoonline.blogspot.com](http://www.ocidadaoonline.blogspot.com)

<http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/reporterdecrime/posts/2009/04/17/fotos-comprovam-que-pm-reprimiu-manifestantes-da-mare-178121.asp>

<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00->

[CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.ht  
ml](http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL155710-5601,00-CABRAL+DEFENDE+ABORTO+CONTRA+VIOLENCIA+NO+RIO+DE+JANEIRO.html)

[www.ivc.org.br](http://www.ivc.org.br)